

JOSÉ MIGUEL RASIA

CRIANÇA E TRABALHO NO CAMPO
(Socialização, Trabalho e Educação:
A Criança na Força de Trabalho Rural)

Tese apresentada como exigên-
cia parcial para a obtenção
do título de Doutor em Educa-
ção (Filosofia e História da
Educação) à Comissão Julgadora
da Universidade Estadual de
Campinas

Orientador: Prof. Dr. José
Luis Sigríst

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Este exemplar corresponde
à redação final da Tese de
Doutorado defendida por
José Miguel Razia e apro-
vada pela Comissão Julga-
dora em 11.12.1987

14.12.1987

Tru Tru Tru

COMISSÃO JULGADORA

Emília Redig

Wanda

Tru Tru Tru

Frederico

Frederico

Este trabalho é dedicado à memória de D.
ADELFINA FERRARI, que deixou prá gente o
gosto do vinho feito em casa e das frutas,
em meio ao calor de janeiro conversas e
histórias contadas bem do jeito camponês:
na cozinha junto à mesa de refeições.

"... Mais deles, ignoro. No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. Não se queira. Viver é muito perigoso..." (João Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas, p.67)

RESUMO

Este trabalho aborda a socialização de crianças entre produtores familiares, descendentes de italianos, moradores na localidade de Colônia Santo Antônio, Ijuí, Rio Grande do Sul.

É um estudo de caso que toma três gerações de produtores. No centro da questão está o processo de transição das formas tradicionais de organização do trabalho - realizado com instrumentos manuais e de tração animal - para as formas modernas - que se utilizam intensamente da tecnologia moderna com instrumentos mecânicos.

Através da reconstituição das histórias de vida, procuramos entender como se deu a aprendizagem do trabalho para a geração que já é adulta quando se dá a transição; para a geração que já sabe trabalhar - está com pelo menos 14 anos - quando a transição ocorre e que reaprende o trabalho; e para a geração que aprende a trabalhar após a transição.

Consideramos o trabalho como o eixo principal do processo de socialização, porém não é o único. Ao seu lado estão o jogo, o brinquedo e a escolarização.

Nossa preocupação fundamental é a de apreender as transformações que o processo de socialização sofre num espaço de três gerações, tendo em vista as alterações ocorridas na organização do trabalho e nas formas de subordinação da agricultura ao capital.

Autor: José Miguel Rasia

Orientador: Prof. Dr. José L. Sigríst

ÍNDICE

É Sempre Bom Ter um Prefácio	1
Introdução	4
a) Problema da Pesquisa e as Hipóteses de Trabalho ...	5
b) O Caso em Estudo	11
b1) Colônia Santo Antônio	21
b2) A Coleta dos Dados	23
Capítulo I- A Organização do Trabalho nas Unidades Famí- liares de Produção	26
a) As Atividades e Sua Realização	27
b) O Caráter Familiar do Trabalho	43
Capítulo II - O Ofício de Agricultor: A aprendizagem do Ofício como Forma de Socialização	55
a) A Aprendizagem do Trabalho para a Primeira e a Se- gunda Geração de Produtores Familiares	60
b) A Aprendizagem do Trabalho para a Terceira Geração de Produtores Familiares	75
Capítulo III - A Família: Categoria Econômica e Noção Ideológica	81
a) A Família como Categoria Econômica	81
a1) O Patrimônio e as Formas de Transmissão	86
b) A Família como Noção Ideológica: Identidade e So- lidariedade Familiar	93
b1) A Transmissão de Normas e Valores	98
Capítulo IV- Brinquedo e Jogo entre os Produtores Famí- liares	110
a) Brinquedo e Jogo nas Primeiras Gerações de Colô- nia Santo Antônio	112
b) Brinquedo e Jogo na Terceira Geração de Colônia Santo Antônio	122

Capítulo V - A Educação Escolar entre os Produtores Fa-	
miliares	132
a) Nível de Escolaridade e as Trajetórias Escolares..	132
b) Educação Escolar: Observações sobre os Conteúdos .	141
c) A Educação Escolar e o Futuro dos Filhos	147
Conclusões	154
Bibliografia ..	162

É SEMPRE BOM TER UM PREFÁCIO

Todo texto tem uma história. Esta pode começar na hora em que se pensa em escrevê-lo, ou pode começar antes mesmo do que se saiba exatamente o que será posto no papel e como será posto. O texto que apresento aqui como tese tem seu início muito antes de ser pensado como texto e menos ainda de ser pensado como tese e de ser finalmente escrito.

Seu início se deu em 1982, durante uma pesquisa que eu estava fazendo com Nadir Zago sobre as representações do trabalho, da criança e da educação entre agricultores da região de Ijuí, Rio Grande do Sul. Numa das visitas que fizemos em Colônia Santo Antônio - uma das localidades incluídas na amostra - seu Joaquim, um produtor familiar, pôs em dúvida tudo que fazíamos: "Vocês vêm aqui com estes questionários cheios de pergunta e a gente muitas vezes responde para se ver livre dele e de vocês. A gente pode mentir que não faz diferença nenhuma. Teria que ser diferente, vocês teriam que vir aqui, ficar aqui, acompanhar o trabalho da gente para ver como tudo funciona."

Naquela pesquisa, apesar da interpelação de seu Joaquim e das inquietações que a mesma gerou, não mudamos nada. Ficamos com a questão: de fato, como é a vida desses produtores familiares? Como as coisas acontecem? Como é feito o trabalho? Como se relacionam adultos e crianças? Enfim, o que se passa na produção familiar que o roteiro de entrevistas semi-estruturado não é capaz de apreender?

Preocupado com isto e com as questões que não foram respondidas por aquela pesquisa, resolvi fazer um novo estudo, levando em conta a interpelação de seu Joaquim e tomando como lugar para a pesquisa Colônia Santo Antônio. Aí, não tive dúvidas, recorri às técnicas da observação e da participação na vida das famílias. Usei - como sou teimoso! - um roteiro semi-estruturado para entrevistas e durante todo o ano de 1985 fiz visitas sistemáticas às famílias, observando seu comportamento,

seu ritmo de trabalho, suas relações com as crianças, com a escola e com o brinquedo.

Quando me dei conta, tinha conseguido tanto material que não sabia muito bem o que fazer com tudo aquilo. Algumas narrativas e algumas observações me impressionaram tanto, me produziram tanta inquietação que comecei a trabalhar a partir delas. As principais foram sobre a lógica do conhecimento camponês e sobre as representações e atitudes diante da morte. Escrevi dois ensaios sobre elas, que não incorporei aqui porque acho que merecem um tratamento melhor e porque tinha um compromisso com o INEP e com o CNPq para escrever um relatório de pesquisa sobre socialização, trabalho e escolarização de crianças filhas de produtores familiares. Estes textos estão na gaveta à espera de um melhor tratamento teórico e de algumas complementações empíricas.

"Arrumada" minha cabeça - em termos - sobre estas questões, comecei a pensar a questão da socialização, tomando como base o processo de trabalho nas unidades familiares de produção. Fiz um conjunto de reconstituições de processos de trabalho - que tornam o texto cansativo para o leitor - mas que para mim foram importantes para delimitar a função de cada membro da família no processo de produção. A partir daí o texto, independentemente de sua qualidade, foi fluindo de uma maneira tão prazerosa que fiquei espantado e ao mesmo tempo intrigado. Apesar disso quero confessar uma coisa: os três meses que gastei - abril/junho de 1986 - para redigir este texto foram meses de muito prazer e ao mesmo tempo de muita angústia: estarei, com este texto, respondendo, em parte pelo menos, as questões postas por seu Joaquim? Estarei sendo fiel ao que pensam e à visão de mundo dos moradores de Colônia Santo Antônio? Assim que puder, discutirei com eles tudo o que fiz, o que escrevi, o que pensei e o que tenho pensado neste tempo. Farei isto não somente para responder e ouvir seu Joaquim e à Colônia toda, mas para saber em que medida a população aqui estudada está presen-

te neste ~~te~~texto. Por que isto? Porque o trabalho de campo implicou num grau de cumplicidade entre nós que em certa medida, somos todos autores do texto.

Não quero a isenção, a frieza e o sofrimento do cientista, quero sim o compromisso e a fidelidade aos dados e sua crítica. Se isto aconteceu, ainda tenho dúvidas; se o caminho deveria ter sido outro, podemos recomeçar. Só de uma coisa tenho certeza: a amizade e o carinho que temos uns pelos outros é, talvez, a única verdade que se estabeleceu entre os moradores de Colônia Santo Antônio e eu neste processo.

Quero agradecer algumas pessoas: a dona Elma e seu Alfredo, carinhosos e afáveis com todos os moradores da Colônia e conosco; aos moradores da Colônia sempre prontos a nos ajudar; a Dinarte e Neyta Belatto; Lígia Negri, Lúcia Rocha e Sônia Cabeda, Nazareth Wanderley, Fernando Lourenço e Regina Assis. A José Luis Sigríst, que me orientou.

A Iara, Francisco e Miguel, que compartilharam comigo o prazer deste trabalho.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a educação no meio rural em geral têm dado maior ênfase à análise da instituição escolar e de seu funcionamento. Em trabalho anterior (RASIA e ZAGO, 1984) já comentamos este caráter e procuramos contribuir com novos dados que permitissem a compreensão da educação desde o ponto de vista das classes sociais rurais e de seus agentes. Se naquele momento estávamos preocupados com as representações que as diferentes categorias sociais possuem da educação, do trabalho rural e da criança, aqui nossa preocupação se restringe a um aspecto pouco explorado ainda entre os pesquisadores que se dedicam ao estudo da educação e de suas relações com o trabalho no meio rural: a questão da socialização da criança entre produtores familiares. Entendemos por produtor familiar aquele que possui a propriedade da terra e que se utiliza da força de trabalho familiar (exclusivamente) para a realização da produção.

Vale lembrar sem ser exaustivo aqui os trabalhos de Clóvis Caldeira (1960) e de Zeila D. Fabri (1982) e sua equipe do CERU como trabalhos pioneiros sobre a questão.

Em geral os estudos sobre socialização e trabalho referem-se à criança do meio urbano, ou então, numa linha mais antropológica, à criança em sociedades primitivas. Vale lembrar aqui alguns textos de suma importância como os de BENJAMIN, 1984; MEAD, 1979; Jacques DONZELOT, 1980; Barbara FREITAG, 1984; Rosa M.F. FERREIRA, 1979; os textos de PIAGET, publicados originalmente em 1926 e 1964; Maria Helena ANTUNISSI, 1983; MEYER, 1977; MACKAY, 1974.

Não estamos preocupados em definir os graus de socialização — primária, secundária — neste trabalho, mas sim entender a socialização como um processo que se dá para além da infância, e que está diretamente relacionado com a aprendizagem do trabalho, com o brinquedo e o jogo, com a aprendi-

zagem de valores, normas, hábitos e disciplina e com o processo de escolarização.

Assim, não é nossa preocupação definir aqui a socialização primária e a secundária como o fazem a maioria das correntes da antropologia, sociologia e psicologia. Queremos entender a questão da socialização como uma questão ligada às práticas cotidianas de um determinado grupo de produtores familiares e que envolve todos os membros do grupo nas suas diferentes idades.

a) Problema da Pesquisa e as Hipóteses de Trabalho

Este trabalho é um estudo de caso que toma como objeto um grupo de produtores familiares situados em Colônia Santo Antônio, no município de Ijuí, no Rio Grande do Sul. Propomo-nos a estudar as mudanças ocorridas na incorporação da força de trabalho infantil no interior das unidades familiares de produção e as alterações produzidas pela mecanização da agricultura no processo de socialização da criança no meio rural. A formulação do problema de pesquisa passa portanto pelo estudo do processo de trabalho que sofre alterações significativas com o avanço do capitalismo no campo, pelas novas bases técnicas do processo de produção na agricultura do Rio Grande do Sul e pela redefinição da produção para o auto-consumo. Passa também pela redefinição das funções sociais da educação e da socialização das crianças filhas dos produtores familiares envolvidos por este processo.

A ocupação do solo no Rio Grande do Sul se deu basicamente por dois processos distintos: de um lado a formação da grande propriedade através da ocupação dos campos, mediante a concessão de sesmarias e, por outro lado, através da formação da pequena propriedade via migração alemã e italiana principalmente, já no século XIX.

Nas regiões de grande propriedade fundou-se uma atividade econômica voltada para a pecuária e a produção de char

que. Nas regiões de pequena propriedade, desenvolveu-se uma agricultura familiar e voltada para a produção de auto-consumo. Este quadro se altera a partir de 1950:

"Parte da área ocupada pela pecuária extensiva passou a ser paulatinamente ocupada pela lavoura, com as modificações introduzidas na produção agrícola, sobretudo a partir do desenvolvimento industrial desde a década de 1950. Por sua vez, a pequena produção agrícola formada pela imigração estrangeira foi desde o início o ponto de partida para um processo de expansão permanente dessa forma de produção, através de sucessivos desdobramentos, para mais tarde ser gradativamente incorporada e subordinada ao capitalismo industrial-financeiro. Se a pequena propriedade rural do sul do Brasil se configurou basicamente através da imigração estrangeira, numa primeira fase, seu desenrolar não se restringe à ação direta dessa corrente migratória. A corrente migratória vinda diretamente da Europa oscila e mesmo se interrompe, condicionada pelos movimentos sócio-econômicos populares e pela política oficial do governo brasileiro em relação à entrada de imigrantes. Todavia inicia-se aqui uma outra corrente que já não tem origem diretamente na Europa mas nas próprias Colônias". (CORADINI, 1982, p. 18)

Assim o Noroeste do Rio Grande do Sul, e mais especificamente a região do Ijuí, passa a ser colonizado a partir da última década do século XIX com um contingente populacional proveniente das Colônias Velhas, ou seja, das regiões de São Leopoldo, Novo Hamburgo e Caxias do Sul. Estabelece-se nesta região um regime de propriedades familiares cujo tamanho oficial das áreas "recebidas" era de 15 ha, bem abaixo portanto das áreas "recebidas" nas Colônias Velhas (núcleos formados por europeus) que variavam entre 77 e 48.4 ha. (ROCHE, 1969, vol.1 , p 321)

Esta expansão da ocupação do solo no Rio Grande do Sul "baseava-se na reprodução da agricultura familiar e sua reprodução não se definia pela acumulação do capital na própria agricultura, e , permanecendo a estrutura produtiva enquanto tal, esta não requeria uma divisão do trabalho que fosse além da produção familiar". (CORADINI, op. cit. p. 19).

Se de um lado a expansão da pequena propriedade no Rio Grande do Sul se vizbiliza pela renda diferencial, "visto que as novas terras incorporadas eram terras de menor valor comercial, não pela falta de fertilidade natural, mas pelo seu estado natural e pela distância do mercado, de outro eram pequenos produtores que tinham em vista não o investimento de capital, mas a aquisição de uma área suficiente para dar conta do emprego da mão-de-obra familiar pela qual eram responsáveis, em determinadas condições técnicas e sociais... os camponeses que imigravam eram os que não possuíam um montante de valor maior que o necessário para a aquisição de uma área apenas suficiente para a aplicação do trabalho da família na região de destino". (CORADINI, op. cit. p.19)

Esta forma de ocupação do solo gerou na região em estudo uma policultura, onde se produzia um grande número de produtos que serviam ao auto-consumo e ao mercado. Porém, sempre houve um produto que era produzido em maior escala e se destinava mais ao mercado, embora a relação de troca tenha encontrado aqui muitos entraves, estagnando muitas vezes, ou mesmo retrocedendo, devido às condições do mercado, dos meios de transporte, à intermediação e à própria política agrícola do governo.

"A retomada do crescimento da produção agrícola aconteceu basicamente a partir da década de 1940. Os principais produtos responsáveis por essa retomada e pelo início da modernização da produção numa primeira fase foram o trigo e o arroz, e posteriormente a produção de soja. Contudo essa rearticulação da produção agrícola através da progressiva especialização em determinados produtos é determinada por fatores que extrapolam a região e inclusive a própria agricultura em si. Entre esses fatores podem ser enumerados o novo padrão de industrialização e urbanização do país, a política governamental e o progressivo fortalecimento e diversificação agro-industrial". (CORADINI, op. cit. p. 20.1)

As lavouras de trigo e soja, que predominam no Noroeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região da antiga Colônia de Ijuí, inserem-se nestas condições. E são e-

las responsáveis pelas alterações ocorridas na pequena propriedade desta região. Dentre as principais alterações destacam-se o uso intensivo do solo, o emprego maciço de capital e insumos modernos e a redefinição do padrão de incorporação da força de trabalho familiar na atividade agrícola.

A lavoura de trigo e soja fundada sob um regime de subordinação ao capital industrial e financeiro não exige necessariamente um aumento da área média das propriedades, a não ser naqueles casos cuja área situa-se muito aquém das exigências mínimas para a modernização tecnológica. Desta forma foi possível passar-se à prática de uma agricultura modernizada numa estrutura fundiária cujas áreas permanecem muito pequenas e não possibilitam o desenvolvimento de empresas tipicamente capitalistas onde predomine o trabalho assalariado. O uso de capital e de tecnologia moderna se faz sobre a base de relações de trabalho familiares.

Das propriedades existentes na antiga Colônia de Ijuí (municípios de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana) 73,92% em 1973 possuíam área inferior a 100 ha. Esse percentual se eleva para 97,7% em 1980. Estas propriedades têm como principais produções para o mercado o trigo e a soja. Do pessoal ocupado na agricultura na mesma região, em 1950, 80,14% são membros da família; em 1960 este percentual vai para 88,22%; em 1970 passa para 94,74%; em 1975 é de 94,18% e em 1980 atinge 96,4%. (Fonte: IBGE - 1950, 1960, 1970, 1975, 1980).

Esses dados servem para evidenciar o caráter familiar do trabalho nas unidades de produção do município de Ijuí.

Na agricultura estabelecida com base na pequena propriedade e na força de trabalho familiar, o processo de produção se caracterizou historicamente pela reprodução da família enquanto unidade produtiva e não pela reprodução do capital. Esta situação se estende do final do século XIX*- início da

*A colônia de Ijuí é fundada em 1890.

colonização na região aqui considerada - até 1950. Isto implicou em que se conservasse o padrão tecnológico tradicional na lavoura aí estabelecido. Por outro lado, a incorporação da mão-de-obra infantil na força de trabalho rural também foi sendo feita de forma tradicional neste período.

Com o processo de modernização da agricultura a partir de 1950, abandona-se o padrão tecnológico tradicional. A organização e o sentido do trabalho agrícola são redefinidos e com eles as formas de incorporação da criança no trabalho rural.

Em um trabalho que realizamos para o INEP (RASIA e ZAGO, 1984), observamos que a criança inicia o trabalho por volta dos 6 ou 7 anos e que este trabalho tem por um lado uma dimensão econômica e por outro uma dimensão pedagógica ou socializadora. Se do ponto de vista econômico o trabalho da criança é um trabalho suplementar na unidade familiar de produção, do ponto de vista pedagógico a introdução da criança no trabalho passa a ser entendido pelos pais como meio de formação do homem rural, de adaptação de seu corpo ao trabalho agrícola; como meio de disciplina e de controle do comportamento infantil.

O que nos propomos a investigar agora são as novas formas assumidas pelo trabalho tecnificado, que repousa porém sobre a base de relações familiares. Três são os elementos que nos preocupam: a) Como se deu historicamente - considerando-se um período de três gerações* - a incorporação da criança no conjunto da força de trabalho rural; b) Qual o conteúdo e as novas formas assumidas pelo processo de socialização da criança entre produtores familiares, dado que com as mudanças ocorridas no período de 1950 - 1970 na organização do trabalho, redefine-se a introdução da criança na força de trabalho

*Estamos considerando neste trabalho como 1ª geração os avós das crianças que estão hoje entre 7 e 14 anos; 2ª geração seus pais e 3ª geração as próprias crianças. Este esclarecimento é necessário, dado que seus bisavós seriam efetivamente a 1ª geração (fundadora de Colônia Santo Antônio).

rural e c) Que contribuição a educação escolar presta ao processo de socialização das crianças neste contexto.

A partir desta problemática, estabelecemos como hipóteses de trabalho que:

1- A incorporação da criança no conjunto da força de trabalho rural está determinada:

a) pelo caráter familiar do trabalho nas pequenas propriedades produtoras de trigo e soja no Rio Grande do Sul, mais especificamente na região de Ijuí.

b) pelo padrão tecnológico do processo de trabalho e pelas necessidades de força de trabalho da unidade familiar, que precisa reproduzir não somente sua condição, mas também o capital investido na produção.

c) pelo processo de divisão do trabalho familiar, decorrente da modernização, que recria o ofício de agricultor (e com ele o trabalho da lavoura) e o trabalho doméstico, sendo que deste último são as crianças que desempenham grande parte das tarefas;

d) pela dimensão socializadora que o trabalho adquire junto a produtores familiares, dado que é no processo de trabalho, na aprendizagem do ofício de agricultor, que se "fabrica o trabalhador" com um corpo adaptado às exigências do trabalho rural.

2 - A realização do projeto de escolarização dos filhos tem seu limite dado pelas condições econômicas da família, pelas oportunidades educacionais existentes no meio rural e pela concomitância entre escola e trabalho enfrentada pela criança.

3 - O processo de socialização dos filhos contrasta com o processo vivenciado pelos pais e avós quando crianças. Ao contrário do que aconteceu com os pais e avós, que viveram a infância durante um período no qual predominou a a-

gricultura tradicional, a socialização agora passa pelo entendimento do funcionamento e do uso da nova tecnologia e pelo entendimento do universo da troca.

b) O Caso em Estudo

Este trabalho é um estudo de caso e não tem como pretensão ser generalizante. O que se busca com ele é apenas entender as alterações produzidas no processo de socialização e de incorporação da criança na força de trabalho rural, entre um grupo de produtores familiares - Colônia Santo Antônio, Ijuí, RS - subordinados ao capital industrial e financeiro, consumidores de moderna tecnologia e produtores de trigo e soja, ao mesmo tempo que mantêm uma "forte produção" para o auto-consumo.

Este núcleo foi escolhido por duas características fundamentais: a) do ponto de vista da organização da produção: usa-se intensivamente tecnologia moderna, emprega-se única e exclusivamente a força de trabalho familiar, produz-se trigo e soja para o mercado e se mantém uma "forte produção" para o auto-consumo; b) do ponto de vista cultural: os moradores de Colônia Santo Antônio (exceto duas famílias de alemães e uma de poloneses, que ficaram fora da pesquisa) são todos descendentes de italianos oriundos das regiões denominadas de Colônias Velhas (Nordeste do Rio Grande do Sul).

A tabela a seguir (nº 1) nos dá a dimensão das propriedades, o volume da produção realizada no ano de 1984 nas atividades agrícolas, bem como a existência ou não de mecanização no processo de trabalho.

TABELA 1: CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE COLÔNIA
SANTO ANTÔNIO NO QUE DIZ RESPEITO À PROPRIEDADE
DA TERRA, USO DE MECANIZAÇÃO E PRODUÇÃO - 1984

FAMÍLIA	PROP.(ha)	MECANI- ZAÇÃO*	PROD. P/MERCADO	PROD. P/AUTO- CONSUMO
01	13	não	Soja (160 sacos) Leite (450 l/mês)	Milho Mandioca Carne
02	38	sim	Soja (800 sacos) Leite (450 l/mês) Trigo (80 sacos)	Milho Feijão Carne
03	66	sim	Soja (1000 sacos) Trigo (40 sacos) Leite (900 l/mês)	Milho Feijão Arroz Carne Batata Mandioca Vinho
04	45	sim	Soja (600 sacos) Trigo (115 sacos) Porco (2 ton/ano)	Queijo Carne Feijão Milho Mandioca Farinha
05	17,5	não	Soja (336 sacos) Leite (500l/mês)	Milho Carne Batata Mandioca Arroz Feijão Erva-mate
06	70 sociedade familiar: sogro + cunhado	sim	Soja (1400 sacos) Trigo (200 sacos) Vinho (1000 li.)	Milho Erva-mate Carne Arroz Feijão Farinha Batata
07	30 sociedade familiar c/ 2 ir- mãos	sim	Soja (800 sacos) Leite (500 l/mês)	Carne Milho Mandioca Feijão Batata

* Consideramos mecanizada a unidade familiar de produção que uti-

TABELA 1 - parte 2

FAMÍLIA	PROP. (ha)	MECANI- ZAÇÃO	PROD. P/MERCADO	PROD. P/AUTO- CONSUMO
08	12,5	não	Soja (80 sacos) Leite (300l/mês)	Carne Milho Feijão Mandioca Arroz Erva-mate
09	108 Sociedade familiar: 3 irmãos	sim	Soja (1800 sacos) Trigo (150 sacos) Aveia (2 ton.) Porco (4 ton/ano) Leite (800 l/mês)	Milho Feijão Mandioca Carne Ovos
10	113 Sociedade familiar: 4 irmãos	sim	Soja (3600 sacos) Trigo (300 sacos) Leite (700 l/mês)	Vinho Arroz Feijão Milho Mandioca Batata Carne
11	19,5	não	Soja (360 sacos) Trigo (30 sacos) Porco (5 ton/ano) Leite (450 l/mês)	Milho Feijão Mandioca Carne Erva-mate
12	125	sim	Soja (1800 sacos) Trigo (1100 sacos) Porco (12 ton/ano) Leite (1800 l/mês) Cachaça (12.000 l)	Milho Carne Feijão Batata Mandioca Erva-mate
13	50	sim	Soja (700 sacos) Trigo (90 sacos) Porco (2 ton/ano)	Milho Carne Aveia Mandioca Erva-mate Batata
14	12	sim	Soja (250 sacos) Leite (600 l/mês)	Milho Feijão Carne Trigo Erva-mate Uva

TABELA 1 - parte 3

FAMÍLIA	PROP.(ha)	MECANI- ZAÇÃO	PROD.P/MERCADO	PROD. P/AUTO- CONSUMO
15	32	sim	Soja (700 sacos) Trigo (120 sacos) Leite (300 l/mês) Porco (7 ton/ano)	Milho Feijão Carne Ovos
16	28	sim	Soja (500 sacos) Trigo (40 sacos) Vinho (1000 l) Leite (750 l/mês)	Milho Arroz Feijão Mandioca Porco
17	42 sociedade familiar c/filhos e genro	sim	Soja (800 sacos) Trigo (70 sacos) Vinho (5000 l/ano) Uva (3 ton/ano) Leite (600 l/mês)	Mandioca Carne Milho Erva-mate
18	65	sim	Soja (1500 sacos) Trigo (100 sacos) Leite (400 l/mês) Porco (13,2 ton)	Milho Mandioca Feijão Vinho
19	15,5 sociedade familiar c/ pai	não	Soja (150 sacos) Leite (450 l/mês)	Melado Carne Feijão Erva-mate Milho
20	37	sim	Soja (460 sacos) Leite (600 l/mês) Porco (1 ton/ano)	Milho Arroz Feijão Mandioca Carne
21	20,5	sim	Soja (300 sacos) Vinho(20.000 l/ano) Leite (600 l/mês) Porco (1,2 ton)	Milho Mandioca Feijão Arroz Carne
22	45	sim	Soja (400 sacos) Trigo (50 sacos) Vinho (200 l/ano)	Milho Mandioca Feijão Arroz Batata Carne Leite
23	29,5	não	Soja (150 sacos) Leite (400 l/mês) Porco (1,4 ton/ano)	Milho Carne Batata Feijão

TABELA 1 - parte 4

FAMÍLIA	PROP. (ha)	MECANI- ZAÇÃO	PROD.P/MERCADO	PROD.P/AUTO- CONSUMO
24	21	não	Soja (300 sacos) Leite (450 l/mês) Porco (1 ton/ano)	Milho Carne Feijão Trigo Batata Queijo Erva-mate Arroz
25	80	sim	Soja (900 sacos) Trigo (200 sacos) Leite (1200 l/mês) Vinho (3000 l/ano) Aveia (50 sacos)	Carne Milho Arroz Feijão Mandioca
26	29,5 Sociedade familiar c/ pai e irmão	sim	Soja (320 sacos) Trigo (70 sacos) Leite (700 l/mês) Porco (2 ton/ano) Vinho (500 l/ano)	Milho Carne Mandioca Feijão Batata
27	113 Sociedade familiar: 4 irmãos	sim	Soja (3600 sacos) Trigo (300 sacos) Leite (700 l/mês)	Arroz Feijão Milho Mandioca Vinho Batata
28	27	sim	Soja (200 sacos) Porco(1,44 ton/ano) Vinho (6000 l/ano) Leite (900 l/mês)	Carne Leite Arroz Trigo Milho Feijão Batata
29	49 Sociedade familiar c/ sogro	sim	Soja (310 sacos) Trigo (14 sacos) Vinho (1000 l/ano) Uva (600 kg)	Mandioca Carne Milho Erva-mate

FONTE: Pesquisa de Camp

Para tornar mais claros os dados, separamos na tabela os produtos que se destinam ao mercado e aqueles que se destinam prioritariamente ao auto-consumo, mas que têm seus excedentes comercializados. É interessante observar a formação entre estes produtores de sociedades familiares: são os casos das famílias 6, 7, 9, 10, 17, 19, 26, 27 e 29. Como veremos no decorrer do trabalho, esta é uma estratégia utilizada pelos produtores familiares que lhes permite manter sua condição social, devido ao uso comum da terra e da tecnologia. Aliás, o uso e a propriedade comum da tecnologia faz com que a modernização tecnológica seja viabilizada, apesar da ociosidade de tratores, colheitadeiras, calcareadores e mesmo semeadeiras.

Pelos dados da tabela 1 podemos perceber a importância da produção para auto-consumo. Desta produção bastante variada, o principal produto é o milho, que além de suprir as necessidades das unidades familiares, quer para o consumo humano, quer para o consumo animal, é um dos itens cuja sobra sempre é posta no mercado. Acompanhando o milho, vem a carne - compreendendo-se aqui o boi, o porco e as aves - todas as famílias a produzem; algumas para o mercado, no caso do porco, mas em geral a produção tem como prioridade o auto-consumo. Pelos demais itens, vemos que toda a alimentação, com exceção do sal, do açúcar e do café, é produzida pelos próprios agricultores.

Quando tratamos da produção familiar, a composição da família é um dado importante, pois nos permite estabelecer relações entre o volume de mão-de-obra disponível e a capacidade de absorção desta no interior da unidade familiar. As estratégias e a intensidade de ocupação dessa mão-de-obra são determinadas pelos limites físicos da propriedade associados ao uso mais ou menos intenso de tecnologia moderna - máquinas e insumos. A tabela 2 nos dá a composição das famílias levando-se em conta somente os membros que estão presentes, dependendo de uma forma ou de outra da unidade familiar. Estão ex-

cluídos da tabela portanto os filhos e filhas que se casaram e constituíram novas unidades de produção, bem como aqueles que migraram em busca de trabalho e de profissionalização fora da unidade familiar de produção.

TABELA Nº 2: COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS DE COLÔNIA SANTO ANTÔNIO SEGUNDO A IDADE DE SEUS COMPONENTES

FAMÍLIA	PAI	MÃE	FILHOS		AGREGADOS E PARENTESCO COM O CHEFE										TOTAL
			Masc.	Fem.	PAI	MÃE	SOGRO	SOGRA	GENRO	NORA	IRMÃO	IRMÃ	OUTROS*		
													Masc.	Fem.	
01	42	42	18 17 15 12 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	07
02	49	45	13 08	19	-	82	-	-	-	-	-	-	-	-	06
03	37	37	09 04	14	-	-	-	67	-	-	-	-	-	-	06
04	35	35	09	04	57	57	-	-	-	-	-	-	-	-	06
05	35	34	06	09	-	58	-	-	-	-	-	-	-	-	05
06	46	41	12 15	16 15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05
07	37	32	09	10	-	62	-	-	-	-	-	28	-	-	06
08	41	40	06	15 09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05
09	40	40	10 05	17	-	82	-	-	-	-	-	-	-	-	06
10	36	33	09 03	06	-	68	-	-	-	-	-	-	-	-	06

*Outros aqui se refere: no caso da família 13 a um rapaz com 23 anos que mora com a família desde os 11 anos e não possui nenhum grau de parentesco com o chefe; no caso da família 22 a uma neta do chefe da família e no caso da família 28 à madrasta do chefe.

TABELA 2 - Parte 2

FAMÍLIA	PAI	MÃE	FILHOS		AGREGADOS E PARENTESCO COM O CHEFE											TOTAL
			Masc.	Fem.	PAI	MÃE	SOGRO	SOGRA	GENRO	NORA	IRMÃO	IRMÃ	OUTROS			
													Masc.	Fem.		
11	56	47	26 19	23 18 12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	07
12	39	33	14 09 07	-	-	62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	06
13	38	40	07	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	05
14	36	31	-	13 12	-	65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	06
15	39	32	12 03	10 04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	06
16	54	52	27 24 19 15 13 11 09	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
17	59	52	32	-	-	-	-	-	-	-	28	-	-	-	-	04
18	43	39	22 16	08	-	83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	06
19	47	54	16 12 10	18	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	07
20	47	44	20 14	19 13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	06
21	51	45	28	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	06
22	64	60	31 30 28	-	-	-	-	-	-	-	28	-	-	-	01	07

TABELA 2 - Parte 3

FAMÍLIA	PAI	MAE	FILHOS		AGREGADOS E PARENTESCO COM O CHEFE											TOTAL
			Masc.	Fem.	PAI	MAE	SOGRO	SOGRA	GENRO	NORA	IRMAO	IRMA	OUTROS			
													Masc.	Fem.		
23	37	38	15	-	76	79	-	-	-	-	-	-	-	-	05	
24	39	46	-	10	-	68	-	-	-	-	-	32	-	-	05	
25	40	36	02	08	-	67	-	-	-	-	-	-	-	-	05	
26	37	33	-	11	71	-	-	-	-	-	32	-	-	-	05	
27	41	33	10 07 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05	
28	40	31	11	07 05 02	73	-	-	-	-	-	-	-	-	65	08	
29	28	29	07	04 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05	

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

b.1) Colônia a Santo Antônio

Colônia Santo Antônio situa-se no município de Ijuí, no noroeste do Rio Grande do Sul, e sua fundação foi feita por descendentes de italianos vindos da região das "Colônias Velhas" do Rio Grande do Sul*. Seu surgimento se dá junto com a ocupação da região dos rios Ijuí e Conceição, denominada na época Colônia de Ijuhy, em 1890.

O relatório da Comissão de Terras e Colonização de 8 de janeiro de 1899, referindo-se a Ijuí, afirma que existia aí uma população de 8500 pessoas, uma área cultivada de 113.805.856 m². Na sede da Colônia (atual cidade de Ijuí) havia 31 casas de negócios e 35 estabelecimentos industriais. Calculava-se a produção em 2.000 contos de réis; a exportação era de 350 contos de réis e a importação de 500 contos de réis. As principais culturas "eram milho, feijão, trigo, centeio, cevada, arroz, fava, lentilha, alfafa, amendoim, mandioca, batata, cana, vinho e fumo" (LAZZAROTTO, 1981, p. 21). Os principais produtos exportados eram "banha, fumo, aguardente, milho, farinha de trigo, farinha de milho e de centeio, manteiga e melado" (idem, p. 21).

Havia também em Ijuí 7 escolas, sendo duas públicas e 5 particulares.

Em 1911, foi inaugurada a estrada de ferro ligando Ijuí ao município de Cruz Alta. Com esta estrada, melhoram as condições de escoamento da produção. Em consequência ocorre uma valorização das terras, que quádruplicam seu valor:

"As terras da colônia de Ijuhy têm-se valorizado enormemente nos últimos anos, sendo o impulso maior devido à presença da Estrada de Ferro de Cruz Alta à foz do rio Ijuí" (Relatório dos Negócios das Obras públicas. 1911/12)

A produção nesse momento dobrou e a exportação triplicou.

*A grande maioria dos habitantes da Colônia de Ijuí são de origem alemã. Os poloneses que aí se instalaram em 1890 re-emigraram principalmente pelos conflitos raciais com os ale

Em 30 de janeiro de 1912 cria-se o município de Ijuí, desmembrando-se de Cruz Alta. Pelo Relatório dos Negócios e Obras Públicas desse ano, a população era calculada em 25.000 habitantes. Havia 300 km de estradas carroçáveis e 500 km de estradas vicinais.

"Funcionam trinta e duas escolas, sendo 12 estaduais, quatro municipais e dezesseis particulares*. A matrícula era de 1600 crianças. Havia setenta casas de comércio, dezesseis serrarias a vapor, uma serraria hidráulica, vinte e oito moinhos hidráulicos para milho, trigo e centeio, quatro moinhos a vapor, quarenta e dois engenhos de cana (para aguardente), onze fábricas de cerveja (...) duas refinarias de banha, dezenove ferrarias e fábricas de carroças e carros de boi (para a agricultura), seis olarias, duas carpintarias a vapor, cinco cortumes, três fábricas de farinha de mandioca, três padarias, seis funilarias e quatro engenhos para beneficiar arroz..." (LAZZAROTTO, idem, p. 22).

A produção era calculada em 5.000 contos de réis e a exportação estava entre 2.500 e 3.000 contos. A exportação continuava sendo basicamente de produtos animais (banha e manteiga), de cereais e madeira.

Esses dados numericamente expressivos têm sua expressão relativizada à medida que sua maioria são pequenos estabelecimentos que funcionam com força de trabalho familiar. Não se constitui nesse momento, na cidade de Ijuí, um proletariado urbano.

É nesse contexto que surge e se desenvolve Colônia Santo Antônio, na primeira década do século XX.

É importante observar que com o processo de modernização da agricultura, a maior parte dos produtores familiares do município de Ijuí se especializam na produção de trigo e soja, abandonando as culturas para o auto-consumo, que desaparece praticamente na década de 70**. Colônia Santo Antônio é

*As escolas particulares na sede do município estão ligadas às ordens religiosas; no meio rural são mantidas pela própria população.

** Ver a este respeito RASIA e ZAGO, 1984.

a única localidade que, ao lado do trigo e da soja, manteve a produção para o auto-consumo. Esta por sua vez se beneficiou dos melhoramentos técnicos introduzidos para a lavoura de trigo e soja.

Hoje o município de Ijuí conta com uma população de 70.932 habitantes, sendo que destes 53.958 residem na área urbana. É um município basicamente produtor de trigo e soja, cuja comercialização é feita através da Cooperativa Regional Tritícola Serrana - COTRIJUÍ.

Colônia Santo Antônio situa-se a 20 km da sede do município e conta com uma população de 900 habitantes. Possui uma escola de 1ª a 8ª série na sua sede e uma escola de 1ª a 4ª série em seu interior. Possui ainda equipamentos mínimos para o serviço religioso (uma capela), um salão de festas, um campo de futebol, uma cancha de bocha e uma pequena casa de comércio. Todos os serviços urbanos de que a população necessita são buscados na sede do município ou então em Catuípe, município vizinho à Colônia.

b.2) A Coleta dos Dados

O trabalho de campo foi iniciado em dezembro de 1984 e concluído em dezembro de 1985. Assim, acompanhamos durante um ano a vida e as atividades dos moradores de Colônia Santo Antônio. Inicialmente visitamos as famílias que possuíam filhos matriculados nas escolas e constatamos que aquelas que moravam mais distante da sede matriculavam seus filhos nas séries iniciais na escola do interior da colônia. Assim que estes completavam a quarta série, continuavam os estudos na escola na sede da Colônia. a partir disto, decidimos acompanhar 27 das famílias que possuísem crianças matriculadas nas duas escolas ou somente na escola da sede. Esse número corresponde a 30% das famílias com crianças matriculadas. Foram entrevistadas duas famílias que, embora não tenham filhos matriculados nas escolas da Colônia, possuem uma certa especificidade:

24
os filhos realizaram ou estão realizando curso superior. A inclusão dessas famílias foi feita tendo em vista apreender a trajetória escolar dos filhos e as estratégias utilizadas que possibilitaram aos mesmos a continuidade do estudo.

O critério econômico utilizado, associado à matrícula dos filhos na escola, foi o tamanho da propriedade e o uso ou não de tecnologia moderna. Este critério nos permitiu contemplar nas entrevistas e no acompanhamento que fizemos as diferenciações sociais existentes entre as famílias de produtores de Colônia Santo Antônio.

Como estamos preocupados em analisar o trabalho, a escolarização, o brinquedo e o jogo para três gerações, aos critérios acima associamos a existência de velhos - pais de um dos cônjuges na família. Encontramos nesta situação 16 famílias.

As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro semi-estruturado, tendo em vista reconstituir a história de vida dos produtores familiares no que diz respeito ao trabalho, à educação escolar, ao brinquedo e ao jogo. As entrevistas foram sempre feitas com a participação do casal. No caso dos velhos, quando ainda estava vivo o casal, utilizamos o mesmo procedimento usado na entrevista com os pais. Quando só um dos velhos estava presente, a entrevista era realizada obviamente com este.

As entrevistas foram todas gravadas em fita cassete, e transcritas com a maior fidelidade possível à linguagem dos informantes. Participou das entrevistas e de todo o processo de coleta de dados minha esposa Iara, que está utilizando as mesmas narrativas para sua tese de doutoramento em linguística.

Pelo fato de sermos um casal a participar da vida da Colônia, parece-nos que os produtores familiares se mostraram mais à vontade para fornecer, enquanto casais, as informações. A situação de interação, à medida em que as visitas se sucediam, foi evoluindo para uma relação de amizade desapare-

cendo o desconforto que gera o fato de alguém se sentir observado, indagado sobre sua história de vida. Neste sentido, a situação que se criou foi a mais amistosa possível. Hoje somos todos conhecedores das trajetórias pessoais, nossas e deles.

Fizemos também entrevistas com crianças de 16 das 29 famílias estudadas. Essas entrevistas serviram como contraponto aos dados obtidos pelos demais meios junto aos pais e avós, mas não acrescentaram praticamente nada de novo ao que já havíamos conseguido.

Além da entrevista, muitos dados foram coletados a partir da observação e do registro no diário de campo. Esta fase de observação se estendeu por todo o ano de 1985. Participamos com eles de festas, de ofícios religiosos, do processo de trabalho; enfim de tudo aquilo que é significativo para suas vidas. Muitos foram os almoços e jantares que compartilhamos e grande parte dos dados coletados o foram nessas circunstâncias.

A análise dos dados obedece em parte a técnica da análise qualitativa, dispensando-se portanto o uso de estatísticas, embora os depoimentos citados no texto o sejam devido à sua recorrência entre os entrevistados. O critério de seleção dos mesmos para inclusão no texto foi portanto o de sua significação para o conjunto da população estudada.

CAPÍTULO I

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO

Neste capítulo explicitaremos dois elementos que caracterizam o trabalho entre os produtores familiares de Colônia Santo Antônio: o primeiro deles diz respeito às atividades e operações que compõem os diferentes processos de trabalho e sua realização; o segundo é o caráter familiar do trabalho - como a família se organiza para trabalhar.

Nossa preocupação aqui será a de recuperar ou de reconstituir os processos de trabalho (das diferentes culturas) realizados pelos produtores familiares, que apesar de modernizados pela ação do capital e a ele subordinados, possuem ainda ao nível da organização do trabalho um certo grau de autonomia em relação ao capital que os subordina. São os produtores que decidem sobre o que fazer, como e quando fazer ao nível da realização do trabalho.

Partiremos da constatação de que o trabalho, embora familiar e realizado no interior de pequenas propriedades, é um processo altamente complexo, que exige conhecimentos e habilidades específicas do trabalhador, dada a natureza das operações e atividades que comporta e da tecnologia que nele se emprega. Procuraremos mostrar como mesmo diante de um quadro aparentemente adverso, a produção familiar é reiterada*, no sentido de que dentro deste quadro - de dominação do capital - é viabilizada e intensificada a produção de mercadorias entre pequenos proprietários com os recursos "oferecidos pelo capital" por um lado. E por outro lado, como esta produção de mercadorias que exige um alto grau de especialização do produtor,

*Ver a este respeito WANDERLEY, M.N.B. e outros. Trajetória Social e Projeto de Autonomia: Os Produtores Familiares de Algodão da Região de Campinas - São Paulo. Campinas. UNICAMP/FAPESP . março 86 (Relatório Parcial mimeo)

se dá simultaneamente com a produção para o auto-consumo. Neste momento e neste caso é impossível fazer a distinção proposta por CHAYANOV (1980) no interior da economia familiar entre economia natural e economia mercantil.

O que nos preocupa também neste capítulo é entender como o capital, mesmo modernizando e subordinando estes produtores, não desarticula as unidades familiares de produção, nem destrói em seu interior a produção para o auto-consumo. Ao contrário, o capital serve-se do trabalho familiar para realizar sua valorização; ao mesmo tempo inscreve os produtores familiares ao circuito da troca, do mercado, ampliando o horizonte da sociabilidade dos agentes sociais. À produção de mercadorias alia-se uma forte produção para o auto-consumo e convivem nestas unidades de produção a especialização em determinados produtos (para o mercado) com a diversificação (para o auto-consumo). Existe um momento porém, em que os limites entre a produção para o mercado e a produção para o auto-consumo se confundem. Este momento é aquele em que tudo o que se produz pode tornar-se mercadoria.

a) As atividades e Sua Realização

MARX afirma que "o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media (sic), regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza." (MARX, 1985, p.149).

O que importa reter aqui é a idéia de que o trabalho humano enquanto atividade é uma relação de transformação entre

o homem e a natureza; uma ação deste sobre aquela, tendo como resultado final a transformação de ambos os pólos da relação.

MARX continua afirmando que a ação do homem sobre a natureza é dotada de intencionalidade e que o resultado final do processo já está previsto em seu início, na consciência do sujeito trabalhador. Além dessa atividade voltada para um fim - o trabalho - são elementos componentes do processo também os objetos de trabalho (num sentido amplo, a matéria a ser trabalhada ou transformada) e os meios (os instrumentos que o homem utiliza para trabalhar.

Até aqui, mesmo tendo estabelecido o que é o processo de trabalho e quais são seus elementos, estamos ainda num nível de análise a-histórico, que não toma em consideração portanto os modos de produção e as formas concretas sob as quais a relação homem-natureza se manifesta, se realiza.

Se considerarmos, com MARX (1975, p. 92.3) que a constituição da relação social capitalista pressupõe a separação entre o trabalhador e as condições objetivas de produção - no caso a terra e os instrumentos de trabalho - vemos que os produtores familiares mantêm a propriedade da terra e do instrumental de trabalho e o trabalhador diferencia-se de sua força de trabalho, no sentido de que ele não é um servo nem um escravo. Porém ao diferenciar-se, ele não se transforma nem num capitalista no sentido marxista do termo nem num trabalhador assalariado. Isto leva alguns autores a afirmar que as relações sociais constituídas no interior da pequena produção e a produção daí resultante não são tipicamente capitalistas.*

SANTOS (1978) ao comentar a constituição histórica da relação de trabalho tipicamente capitalista, a partir do texto de MARX afirma que:

"Confrontando o trabalho camponês (entendido aqui como familiar) com essas condições (...) pode-se verificar em que medida tais condições se efetivam pa-

* Sobre este ponto ver especialmente MARTINS, J. de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo, Hucitec, 1979 e Capitalismo e

ra o camponês. Em primeiro lugar o camponês inserido no modo de produção capitalista não se relaciona com a terra como condição natural de produção, mas sua relação é determinada pelo fato de a terra ser equivalente de mercadoria cuja apropriação se faz mediada pelo valor de troca. Em consequência também não se defronta com uma 'entidade comunal' enquanto formação real, mas apenas enquanto representação utópica, em segundo lugar, o camponês detém a propriedade sobre os meios de produção, não ocorrendo a 'dissolução das relações em que o homem mostra-se como proprietário do instrumental' (...) Em terceiro lugar, o camponês possui os meios de vida 'necessários à sua manutenção como produtor'. Na unidade camponesa (ou familiar) combinam-se a produção de meios de vida e a produção de mercadorias. Em quarto lugar, o camponês não se inclui como 'fonte direta das condições objetivas de produção' mas se antepõe a elas enquanto proprietário das condições de seu trabalho...

Logo, no seu processo de trabalho não se realizam todas as condições fundamentais da relação social de produção capitalista..." (SANTOS, 1978, p.22.3- Os parênteses são meus J.M.R.)

SANTOS conclui por aí também dizendo que o camponês não é um "personagem tipicamente capitalista".

Se é correto que as determinações do modo de produção capitalista dominam a produção em geral na sociedade brasileira, temos que admitir que a produção camponesa ou familiar é dominada por estas determinações e é uma forma particular de realização do capitalismo em um ramo específico da produção de mercadorias, a agricultura. Subentenda-se com isto que não estamos reduzindo toda a produção agrícola brasileira a esta condição, mas apenas aqueles setores nos quais predominem a pequena propriedade e o trabalho familiar. E o fato deste produtor não ser um personagem tipicamente capitalista não retira porém de sua produção o caráter capitalista, isto é, o caráter de produção voltada para a criação de valor.

Neste sentido nos opomos à corrente marxista que só reconhece a presença do capitalismo naqueles setores da produção em que predomina a relação de assalariamento ou que reduz as formas de parceria, pequeno arrendamento e mea-

ção a formas disfarçadas de assalariamento*.

O que sustentamos é que o trabalho realizado pelos produtores familiares é um trabalho dominado pelo capital e criador de valores de troca.

Quando afirmamos que entre os produtores familiares de Colônia Santo Antônio o trabalho é um trabalho familiar, estamos afirmando que quem o realiza é o conjunto da família, ou seja, a organização do trabalho e a realização das atividades que o compõem estão sob a responsabilidade da família. Isto significa que não existem atividades destinadas ou executadas por trabalhadores assalariados. As famílias de Colônia Santo Antônio dispõem exclusivamente da força de trabalho familiar; quando em alguns momentos esta não consegue dar conta das atividades, recorrem ao trabalho de vizinhos e/ou parentes. Estes casos porém são esporádicos e se dão sob a forma de ajuda mútua, não implicando em assalariamento, antes revelam mais uma dentre as diferentes formas de solidariedade existentes entre os moradores de Colônia Santo Antônio. Quando a realização da atividade implica no uso do instrumental mecânico, paga-se o combustível utilizado e o trabalho é retribuído com trabalho.

A não existência de trabalho assalariado em Colônia Santo Antônio nos permite afirmar também a não existência de uma divisão capitalista do trabalho, enquanto expressão da separação entre as funções de direção e controle e as funções de execução do processo de trabalho. Isto não significa porém, que o processo de trabalho que estes produtores familiares realizam deixe de ser ao mesmo tempo que processo de transforma-

*Para o primeiro caso ver LÊNIN. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. São Paulo, Brasil Debates, 1980, 100p. Nesta obra uma das conclusões de Lênin é que "o indicador essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado". Para a segunda questão ver especialmente Caio PRADO JR. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979, especialmente capítulo 4 . p. 142.60.

ção da natureza, processo também de valorização, dado que seu resultado (as mercadorias) se insere no processo de divisão social do trabalho. A ausência do trabalho assalariado, no caso em estudo, não retira do trabalho realizado pelos produtores familiares o caráter de trabalho produtor de valor, valor este que em sua maior parte- através dos mecanismos de subordinação- é transferido para os setores financeiro e industrial do capital e parte reaplicada na própria unidade familiar de produção sob a forma de insumos, máquinas, implementos e benfeitorias. Neste sentido parte do valor produzido pelo trabalhador familiar é utilizado para formação do patrimônio da família. Portanto a tese que subjaz à nossa argumentação é que o trabalho familiar é uma forma capitalista de trabalhar, aproveitando ao máximo a força de trabalho familiar e os demais recursos disponíveis na unidade de produção. Se por um lado os limites desse aproveitamento são dados pelos limites físicos da pequena propriedade, por outro estes limites podem ser rompidos, à medida que a tecnologia empregada é capaz de intensificar a produtividade do trabalho. Esta intensificação resulta necessariamente numa produção cada vez maior de valor, embora a maior parte do valor aí produzido não seja acumulado no interior da própria unidade familiar de produção.

Assim, a análise que fazemos do processo de trabalho familiar considera-o como trabalho criador de valor e enquanto tal sujeito às determinações econômicas do modo de produção capitalista por um lado, e por outro às possibilidades e necessidades internas das unidades familiares de produção.

Das vinte e nove famílias que compõem nosso estudo, vinte e duas estão com seus processos de trabalho mecanizados. Isto significa que usam tratores, colheitadeiras, implementos e até mesmo energia elétrica (no caso do vinho e da preparação de ração para os animais) para a realização do trabalho.

Do ponto de vista econômico, destacam-se as produções

de soja (22 famílias); trigo (17 famílias); leite (16 famílias); uva e vinho (12 famílias) e criação de porcos (12 famílias).

As sete famílias que não dispõem de mecanização têm na soja e no leite os principais produtos na composição da "economia familiar". Em segundo lugar vem a criação de porcos. Somente uma das 7 famílias produz trigo sistematicamente.

Unindo-se as famílias que dispõem de mecanização (22) com as que não dispõem (7), os produtos produzidos para o mercado obedecem a seguinte distribuição: 29 famílias produzem soja; 23 produzem leite; 18 produzem trigo e 16 produzem porcos.

Dos produtos voltados para o auto-consumo destacam-se entre as famílias mecanizadas o milho com 22 famílias; carne (de aves, de boi ou de porco) 22 famílias; mandioca e feijão 17 famílias; o arroz é produzido em 10 famílias; a batata inglesa por 9 e a erva-mate por 6 famílias.

Das famílias não mecanizadas 7 produzem milho e carne, 6 produzem feijão e erva-mate; 4 produzem mandioca e 3 produzem arroz e batata inglesa.

Juntando-se as famílias mecanizadas e não mecanizadas, temos a seguinte distribuição no que diz respeito aos produtos para o auto-consumo: as 29 famílias produzem milho e carne; 23 produzem feijão; 21 produzem mandioca; 13 produzem batata inglesa e erva-mate.

A observação das exigências para cada uma dessas culturas - tanto as que se destinam ao mercado quanto as que se destinam ao auto-consumo - nos permite afirmar a existência não de um, mas de diversos processos de trabalho nas unidades familiares de produção, que muitas vezes se desenvolvem de forma simultânea.

Voltando à questão dos produtos e de sua importância econômica, 100% (29) das famílias produzem soja para o mercado. O segundo produto é o leite, produzido por 23 famílias;

em terceiro lugar vem o trigo produzido por 18 famílias; em quarto vem o porco produzido por 16 famílias e em quinto a uva e o vinho produzidos por 12 famílias.

Destes produtos selecionamos para reconstituição do processo de trabalho a soja, o trigo a uva e vinho. Os porcos e o leite também terão seus processos de produção reconstituídos, embora sejam considerados produções do trabalho doméstico. O conceito de trabalho doméstico que utilizaremos aqui é o conceito desenvolvido por RASIA e ZAGO, que "engloba o cuidado com os animais, a horta, a lavoura de subsistência e também a limpeza e a conservação da casa" (RASIA e ZAGO, 1984,p. 29). Este trabalho extrapola portanto a dimensão da casa e do terreiro. O trabalho da casa, ou o serviço da casa compreende, segundo RASIA e ZAGO, 1984, as atividades de cuidar da casa, lavar e passar a roupa, cuidar das crianças e costurar. Este trabalho se caracterizou historicamente - e não só entre os agricultores - por ser uma atribuição das mulheres.

Dos produtos destinados ao auto-consumo reconstituiremos o processo de produção do milho, dado que este está presente em todas as unidades familiares de produção de Colônia Santo Antonio e possui um significado especial no conjunto das atividades da família à medida em que é usado na alimentação da família e dos animais.

Reconstituição 1: Processo de Produção da Soja

A produção da soja compreende as seguintes operações:

A) Preparação do Terreno - Compreende: a "pateação" ou aração dependendo do tipo de arado utilizado - arado pé-de-pato ou arado de disco, nas unidades mecanizadas. Este arado é acoplado ao trator. Nas unidades não mecanizadas usa-se o arado de tração animal; a gradeação que nas unidades mecanizadas é feita com o emprego de grade de disco acoplada ao trator e nas unidades não mecanizadas é feita com a grade de pinos com tração animal; calcareamento que consiste em espalhar calcário sobre o ter-

reno com o auxílio de um implemento chamado calcareador, acoplado ao trator nas unidades mecanizadas. Nas unidades não mecanizadas o calcário é semeado manualmente; nivelamento do terreno feito com o uso de um arado terraceador de tração mecânica (trator). Quem não está mecanizado e precisa construir terraços, recorre a um vizinho para que preste-lhe tal serviço. O pagamento do combustível utilizado no trator é feito em dinheiro. O trabalho do operador é retribuído com trabalho.

Nas unidades mecanizadas a preparação do terreno é feita pelos homens da família. Nas unidades não mecanizadas as mulheres participam principalmente da aração. O período de preparação do terreno compreende os meses de setembro e outubro. Como as propriedades são pequenas, no máximo 15 dias são suficientes para que toda esta operação esteja concluída, dependendo das condições climáticas, do estágio em que se encontra a colheita do trigo ou de outro produto que esteja ocupando o terreno destinado à soja.

Convém ressaltar que o calcareamento e o nivelamento são feitos em intervalos grandes de tempo (de 2 a 3 anos). A propriedade do arado terraceador e do calcareador em geral é comum a várias famílias. O calcareamento e o nivelamento situam-se entre as práticas conservacionistas do solo - correção de pH e proteção contra a erosão.

b) Semeadura ou Plantio - é feita logo após a preparação do terreno. Nas unidades mecanizadas utiliza-se o trator e a semeadeira; ao mesmo tempo que se planta se distribui o adubo. Esta operação é executada por um homem que dirige o trator e uma mulher ou criança que cuida da semeadeira, para que não falte nem semente nem adubo. Planta-se a soja em geral no final de outubro. Quando porém, as condições climáticas não são favoráveis - muita seca ou muita chuva - pode-se plantar ainda nos meses de dezembro e mesmo janeiro. A soja deste período é considerada soja do tarde e pode sofrer com as geadas de abril.

Quando o plantio é manual usa-se a matraca, que é

manuseada por todos os membros da família: homens, mulheres, crianças e velhos.

c) Limpeza ou Capina - pode ser mecânica, manual ou com tração animal. A capina mecânica supõe o trator e a capinadeira a ele acoplada e requer apenas um homem (que dirige o trator) para sua realização. A capina manual é a mais comum e se faz com o auxílio da enxada. Participam dela todos os membros da família, desde os velhos até as crianças de 6, 7 anos. Quando se usa a capinadeira de tração animal, em geral o pai controla a capinadeira e uma criança monta no cavalo para mantê-lo nas linhas entre as plantas.

Existe ainda uma forma manual de limpeza da lavoura que é feita após a capina e que se chama repasso ou catação. Esta atividade consiste na retirada das ervas daninhas que ficam muito próximas ao pé da planta. Para evitar danos à planta, sua retirada é feita em geral com o uso da mão. A capina é feita normalmente a partir do final de novembro, estendendo-se pelos meses de dezembro e janeiro. A coincidência desta atividade com as férias escolares permite que a criança participe o dia todo do trabalho.

d) Aplicação de defensivos - em geral é feita nos meses de dezembro e janeiro, época em que a planta já está crescida e é atacada por lagartas. Usam-se inseticidas. A tendência atual é de intensificação do controle biológico.

O controle biológico é feito através da aplicação de "Baculo Virus". Os agricultores detêm a técnica da produção do "Baculo Virus" e atualmente só recorrem ao uso de inseticidas quando a infestação por pragas é muito intensa. Tanto o controle biológico, quanto a aplicação de inseticidas são feitos pelos homens com o auxílio de um pulverizador acoplado ao trator.

Nas unidades não mecanizadas contrata-se o serviço de um terceiro para pulverizar e o pagamento é feito da mesma forma empregada para a construção de terraços.

e) Colheita - última operação do processo de trabalho na lavou-

ra de soja. Seu início se dá em março e deve estar concluída até final de abril. Nas unidades mecanizadas usa-se a colheitadeira (que serve também para o trigo). Esta é operada por um homem. O transporte do produto até o armazém ou depósito em geral é feito por carreta acoplada ao trator ou por caminhão, utilizando-se para tanto um homem como condutor. Quando o grão é ensacado, utiliza-se a mão-de-obra das mulheres e das crianças.

Quando a colheita é manual, usa-se a foicinha para o corte e participam desta operação todos os componentes da família. As crianças com menos de 10 anos juntam os pés cortados e levam-nos a uma carroça, conduzida por um menino e com tração animal. Este por sua vez leva a soja até a trilhadeira.

A trilhadeira funciona num lugar fixo e é movida por um motor diesel. Da trilha participa toda a família: o pai ou um outro adulto coloca a soja na "boca" da trilhadeira, as mulheres e as crianças ensacam a soja e costuram os sacos e alguns adultos recolhem a soja ensacada para o armazém ou galpão. A soja muitas vezes é plantada em consórcio com o milho ou a mandioca.

Reconstituição 2: Processo de Produção do Trigo

A produção do trigo é realizada em 18 das 29 unidades familiares por nós estudadas, sendo que 17 das quais são mecanizadas. Apenas uma unidade não mecanizada produziu trigo na safra de 1984. Nesta unidade as atividades foram todas realizadas manualmente e com a ajuda da tração animal. A unidade em questão plantou 4 ha de trigo e produziu 30 sacos, o que se considera um rendimento que apenas cobre os custos de produção, que estão em torno de 8 sacos por hectare.

As atividades que compõem o processo de trabalho para a produção de trigo são:

a) Preparação do Terreno - esta operação compreende quatro atividades que são a "aração" ou "pateação". Utiliza-se o arado

de discos ou o arado pé-de-pato, dependendo das condições do terreno e da profundidade com que se queira fazer os sulcos. A "gradeação", que consiste em desmanchar possíveis torrões que tenham sobrado após a aração ou pateação. Usa-se a grade de disco. À gradeação sucede o nivelamento do terreno - confecção dos terraços - que é feito mediante o uso do "arado terraceador" e por último o "calcareamento", que consiste em espalhar o calcário para correção do solo. Para esta operação, como na soja, usa-se o calcareador. Também como na soja o nivelamento e o calcareamento são atividades executadas somente quando o terreno sofre ação da erosão ou quando seu pH está alterado.

Toda a preparação do terreno é realizada pelos homens. As mulheres e as crianças não participam das mesmas, a não ser os meninos com mais de 14 anos, a quem já é permitido o manejo do trator, dado que todas estas atividades supõem o uso de trator.

b) Plantio ou Semeadura - como na soja, é feita empregando-se o trator e a semeadeira, que ao mesmo tempo que distribui a semente, distribui também o adubo. Aqui necessita-se de um homem para o trator e uma criança ou uma mulher para a semeadeira.

c) Limpeza - a limpeza é uma atividade manual, sendo que na maioria dos casos, como as terras são desinçadas, esta operação não precisa ser realizada. Somente quando aparecem pés de mostarda, nabo ou colza em meio ao trigo é que se faz necessária esta operação de limpeza. A família - adultos, velhos e crianças - reúne-se para proceder manualmente a limpeza.

d) Aplicação de Defensivos - os defensivos são aplicados quando existe a presença de doenças e quando a umidade e o calor propiciam o aparecimento de pulgões. Usa-se o pulverizador acoplado ao trator. Esta operação é sempre realizada pelos homens.

e) Colheita - a colheita em todas as 17 unidades mecanizadas é feita com o emprego de colheitadeiras que são operadas por adultos (homens). As mulheres e crianças participam auxiliando no

ensacamento do grão. Um adulto ainda dirige o caminhão ou trator com carreta e transporta o produto para o armazém ou depósito.

O trigo pelas suas características, não pode ser consorciado com outras culturas. Ele produz touceiras que pefilham e tomam conta do terreno.

O período de sua produção corresponde aos meses de inverno. Em geral seu plantio é feito no mês de maio e sua colheita termina em outubro. Excepcionalmente, quando as condições climáticas não são favoráveis, o plantio pode se estender pelo mês de junho e a colheita avança novembro a dentro. Quando isto acontece as culturas de verão, o milho e a soja, a mandioca e o feijão podem ser prejudicados.

Pelas operações que comporta e como o trigo é plantado praticamente somente nas unidades mecanizadas, é uma das culturas que menos ocupa a mão-de-obra feminina e infantil. As mulheres e as crianças, participam mais ativamente do plantio - na semeadeira - e da colheita.

Reconstituição 3: Processo de Produção da Uva e do Vinho

Das 29 famílias por nós estudadas 12 produzem uva e vinho. A produção da uva compreende:

a) Formação do Parreiral - esta operação é dividida em várias atividades que compreendem a escolha do terreno, em geral plano e próximo à casa; demarcação das covas e plantio das mudas; estaqueamento e esticamento do arame de sustentação - os parreirais mais antigos têm postes em madeira e colocados verticalmente e o arame é esticado com o auxílio de grandes pedras amarradas e suspensas em suas pontas. Os parreirais mais recentes são feitos com postes de concreto e o esticamento do arame se faz com os postes externos inclinados, formando um ângulo externo de 60° com o solo, dispensando as pedras nas pontas do arame. Esta inovação permite manter por mais tempo o esticamento do arame em condições ideais para a produção - ventilação,

umidade e luz. Feita a armação, procede-se ao plantio do cavalo. Usam-se duas técnicas de enxerto: a estaca e a gema. O enxerto é feito após um ano do plantio do cavalo, na primavera.

b) Adubação e Calagem - faz-se a adubação e a calagem antes que se inicie a brotação, nos meses de julho e agosto.

c) Poda - formado o parreiral, já com as mudas consolidadas, procede-se a poda, que consiste na retirada dos brotos em excesso. Esta primeira poda é também chamada desbrota verde pelos agricultores. Este trabalho é feito por todos, sendo que os velhos, as mulheres e as crianças têm uma participação intensa nesta atividade.

d) Capina - São feitas quatro capinas anuais, com enxadas, envolvendo toda a família, principalmente as mulheres, as crianças e os velhos.

e) Amarração da videira - antes da brotação, no final do inverno e início da primavera, procede-se a poda anual acompanhada da amarração da videira. Cortam-se os galhos com o auxílio de tesouras e procede-se a amarração com o auxílio de varas de vime. O uso do vime é uma inovação em relação ao passado, quando se usava a palha de milho. O vime, além de durar mais, mantém o parreiral mais firme por mais tempo. As varas de vime, que a própria família produz nos lugares úmidos da propriedade, são aquecidas para que se tornem mais flexíveis e facilitem a amarração.

As crianças que já alcançam os galhos ajudam na amarração, as menores se responsabilizam pela preparação das varas, tirando-lhes as folhas e aquecendo as varas sobre a chama de uma pequena fogueira. Nesta operação não se dispensa o trabalho das mulheres e dos velhos.

f) Aplicação de Defensivos - no inverno aplicam-se defensivos no caule e em setembro nas folhas. Os grãos recebem uma aplicação de sulfato de cobre em novembro. A aplicação de defensivos é feita com o uso de bombas movidas a eletricidade. No passado usava-se o pulverizador costal, que segundo os produ-

tores sacrificava bastante o aplicador. A aplicação de defensivos é uma atividade desempenhada somente pelos homens.

g) Colheita - a colheita é feita em janeiro, participando dela toda a família. Muitas vezes os vizinhos participam num esquema de cooperação mútua.

h) Feitura do Vinho - simultaneamente à colheita da uva, um grupo se organiza para moê-la e inicia a feitura do vinho. Em geral a colheita, o esmagamento da uva e seu armazenamento em pipas é feito sob a orientação do chefe da família e/ou dos filhos mais velhos que conhecem o processo de feitura dos diferentes tipos de vinho.

A uva é esmagada por um cilindro movido a eletricidade. Até meados da década de 60, esse esmagamento era feito com o uso de um cilindro movido a força humana.

Como atividade complementar à produção da uva e do vinho, tem-se a confecção dos cestos de vime. Esta é uma ocupação dos velhos (homens e mulheres). As pipas também são de fabricação caseira, feitas pelos homens, sob orientação de um velho, em geral pai de um dos cônjuges.

Reconstituição 4: Processo de Produção do Milho

As 29 famílias de nosso estudo se dedicam à produção de milho como sendo a principal produção para o auto-consumo:

"O milho não é vendido, é produzido para alimentar a família e para os animais. Quem tem milho, tem carne, tem ovo, tem leite, tem porco, tem tudo."

Este depoimento registrado no Diário de Campo serve para ilustrar a importância do milho para as unidades familiares de produção. É o milho a base da ração alimentar para os animais; para a família é um item importante também na alimentação, dado que com fubá se faz a polenta, que é consumida diariamente no jantar e no café da manhã combinada com ovo, salame, queijo, leite ou nata.

O milho é plantado durante os meses de setembro, outubro e novembro. Esta estratégia é utilizada tendo em vista os possíveis períodos de seca no verão, que em geral ocorrem entre os meses de dezembro e fevereiro. Assim com o milho plantado em diferentes momentos, é possível obter-se sempre alguma produção.

O plantio do milho é em geral feito no sistema de consórcio com a mandioca ou a soja.

As operações do processo de produção do milho são:

a) Preparação do Terreno - que consiste na aração, feita com o arado de discos, nas unidades mecanizadas. Nas unidades não mecanizadas usa-se o arado de aiveca com tração animal. No primeiro caso quem executa a aração é um homem; no segundo, além do homem, as mulheres também trabalham com o arado. Após a aração vem a gradeação, que consiste em desfazer os torrões que possam ter ficado após a aração. Nas unidades mecanizadas usa-se a grade de discos, nas não mecanizadas usa-se a grade de tração animal. No primeiro caso quem executa esta operação são os homens e no segundo, além do homem, a mulher (ou as filhas) podem realizá-la.

b) Plantio - o plantio do milho nas unidades mecanizadas é feito com o uso do trator e da semeadeira, que ao mesmo tempo em que distribui a semente, distribui o adubo. Desta operação participam um homem que dirige o trator e uma mulher ou criança que cuida da semente e do adubo na semeadeira. No caso das unidades não mecanizadas participam do plantio todos os componentes da família, desde os adultos até as crianças e é usada a máquina manual ou matraca.

c) Limpeza - a capina ou limpa como chamam os produtores, é feita em dois momentos distintos durante o ciclo de produção. A primeira delas se dá duas ou três semanas após o nascimento da planta e a segunda no máximo um mês antes da colheita. A capina é em geral feita manualmente, principalmente se o milho está consorciado com a soja ou a mandioca. Na capina são de grande importância a mão-de-obra feminina e infantil. Em al-

guns casos usa-se a capinadeira de tração animal. Quando isto acontece são necessários um adulto que cuida da capinadeira e uma criança que monta sobre o cavalo e o mantém no intervalo entre duas fileiras de planta.

d) Colheita - a colheita é precedida de duas atividades: a arrancada do pendão (da flor após a fecundação da espiga) e a dobração do pé. O pendão é recolhido e utilizado como forrageira no inverno. A dobração do pé tem como função apressar o amadurecimento da espiga, bem como torná-la mais baixa, sendo possível de ser alcançada pelas crianças no momento da colheita. Estas atividades são feitas três semanas antes da colheita. A colheita é uma operação manual. As espigas são colhidas uma por uma e amontoadas formando "bandeiras" - que nada mais são que os próprios montes de espigas. Estas "bandeiras" têm a função de facilitar a coleta que no caso das unidades mecanizadas é feita com o auxílio de uma carreta acoplada a um trator ou então por um caminhão. Nas unidades não mecanizadas a coleta é feita com o auxílio de uma carroça de tração animal. Tanto num caso como no outro são encarregados da coleta os homens, as mulheres e as crianças.

O milho é guardado em depósitos na forma como vem da lavoura, isto é, com a palha. Na composição da ração para os animais a palha é utilizada. Só se descasca e se debulha o milho que for usado para a fabricação do fubá, para uso doméstico portanto. Convém observar que quando o milho é consorciado com a soja, este se beneficia das práticas conservacionistas do solo: os terraços e o calcareamento.

Reconstituição 5: A Produção de Leite e de Porcos

O processo de produção de leite e a criação de porcos, embora importantes do ponto de vista econômico, são considerados trabalho doméstico, isto é, trabalho de responsabilidade das mulheres, das filhas e das crianças. Raramente os homens participam de sua realização. Sua produção obedece ainda

práticas tradicionais de criação e manejo. As inovações introduzidas dizem respeito à melhoria do plantel, cujas espécies crioulas no caso das vacas vêm sendo substituídas por vacas holandesas e os porcos por porcos especiais para a produção de carne. Tem-se também maiores cuidados veterinários, principalmente com as vacas, pelo custo que representa. A assistência veterinária é dada por técnicos da cooperativa COTRIJUÍ.

b) O Caráter Familiar do Trabalho

Pelas reconstituições que fizemos, pode-se notar que existe uma diversificação muito grande da produção e consequentemente de processos de trabalho entre os produtores familiares de Colônia Santo Antônio e que a família participa constantemente desses processos, que muitas vezes se realizam simultaneamente.

Não existem momentos de maior ou menor demanda de força de trabalho no sentido de poros - momentos de interrupção ou folga na produção. Durante todo o ano a família será mobilizada para a produção de vários produtos ao mesmo tempo. O emprego da tecnologia moderna e a subordinação ao capital não eliminou a diversificação como ocorreu em outras regiões do Rio Grande do Sul e mesmo em outras áreas do município de Ijuí*. Ela simplesmente veio tornar mais clara a separação entre "trabalho doméstico" e "trabalho da lavoura", isto é, veio acentuar uma divisão do trabalho no interior das unidades familiares de produção que tiveram condições de se modernizar por um lado; por outro lado não destruiu, para o grupo em estudo, o caráter familiar do trabalho.

Até aqui estivemos preocupados em reconstituir alguns processos de trabalho que se realizam no interior das unidades familiares de produção e o critério que utilizamos na seleção dos mesmos foi o critério da importância - quer do pon

* Ver a este respeito RASIA e ZAGO, 1984 op. cit., parte 1.

to de vista comercial, quer do ponto de vista do auto-consumo - para a reprodução social da unidade familiar de produção. Observamos também que em todos os processos de trabalho descritos, a realização das atividades é sempre de responsabilidade (direção, execução) da família. Em nenhum dos processos observados - descritos aqui ou não - utiliza-se, em Colônia Santo Antônio, trabalho assalariado. O que se reafirma aqui portanto é o caráter familiar do trabalho.

Vejamos agora, através de depoimentos fornecidos pelas próprias famílias estudadas e para o conjunto da produção, como estas se organizam para realizar as atividades e operações dos diversos processos de trabalho. Nossa intenção agora portanto é mostrar como as atividades que compõem os diferentes processos de trabalho nas unidades familiares de produção são distribuídas e realizadas entre os membros de cada unidade.

Se não existe uma divisão capitalista do trabalho no interior de cada unidade, no sentido de que existem trabalhadores voltados para a direção e o controle e trabalhadores voltados para a execução de determinadas tarefas, existe porém uma divisão familiar do trabalho que leva em conta o sexo e a idade de cada trabalhador, bem como a atividade a ele destinada. O fato de existir essa divisão do trabalho, não significa que ela predomine e esteja presente em todas as unidades familiares. Nas unidades que não estão mecanizadas não existe diferença acentuada entre o trabalho do homem e o trabalho dos demais membros da unidade familiar de produção - mulher, crianças, velhos. Como veremos, todos realizam o mesmo trabalho.

O pai, embora não seja um gerente - no sentido capitalista do termo - tem junto com as funções de execução, à medida que trabalha com máquinas - tratores, colheitadeiras e caminhões - uma função de organização da produção. Esta função porém é feita em conjunto ou de comum acordo com os demais

componentes da família.

"Olha, tudo eles trabalham eu fico por aí. Eles di
rigem junto comigo. É se falando, proseando como
fizemo, como é que non fizemo, como é que vomo pa-
gá; como é que prantemo. É meio conjunto, é em con-
junto com os filho".

Neste depoimento fica clara a relação entre pais e filhos na organização do trabalho. Embora os filhos tenham um grande respeito pela autoridade paterna, o pai nunca chega a impô-la de forma despótica, no sentido de uma determinação explícita sobre o que cada um deva fazer em se tratando de fi-
lhos já considerados adultos (com mais de 14 anos):

"Minha funçõ é uma funçõ de coordenaçõ. Óia, di
go, amanhã quem sabe a gente faz aquele serviço ou
aquele outro. É uma funçõ de coordenaçõ a minha,
porque se eu quero que meus filhos sejon indepen-
dente eu non posso impor; posso dá uma idéia, orien
tá, mas non impor. Tenho que ensiná prá eles o ser-
viço da colônia, mas non devo impor, tenho que dei-
xá prá eles também a iniciativa".

A função do pai, que ele define aqui como coordena-
ção, faz parte das estratégias de educação dos filhos, que desde muito cedo recebem responsabilidades e compartilham da realização com os outros membros da família, tendo em vista a internalização dos valores familiares e do amor ao trabalho por um lado. Por outro lado, como veremos mais adiante, se enquadra também no conjunto da regras que definem o aprendizado do ofício de agricultor. A aprendizagem do ofício é tida pe-
los pais como uma necessidade para que os filhos se tornem bons trabalhadores, ao mesmo tempo que aprender o trabalho da lavoura e cooperar com a família é visto pelos filhos co-
mo uma obrigação, no sentido de que quanto mais cedo isto o-
correr, mais cedo eles estarão em condições de serem úteis à família.

A não cristalização da função de direção ou contro-
le na pessoa do pai ou chefe da unidade familiar de produção fica clara também no depoimento seguinte:

"A gente non tem um serviço específico, non tem. Non tem non. A gente ataca uma hora um serviço, Outra hora ataca outro, é sempre assim mais ou menos".

Neste sentido os depoimentos citados aqui, e que exprimem a maioria das situações sob as quais se organiza o trabalho em Colônia Santo Antonio, vêm reforçar a afirmação de que entre os produtores familiares não existe uma separação entre as funções de controle e direção e as funções de execução no processo de trabalho.

No caso das sociedades familiares, entendendo-se por sociedades familiares aquelas unidades cujos membros pertencem a um mesmo tronco familiar, mas cuja propriedade da terra é individualizada - cada um possui sua parte - e cujo uso ou exploração é comum, sendo comum também a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho e a divisão equitativa da produção, a organização do trabalho se faz de forma levemente diferenciada das unidades familiares. Todos trabalham em tudo, porém existe já uma certa especialização de funções:

"O trabalho aqui fora (da lavoura propriamente dito) em si nós conversemo e se decidimo. Os negócio nós se decidimo aqui, mas tem um que é procurador. Lá na COTRIJUI é o Darci por exemplo, ele é o representante; Ele é o cabeça de chave, vamo dizê dentro da COTRIJUI; quer dizê que nós também, eu e o Roberto, fizemo negócio, mas principalmente sai pelo nome dele, né. E o negócio da lavoura (atividades da lavoura) época de safra por exemplo, época de safra eu manobro...Um cuida o caminhon ou é responsável pelo caminhon. Eu sou responsável prá manobrã a máquina e cuidá o serviço da máquina; outro fica em casa. Enton cada um pega um setor. Eu saio eu e o guri (sobrinho de 16 anos) com a máquina, enton lá quem decide sô eu, quem decide aqui em casa é ele (o Darci). Agora todos sabem tudo, né". (Parênteses meus - J.M.R.)

Se por um lado existe uma especialização de cada membro da sociedade familiar em determinadas funções, ao nível interno as decisões são tomadas em conjunto. Este é o primeiro dado que caracteriza a gestão dessas sociedades, a qual

denominamos "gestão familiar do processo de trabalho". A outra característica marcante é o fato de que esta especialização não conduz ao parcelamento das tarefas, ao ponto de desagregar o ofício de agricultor e degradar pela desqualificação o trabalho, transformando cada trabalhador num trabalhador parcial. Isto fica muito claro quando o entrevistado afirma: "Eu saio com a máquina enton lá quem decide sou eu, quem fica em casa é ele (referindo-se ao irmão que cuida do armazém). Agora todos sabem tudo né" (grifo e parênteses meus J.M.R.).

Assim, nas sociedades familiares o processo de divisão do trabalho instaurado permite a cada trabalhador uma autonomia em relação à tomada de decisões no processo de trabalho, ao contrário do que acontece no processo de divisão do trabalho na indústria, onde o trabalhador "aparece" como um apêndice da máquina e está submetido ao despotismo do capital, destituído portanto de qualquer poder de decisão. É um trabalhador coletivo e desprovido do conhecimento do todo. Aqui, não. Mesmo com um alto índice de tecnificação no processo de trabalho - uso intenso de tratores, máquinas de colher e implementos mecânicos - cada trabalhador detém o conhecimento do todo, das operações que envolvem a produção de uma determinada mercadoria. As decisões sobre as funções que cada um irá executar no processo se definem em função do domínio de certas habilidades e pela vontade de cada um - e até mesmo pela idade - e não implicam em posições hierárquicas no processo de trabalho:

"Nas máquinas, trator ceifa (colheitadeira) e essas coisas é tudo eles (os filhos). Eu sei andá de trator pra lá e prá cá... Mas depois do sujeito meio maduro non convém." (parênteses meus J.M.R.)

Este depoimento ilustra o que acabamos de afirmar. O entrevistado se julga velho (63 anos) para operar as máquinas - tratores e colheitadeiras no processo de trabalho (ele até sabe usar o trator) - embora ajude a decidir com os filhos os procedimentos a serem adotados no processo de trabalho.

Neste sentido voltamos a insistir na tese de que não

existe tanto entre as famílias quanto entre as sociedades familiares uma divisão capitalista do trabalho e portanto não existe também uma gestão capitalista do trabalho, embora a produção que aí se realize seja uma produção de valores de troca.

Se até aqui privilegiamos mais o trabalho dos homens isto não significa que o trabalho dos demais membros da família seja de pouca significação. Ao contrário, o trabalhador é o conjunto da família, no sentido de que de uma forma ou de outra todos são responsáveis pela realização do trabalho na unidade familiar, principalmente no caso em estudo em que temos vários processos de trabalho acontecendo simultaneamente.

As crianças e a mulher possuem atividades que abrangem os dois aspectos do trabalho rural, ou seja elas são responsáveis pelo trabalho doméstico e por parte do trabalho da lavoura. Se à mãe compete cuidar da casa, dos animais, tirar o leite, isto não significa que ela esteja isenta do trabalho da lavoura:

"Lavro, pranto a boi, vergo. Ele, o marido tando ou não tando é o mesmo serviço. Ele pode tá, non tá, eu cango os boi, vô e faço tudo, tudo. Porque eu aprendi em casa eu era sempre a mais velha".

Este depoimento demonstra bem que o trabalho da mulher em determinadas condições tem para a família a mesma importância, a mesma contribuição e a mesma natureza - principalmente se não se dispõe de mecanização - do trabalho do homem. Ao contrário do que se poderia supor, a maioria das mulheres preferem o serviço da lavoura ao trabalho de casa:

"Em casa ajudo lavá roupa. Eu deixo mais uma das guria em casa, eu gosto mais de ir ma roça do que ficá em casa. Em casa a gente corre muito mais que na roça. Na roça tá carpindo, fazendo aquele serviço, em casa não... vai recolhe um lixo, corre de um lado prá outro. O serviço de casa é um serviço que non aparece quase".

A preferência pelo serviço da lavoura manifestada pela maioria das mulheres revela a representação quase sem-

pre negativa que estas possuem da condição de dona de casa, à medida em que cuidar da casa, das crianças, lavar roupa, não faz parte daquilo que elas consideram trabalho produtivo, isto é, trabalho capaz de gerar renda e de contribuir para a reprodução econômica da unidade familiar. Assim, sempre que possível, as mulheres deixam uma criança em casa, e esta se responsabiliza por esses serviços.

A valorização social do trabalho da lavoura, em certa medida pode ajudar a entender o processo de conquistada cidadania das mulheres do meio rural. Serem reconhecidas como agricultoras e não como donas de casa é um desejo de todas as entrevistadas. A concretização desse desejo esbarra ainda no fato de que o mundo do mercado - a cooperativa, o banco - é um mundo ao qual a mulher ainda não tem acesso. O mundo de sua sociabilidade é ainda demarcado pelos limites da "comunidade local".

Todos os agricultores (homens) das unidades que produzem leite - 23 das 29 famílias estudadas - afirmam que o ganho com o leite permite que se compre os produtos que não são produzidos na unidade familiar: açúcar, café, sal, material de limpeza e de higiene pessoal. Porém não consideram o trabalho para sua produção como um trabalho do mesmo nível do trabalho da lavoura; um exemplo disto é este depoimento:

"Nem esquento a cabeça com o baixo preço do leite porque este é um trabalho da mulher e das filhas. Eu dô uma mãozinha quando tem uma vaca doente, precisa de dá um remédio, um trato, mas o serviço mesmo é delas."

Se o trabalho doméstico é um trabalho menos valorizado, isto não significa que quem o realize seja inferiorizado no interior da família. Podemos afirmar que a mulher é parte importante da força de trabalho familiar por realizar o trabalho doméstico e principalmente por participar ativamente do trabalho da lavoura: a colheita da uva, a capina da soja, do milho, da mandioca, etc... e por participar ativamente da colheita das diferentes culturas:

"Ah! Eu trabalho na roça. Vou. Se vou! Vou carpi e o tempo de colhê soja vô um pouco. Na colheita vou ajudá quando que colhem a mon assim, com a triadeira enton a gente carega na caroça".

No depoimento acima temos uma mulher falando sobre sua participação no processo de trabalho. O depoimento a seguir foi dado por um homem e fala sobre a participação das mulheres na colheita:

"Na época braba elas von ensacá soja, trigo. A gente ensaca tudo prá semente. Nós despejemo com a própria máquina em saco e elas costuron".

A importância do trabalho da mulher e das filhas pode ser percebido ainda neste outro depoimento:

"Ah! O serviço de carpida acho que mais é com ela aí, ela e as gurias"...

A mãe e as filhas no contexto das unidades familiares de produção desempenham um papel semelhante: o trabalho doméstico; e como pudemos ver pelos depoimentos citados e pela reconstituição das diferentes operações dos diferentes processos de trabalho, a elas cabem também atividades da lavoura. O que não se observou porém em nenhum caso foi mulheres operando tratores e colhedeiras, embora muitas vezes ajudem os homens - maridos, filhos ou irmãos - no processo de plantio mecânico, cuidando da semeadeira:

"É, agora esse ano a guria mais véia foi ajudá plantá, cuidando da semeadeira".

Porém o que predomina para as mulheres - mãe e filhas - são, como vimos, o trabalho doméstico e as atividades não mecanizadas nas lavouras:

"Ajudo em casa, é parelho; em casa é a horta, o leite. Na roça carpi, plantá arroz, plantá de máquina manual".

Os meninos também participam com a mãe e as irmãs do trabalho doméstico até por volta dos 12 anos, quando então começam a se dedicar inteiramente ao trabalho da lavoura.

Este depoimento de um pai ilustra o que acabamos de afirmar sobre a participação dos meninos no trabalho doméstico:

" De tarde eu espicho na roça... O leite, os porcos sempre eles tratem. Fiquem em casa a Mélia (esposa) e o Carlos (filho de 9 anos) ou fique outro gurizote; enton a gente chega em casa de noite e o serviço tá feito, né..." (parênteses meus J.M.R.)

Além do trabalho doméstico, os meninos, a partir dos 7 ou 8 anos, participam também do trabalho da lavoura e esta participação é mais intensa à medida que diminui o nível de mecanização do processo de trabalho ou naquelas atividades que são realizadas manualmente:

"Agora mais que levo ele é carpi, porque plantá ele começou esses dias. Na coieta ele ajuda. Meio dia no colégio, meio dia enton nós levemo ele na roça, porque a maioria ali é soja triado à unha, enton vô na carroça e eles von atrás ajuntando os pé e abrindo bolsa. Ela também (a menina) pega parêlho." (parênteses meus J.M.R.)

As crianças a que o pai se refere neste depoimento possuem 9 e 11 anos de idade.

O fato de que as crianças não trabalham com máquinas - tratores e colheitadeiras - tem uma explicação que pode ser buscada no perigo que a tecnologia moderna possa representar para as crianças, à medida em que estas, segundo os próprios pais " não têm juízo suficiente para operar as máquinas". Ou seja, o uso das máquinas requer habilidade e uma avaliação correta dos riscos que oferecem que a criança nem sempre possui. Apesar disso, notamos que meninos com 10,12 anos já sabem dirigir o trator, embora não trabalhem com ele.

Os perigos da máquina - trator e colheitadeira - estão presentes neste depoimento:

"Tudo o serviço aí ele tá fazendo. (referindo-se ao filho de 12 anos). Ainda não faz é trabalha com trator. Na lavoura eles von, no cavalo prá envergá. Às vezes von junto carpi. Levo junto quando vô carregá soja; plantá em cima dos terraço. Já uma máquina enquanto son pequeno non podem pegá, mas von aprendendo. Tem que gostá de ir comigo, gostá de andá junto, só a máquina non pegon ainda." (Parênteses meus - J.M.R.)

Quando porém o trabalho é manual os pais não dispem

sam a participação da criança:

"O piá de 6 ano bate máquina aí, acompanha eu e o marido aí tranquilo. Vai embora, non tem problema. Ele tem a maquininha pequena assim, era só prá vê como ele pranta".

A participação da criança desde muito cedo no trabalho da família tem, como já apontamos em outro estudo*, uma função econômica e uma função pedagógica (socializadora) à medida em que o trabalho que ela realiza é necessário para a reprodução da condição de trabalhador familiar por um lado, e à medida em que ao realizá-lo a criança aprende o ofício de agricultor e transforma-se gradativamente num trabalhador que detém o conhecimento e as habilidades exigidas de um agricultor.

Em 16 das famílias estudadas foi possível ainda encontrar o pai ou a mãe de um dos cônjuges e em alguns casos o casal de velhos. Na maioria das vezes estas pessoas já passaram dos 65 anos de idade e participam ativamente do processo de produção.

Como vimos nas reconstituições que fizemos, os velhos têm atividades específicas no interior da família, no que diz respeito ao trabalho. Estas atividades compreendem não só a realização de tarefas no interior dos processos de trabalho, mas também o de passar às gerações mais novas, em geral aos netos, os valores do grupo familiar e os conhecimentos adquiridos e que compõem parte daquilo que chamamos o ofício de agricultor.

As velhas participam do trabalho doméstico, e neste sentido contribuem para a realização das tarefas ou do "serviço de casa" fazendo a comida e tomando conta das crianças. Muitas vezes são elas também responsáveis pela horta, pelos cuidados com as aves e demais animais:

* RASIA e ZAGO, 1984, op.cit. 1ª parte.

"Trato os pinto, as galinhas, preparo uma semente. Me dói essa perna aqui. Eu disse: bom, dê-me uma carga de pasto. 'Não, disse a nora, depois se queixa ai, ai...' Ma sacramenha, eu disse, ficá aqui também tem que caminha prá lá, prá cá igual. Então é melhor ir direto e buscá uma carga de pasto para a vaca que quero engordá, vero..."

Outros depoimentos, além deste, sobre o trabalho das velhas podem ser citados, embora reafirmem o que já ficou claro pelo depoimento acima:

"Faço a bóia, serviço de casa assim faço. Às vezes vô carpi ma já me falta força. Enton fico cuidando em roda de casa, com as crianças pequenas".

Ou ainda:

"Tenho a horta, planto, tenho muito servicinho de casa e lá o canteiro, a horta, plantei abobra, plantei de tudo".

A inserção dos velhos no processo de trabalho é um pouco diferente quando se trata do homem. Em geral, ele ajuda a cuidar da criação, do pomar, do parreiral e principalmente da confecção dos cestos de vime usados na colheita da uva, da fabricação das pipas e do próprio vinho. Estes dois depoimentos de dois filhos sobre o trabalho dos pais, ilustram bem o que acabamos de afirmar:

"Mas o véio poda as parreiras. Ele tem 77 anos, porque com 77 anos já non é mais criança, né. Agora cuida dos enxerto, das veiz poda os brotinho que vem em cima dos enxerto, cada parreira tem quatro, cinco gaio, enton ele deixa dois ou três só. É serviço dele. É um entertimento prá ele. O serviço dele é isso aí e me ajudá a fazê as pipa. Se tirá, ele é capaiz de morrê logo, porque isso aí é uma coisa que ele passa o tempo".

Ou então:

"O pai me ajuda a repará as parreira, com 73 anos. Faz os cestos, prepara a vime, ajudá colhê. Este ano me ajudo fazê as pipa".

Neste sentido o trabalho, nas unidades familiares de produção, não cessa com a velhice, a não ser naqueles ca-

sos em que os velhos já não conseguem mais trabalhar por problemas de saúde. Mas a dedicação ao trabalho para eles e para toda a família, além da importância econômica que possa ter, é um exemplo para as gerações mais novas, para os netos, ao mesmo tempo que faz com que os velhos sintam-se, apesar da idade avançada, úteis no contexto da família.

Em todas as famílias que ainda possuem seus velhos em casa, o trabalho destes é valorizado. Esta valorização muitas vezes simbólica tem a função de fazer com que os velhos se sintam integrados às atividades da família.

Podemos concluir este capítulo afirmando dois fatos que nos parecem fundamentais nas unidades familiares de produção: o primeiro deles é que a família é ocupada durante o ano todo em vários processos de trabalho que decorrem da diversificação de atividades no interior de cada unidade de produção. Muitas vezes, estes processos são simultâneos. Por exemplo, a época de capina das lavouras de soja, milho e mandioca coincide com a colheita da uva e a feitura do vinho. O segundo é o fato de que o trabalho é realizado exclusivamente pela família e que não se destina como seria de se esperar deste tipo de produtor - pequeno proprietário - à produção de valores de uso, mas principalmente à produção de mercadorias. E neste sentido o processo de trabalho nas unidades familiares de produção é um processo de valorização do capital. Esta produção não está portanto restrita à produção para o auto-consumo, mas ao contrário, os produtores familiares mesmo produzindo seus meios de vida, estão integrados ao círculo do mercado; E mais, a produção integrada ao mercado dá os parâmetros da reprodução da unidade familiar, à medida que estas reproduzem o capital nelas investido sob a forma de máquinas, implementos e insumos.

CAPÍTULO II

O OFÍCIO DE AGRICULTOR:

A APRENDIZAGEM DO OFÍCIO COMO FORMA DE SOCIALIZAÇÃO

O processo de constituição das forças produtivas capitalistas Segundo MARX compreende dois momentos distintos: a manufatura e a grande indústria. (MARX, op.cit. 1985) No primeiro momento - manufatura - este processo consistiu em organizar os artesões no interior da oficina sob o comando do capitalista. Aqui o que se tem é um processo de produção cujas bases ainda são o conhecimento e a habilidade do trabalhador na manipulação da ferramenta tendo em vista a realização e a criação de valores para o capital. À medida que se tem a presença do capitalista e a direção do processo nele personificada, tem-se a subordinação do trabalho ao capital. Como porém o ritmo da produção e a qualidade da mercadoria produzida dependem ainda da qualidade do trabalho, isto é, de bases subjetivas, quais sejam da qualificação do trabalhador por um lado, e por outro como as ferramentas utilizadas ainda não estão desenvolvidas ao ponto de constituírem um sistema de máquinas, a forma que a subordinação ou subsunção do trabalho ao capital assume é a forma da subordinação ou subsunção formal. Estas bases técnicas, estreitas, não possuem autonomia em relação ao conhecimento e à habilidade do trabalhador e estão limitadas portanto em sua capacidade de extração de sobre-trabalho. Ou seja, a mais-valia aqui produzida é a mais-valia absoluta, dado que o instrumental de trabalho, apesar da divisão das operações e da criação do trabalhador parcial, tem um limite que só pode ser ultrapassado pelo alargamento da jornada de trabalho.

O sistema de máquinas no século XIX, vem inaugurar

nova fase no processo de acumulação do capital. As máquinas aplicadas ao processo de produção vêm alargar as bases técnicas desse processo e com elas surge uma nova forma de extração de sobre-trabalho. A mais-valia absoluta - que se produziu até então através do prolongamento da jornada de trabalho - vem dar lugar à mais-valia relativa, à medida em que a máquina é capaz de potenciar ao infinito o trabalho humano: diminuindo o tempo socialmente necessário para a realização de determinadas operações ao mesmo tempo que acentua a divisão do trabalho no interior da fábrica; parcelando e cristalizando o trabalhador em determinada operação; transforma-o em seu apêndice. A produção que no período manufatureiro tinha como base um processo de cooperação entre trabalhadores, passa a ter agora como base um processo de cooperação entre máquinas. O trabalhador assume neste momento uma nova forma histórica de existência, a de trabalhador coletivo e seu trabalho é destituído de qualquer concretude, no sentido de que o trabalho interessa agora somente enquanto atividade capaz de gerar valor, de valorizar o capital. Assim estamos diante de uma nova forma de subordinação ou de subsunção do trabalho ao capital: a subordinação real. Isto significa antes de mais nada que o trabalho é única e exclusivamente fonte de valorização do capital e que o trabalhador não tem mais uma existência autônoma. Isto é, sua reprodução enquanto trabalhador depende da reprodução de sua força-de-trabalho, que é vendida ao capital sob a forma de mercadoria, dando que o trabalhador está agora definitivamente expropriado e separado das condições objetivas do trabalho.

Assim, a indústria moderna e o processo de acumulação nela instaurado, impõe a desagregação do ofício enquanto "combinação de conhecimentos de materiais e processos com as habilidades manuais exigidas para o desempenho de determinado ramo de produção". (BRAVERMAN, 1977, p. 375).

Se esta passagem da manufatura para a indústria foi fundamental para o processo de acumulação do capital e pa

ra a expansão e consolidação do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que representou a subsunção real do trabalho ao capital " a desagregação do ofício representou para o trabalhador a perda do conjunto de conhecimentos e de habilidades que compunham o ofício e que lhes davam independência e poder no processo de produção, sobre a organização do trabalho. A perda deste saber revela, em certa medida uma nova combinação da relação saber-poder que se articula agora às novas estratégias do processo de acumulação do capital. A passagem que o saber realiza indo 'das mãos do trabalhador' para as 'mãos do capital' implica na recriação do saber pelo capital e é condição indispensável para a criação do novo trabalhador - do trabalhador coletivo, desqualificado - para a realização do processo de valorização do capital".(RASIA, 1982,p.2).

A produção capitalista na indústria tem em seus fundamentos, portanto, o alargamento das bases técnicas - através do sistema de máquinas e com ela a extração da mais-valia relativa através da potenciação do trabalho - a desagregação do ofício, da relação subjetiva entre o trabalhador e sua ferramenta e a separação de forma "definitiva" entre trabalho mental - direção, gerência, controle - e trabalho manual - execução. O trabalhador aqui subsumido realmente ao capital perde completamente o controle do processo de trabalho. O trabalho para ele passa a ser uma imposição do capital destituído de qualquer significação, à medida em que como trabalhador dividido ele executa única e exclusivamente, durante toda sua vida útil, uma mesma operação no conjunto do processo de produção. Não tendo mais o conhecimento do todo, o resultado do trabalho é algo completamente estranho ao próprio trabalhador, ao contrário do artesão, que pelo fato de dominar o ofício e deter os meios objetivos de trabalho, detinha também o conhecimento do processo como um todo.

"Considerando-se que o ofício comporta um conjunto de habilidades e de conhecimentos que são controlados pelo trabalhador, sua destruição implica na

destruição desses elementos no próprio trabalhador. Para o capital tratou-se portanto, de negar e destruir no próprio trabalho o caráter socializador que este possuía. E, mais do que o caráter socializador do trabalho, o que se nega é a socialização do trabalhador pelo processo de trabalho. Retirando-se do trabalhador o conhecimento e a habilidade retiram-se dele as condições de controle e de criatividade no processo de produção. Impõem-se de forma acentuada a divisão entre concepção e execução, entre trabalho mental e trabalho manual. Junto com a habilidade e o conhecimento, componentes do ofício, o que se destruiu foi toda uma forma e uma concepção de vida que extrapolam os limites do ofício enquanto tal. Destruiu-se um conjunto de relações sociais, e portanto uma forma de organização social da produção, na qual o trabalhador consegue se reconhecer na produção que realiza e na qual o mercado tem uma função socializadora". (RASIA, idem p.3).

Se isto é correto para o processo de produção na indústria e historicamente se consolida com o Taylorismo e a Linha de Montagem* já no século XX, não acontece porém com a mesma intensidade e com a mesma extensão na produção rural. Mesmo nos setores em que se consolida a industrialização da agricultura, através de sua integração ao complexo agro-industrial, existem especificidades no processo de produção rural que fogem ao controle absoluto do homem. Por exemplo, nem sempre é possível controlar as épocas de secas ou o inverso, as épocas de chuvas, não são todas as produções que já têm seu ciclo natural alterado. É claro que a engenharia genética aliada às novas técnicas de manejo na criação de gado e aves criou espécies novas, mais produtivas, bem como aliada às novas técnicas de cultivo, foi capaz de criar novas espécies de sementes, mais resistentes, mais produtivas e até mesmo com seu tempo de produção reduzido em relação às variedades tradicionais. Porém muitos são os obstáculos que ainda se apresentam para que a atividade agrícola apresente o mesmo nível de segurança, rentabilidade e, principalmente, regularidade que

*Ver a este respeito BRAVERMAN H. Trabalho e Capital Monopolista. Rio, Zahar, 1977., 379 p e CORIAT, Benjamin . Ciência, Técnica y Capital. Madrid, H. Blume, 1976, 197p.

apresenta a indústria e para que se eliminem completamente as bases subjetivas do processo de trabalho na agricultura*. Muitas das atividades do processo de trabalho rural dependem ainda em grande medida da habilidade e do conhecimento do trabalhador.

O que pretendemos aqui é sustentar a idéia de que a introdução da tecnologia moderna - e com ela a nova forma de subordinação do trabalho ao capital - não desintegra o ofício de agricultor, mas em certa medida serve-se dele para a realização da produção. Ou seja, a atividade agrícola continua a exigir do trabalhador um conjunto de habilidades, conhecimento e disciplina de trabalho, sem os quais seria impossível a realização da produção no interior das unidades familiares de produção, por um lado. Por outro lado, as habilidades, conhecimento e disciplina são redefinidas ao mesmo tempo que reforçadas, dado que o uso da terra se intensifica e em alguns casos até se expande, pelo fato do trabalho de cada membro da família ser potenciado pela tecnologia. A própria tecnologia passa a ser objeto de conhecimento dos agricultores. No limite da explicação dessa idéia está talvez parte da explicação para a existência histórica do trabalhador familiar enquanto agente social que não foi totalmente expropriado pelo capital.

Procuramos mostrar aqui como foi aprendido o ofício de agricultor para as diferentes gerações de trabalhadores de Colônia Santo Antonio. Assim, serão considerados os dados coletados junto a geração que já era adulta nas décadas de 50 e 60, momento em que se dá a mecanização da agricultura no Rio Grande do Sul, para seus filhos que cresceram no período compreendido entre 60 e 80 e para as crianças hoje. Assim temos dados que abrangem três gerações e que se referem a

* Sobre esta questão ver: SILVA, J. G. da. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, HUCITEC, 1981.

três momentos da história do trabalho e da socialização em Colônia Santo Antônio:

- a) O primeiro momento, que toma os depoimentos da geração que trabalhou longo período de tempo sem a presença da tecnologia moderna, que aprendeu o trabalho, e já trabalhava antes da década de 50, nos moldes tradicionais;
- b) O segundo momento, que toma os depoimentos da geração que aprendeu a trabalhar antes da transição para a modernização, e que em certa medida teve que reaprender parte do trabalho com a transição;
- c) O terceiro momento, que toma os depoimentos da geração que aprendeu o trabalho - ou que ainda está aprendendo a trabalhar - com o processo de modernização já constituído.

Tomaremos ainda como data base o ano de 1970, dado que é a partir deste ano que a tecnologia moderna se intensifica em Colônia Santo Antônio e consideraremos para o primeiro caso as informações das pessoas que em 1970 tinham no mínimo 50 anos; no segundo caso, quem estava em 1970 com pelo menos 14 anos, isto porque com esta idade já se tem o domínio do ofício de agricultor e principalmente das atividades manuais; no terceiro caso, o depoimento da geração que nasceu entre 68 e 70, ou seja, que em 1985 tinha entre 15 e 17 anos, e que foi incorporada a um processo de trabalho já modernizado.

a) A aprendizagem do Trabalho para a Primeira e Segunda Geração de Produtores Familiares

Segundo os relatos, uma primeira vista sobre os dados não aponta para diferenças radicais em relação as formas de aprendizagem do trabalho para as diferentes gerações. Desde cedo, por volta dos 6 ou 7 anos, as crianças já participam do trabalho doméstico e se iniciam no trabalho da lavoura, principalmente nas culturas de milho e alfafa: carpindo o milho e rastelando a alfafa. Por volta dos 12 anos, não participam da lavoura somente nas atividades de capina ou de colheita - do

milho, do trigo e da alfafa -, mas também são responsáveis pela preparação do terreno, roçando, lavrando com arado de tração animal e plantando com máquinas manuais - a matraca.

"Naquela época - quando eu tinha 10/ 12 anos - não tinha nada de ficá em casa assim. A finada mãe ficava. Ela cuidava os mais pequenininho que era um atrás do outro e o resto ia tudo prá roça com o pai.

Carpi... carpi, pois naquela época a gente carpia assim tudo, era a mão né. Plantava trigo com a enxada, cortava, retorcia. Non é como agora que a gente diz, digo pros meu agora, no meu tempo, eles achon que non, que non é verdade. Lenha na roça, serrá com serrote, ma meu Deus do Céu! O pai ele abria os toco assim prá nós né. Aquilo era parelho, parelho, roçá mato, ma que tudo era parelho; boi, arado, ma meu Deus do Céu! E eu gostava. Gostava mais do que agora que sou velha que fico sempre em casa.

E era tudo alegre. Aquilo era uma faceirice só na roça, aquela turma e tudo alegre, cantando. A gente cantava bastante na roça, cantava que era coisa séria".

Este depoimento de dona Alexandrina de 65 anos revela alguns elementos que são fundamentais na aprendizagem do ofício numa agricultura tipicamente familiar feita em moldes tradicionais: a necessidade do maior contingente possível de força de trabalho na lavoura fazia com que a criança participasse desde muito cedo do trabalho familiar; o manejo dos instrumentos de trabalho - a enxada para capina, o arado a tração animal, a foicinha para a colheita do trigo, o machado e o serrote para o corte da lenha e mesmo para a formação da lavoura - era aprendido ainda quando a criança era nova, no caso aqui, com 12 anos a menina já usava estes instrumentos todos. Isto tinha em vista basicamente a criação de habilidades no trabalhador. Esta atitude dos pais poderia não ser deliberada ou consciente, mas revela necessidades e exigências do processo de formação do trabalhador. Ao mesmo tempo prepara o corpo para o trabalho. Aparentemente a habilidade vai sendo adquirida de forma natural e praticamente imperceptível pelo trabalhador. A presença do canto e da alegria -

"Aquilo era uma faceirice só na roça, aquela turma e tudo alegre, cantando" - no trabalho é mais um elemento cultural dos italianos, é uma estratégia de marcar um ritmo de trabalho e de imposição de uma disciplina, disfarçada sob uma aparência lúdica. Neste sentido, o trabalho é provido de um caráter lúdico e a ludicidade de um caráter produtivo. Era assim que se trabalhava: alegre, cantando.

"Antigamente - completa dona Alexandrina - quando a gente trabalhava, que era acostumado a trabalhar sacrificado, né, ma a gente não achava sacrifício".

A necessidade do trabalho e o sacrifício nele implicado se transformavam numa virtude da família. Todos tinham que trabalhar, "só não trabalhavam os pequinininho", para reproduzir a unidade familiar com sua ética e seu amor ao trabalho. O trabalho, além de fonte de satisfação das necessidades familiares, era entendido como fonte de prazer, lugar de encontro da família só comparado à presença de todos na hora da refeição: "Aquela turma e tudo alegre".

A possibilidade de que o trabalho um dia pudesse ser "aperfeiçoado" através do emprego de máquinas não passava de um sonho:

"O finado pai, eu sei que nós sempre quando era pi Zotinho assim, ele dizia sempre: 'óia, diz, eu non vô vê' - vê como é que ele era - diz 'eu non vô vê porque eu vô morê antes, mas vocês von vê, diz, que von lavrá sentado, né'. Aí nós dava risada do sentado. A gente dizia: sentado em cima do cambom do arado pra puxá, né. E ele dizia: 'non, vocês con vê, eu non vô vê - ele disse - mas vocês von vê'. Non é dito e feito? Agora é tudo mais fácil, tudo maquinário".

Para esta primeira geração de agricultores, a aprendizagem do ofício teve como base o trabalho e as atividades manuais, associadas ao uso de instrumentos de tração animal.

A formação da lavoura foi para eles um trabalho árduo, que exigiu deles esforço e muita habilidade no manejo de machados, serrotes e foices para a derrubada das matas então existentes. Esta atividade se estendeu pelos primeiros

anos de ocupação da Colônia e abrangeu justamente o período de infância de alguns velhos que ainda conseguimos encontrar na faixa dos 60 anos. Como é o caso de dona Rosa de 68 anos, que relata como aprendeu a trabalhar:

"Primeiro comecei aprendê a temperá fíjon e fazê comida. Depois socá arroz no pilão porque vê que non tinha moinho perto, era muito longe pra levá o arroz, nem tinha meio de transporte, só uma picada no meio do mato assim, minha Nossa! Depois então socá um pouco de canjica. Aos poucos fui aprendendo o serviço da roça..."

Para os mais velhos, que já chegaram na Colônia casados e com os filhos pequenos, o trabalho não tinha a dimensão lúdica que aparece nos depoimentos de pessoas com sessenta, sessenta e cinco anos. O trabalho era sacrifício puro, como mostra o depoimento destas duas senhoras, dona Aurélia e dona Ema, a primeira com 83 anos e a segunda com 82.

- a) "Mas óia, que às vez parece que é mentira... trabalhá dia e noite bem dizê. Triá os feijon de manguá... triá o trigo de manguá, só em dois (marido e mulher): pi...pu...pi...pu. Levantá de madrugada, deixá os filhos, os filhinho em casa na cama dormindo e corrê arrancá fejon, corrê cortá trigo à foicinha, óia esse trabaio... se eu conto agora diz que non é verdade, mas o que eu passei".
- b) "Aqui era puro mato, tinha só esse pedaço de pátio aqui limpo. Já onde tinha aquela casa ali, prá cima era puro mato, aqui prá baixo era puro mato. E agora tá prantado. Eu conto prá eles (para os filhos e netos) o que nós passemos, eles achon que... muito custoso. Mas eu passei o meu trabaio que chegue. Eu e o meu finado marido no mato, derrubá mato com machado de cada um... eu derrubei muito mato aqui..." (Parênteses meus J.M.R.)

Tanto a geração que em 1970 tinha mais de cinqüenta anos, bem como seus filhos adultos (também em setenta), aprenderam o trabalho basicamente executando as mesmas tarefas e com os mesmos instrumentos. Os elementos componentes do ofício, tanto para uma geração quanto para a outra, são os mesmos: a disciplina do corpo através do adestramento para o trabalho difícil, o conhecimento das diferentes culturas e seu ciclo de produção, o reconhecimento das propriedades do solo

e de sua adequação para as diferentes culturas, a habilidade no manejo dos instrumentos manuais e de tração animal, bem como o cuidado com os animais.

A mecanização do processo de trabalho, que se dá a partir de 1970 em Colônia Santo Antônio é o grande marco das mudanças que acontecem no processo de trabalho - na aprendizagem e na realização das tarefas. Os adultos, e não só as crianças, terão que conviver e dominar agora um conjunto de instrumentos - máquinas, implementos e insumos - novos no processo de trabalho e com eles um novo saber.

Antes porém de entrarmos na discussão sobre o uso e o domínio da mecanização - da tecnologia moderna - vejamos como a segunda geração de trabalhadores familiares aprendeu o trabalho, através de seus próprios depoimentos:

"Naquela época- afirma um homem de 37 anos - nós era serviço só no braço; eu me lembro, quando eu era piá da idade dele (do filho de nove anos) o meu serviço era tratá os terneiro, começava por aí. Aquela época era sempre tê o animal na corda assim, enton a gente gostava ou non era o serviço dos piá, aquele serviço. E depois foi indo, conforme ia crescendo a gente ia lavrá com boi... Mas óia, quando eu deixei de ir na aula eu tinha 13 anos, já fazia qualqué serviço. Eu que me lembro, nós pegava qualqué serviço pesado, que se acostumemo daquele jeito". (Parênteses meus J.M.R.)

Assim, decorridos quase trinta anos, os elementos componentes do trabalho e do ofício permanecem inalterados. O trabalho continua sendo realizado basicamente pelo esforço muscular-nervoso do trabalhador, mesmo que este seja criança. As tarefas se assemelham no sentido de que compreendem praticamente as mesmas atividades e permanecem também na aprendizagem desta segunda geração, como no caso de dona Alexandrina - aquela senhora de 65 anos que cantava durante o trabalho - a alegria de trabalhar: e o "caráter natural" e lúdico da aprendizagem como neste depoimento de dona Maria, que em 1985 estava com 42 anos.

"O serviço da roça viemo aprendendo de por si. Trabalhando junto com os pai. Eu achei bom, non teve

dificuldade nenhuma indo junto e aprendendo. Tinha a enxadinha menor.

Nóis dizia pros filho que o finado pai ia matá formiga esses ano, antigamente era uma máquina de fole, assoprava e saía fumaça. Eu corria nos buraquinho, achava coisa mais boa, o meu pai matava, assoprava no olheiro e longe assim saía fumaça. Tinha que tapá aqueles buraquinhos prá que a fumaça ficasse lá dentro, non saísse. Aí apertava o buraco com o pé. A gente corria..."

É impossível, pela semelhança de situações e significados e pela poesia do depoimento de dona Maria, não citar aqui CORTAZAR e seu conto "Los Venenos":

"... Tío Carlos llegó a mediodía con la máquina de matar hormigas. El día antes había dicho en la mesa que iba a traerla, y mi hermana y yo esperábamos la máquina imaginando que era enorme, que era terrible. Conocíamos bien las hormigas de Bánfield, las hormigas negras que se van comiendo todo, hacen los hormigueros en la tierra, en los zócalos, o en ese pedazo misterioso donde una casa se hunde en el suelo, allí hace agujeros disimulados pero no pueden esconder su fila negra que va y viene trayendo pedacitos de hojas, y los pedacitos de hojas eran las plantas..."

(...) Después de la siesta (...) fuimos al jardín y tío Carlos puso la máquina en la rotonda de las hamacas donde siempre salían hormigueros. Abuelita preparó brasas de carbon para cargar la hornalla, y yo hice un barro lindísimo en una batea vieja, revolviendo con la cuchara de albañil..."

(...) La máquina parecía más grande por la negra que se la veía entre el verde del jardín y los frutales. Tío Carlos la cargó con brasas y mientras tomaba calor elegio un hormiguero y le puso al pico del tubo; yo eché barro alrededor y lo apisoné no muy fuerte, para impedir el desmoronamiento de las galerías, como decía el manual. Entonces mi tío abrió la puerta para el veneno y trajo la lata y la cuchara. El veneno era violeta, un color precioso, y había que echar una cucharada grande y cerrar en seguida la puerta. Apenas la habíamos echado se oyó como un bufido y la máquina empezó a trabajar. Era estupendo, todo alrededor del pico salía humo blanco, y había que hechar mas barro y aplastarlo con las manos. 'Van a morir todas', dijo mi tío que estaba muy contento con el funcionamiento de la máquina y yo me puse al lado de el con las manos llenas de barro hasta los codos..."

Esa tarde trabajamos hasta la noche...Cuando apenas quedaba luz la máquina se apagó, y al sacar el pico del hormiguero yo cavé un poco con la cuchara de albañil y toda la cueva estaba llena de hormigas muertas y tenía un color violeta que olía a azufre. Eché barro encima como en los entierros, y calculé que habrían muerto unas cinco mil hormigas por lo menos. Ya todos se habían ido adentro porque era hora de bañarse y tender la mesa, pero tío Carlos y yo nos quedamos a repasar la máquina y a guardarla. Le pregunté si yo podía llevar las cosas al cuarto de las herramientas y dijo que sí. Por las dudas me enjuagué las manos después de tocar la lata y la cuchara, y eso que la cuchara la habíamos limpiado antes...(CORTAZAR, 1976, p.151ss).

Dona Maria continua descrevendo poética e ludicamente sua aprendizagem:

"Prantá semente de abobra também, que antigamente non prantava soja, era milho quando eu era pequena, me alembro. Enchia de abobra no meio do milho. E a gente fazia uma sacolinha, a mãe fazia, enchia de semente de abobra e a gente fincava o garron assim e botava a semente. Era a coisa mais boa fi cá no meio daquele milho. Isso era uma brincadeira".

Esse caráter de jogo que o trabalho assume entre as crianças de uma determinada geração não pode ser generalizado para toda e qualquer atividade do processo de trabalho, como veremos mais adiante. Mesmo restrito a determinadas atividades, essa compreensão lúdica do processo de trabalho tem implicações diretas no que diz respeito à criação e ao desenvolvimento da ética do trabalho entre proprietários familiares, na imposição de uma disciplina e do cumprimento, por parte das crianças, das responsabilidades que lhes são atribuídas.

Por trás desta aparência lúdica de determinadas atividades do processo de trabalho está presente a autoridade do adulto - em geral do pai, como vimos pelos depoimentos - que zela pela realização das mesmas em nome de necessidades familiares. Trabalhar é uma virtude, ao mesmo tempo que uma obrigação. E é sobre essa virtude e essa obrigação que repousam a reprodução e a coesão familiar. O que está em questão

portanto aqui é a necessidade de que todos participem, na medida de suas possibilidades - sua força, seu conhecimento e suas habilidades - de forma disciplinada do processo de trabalho:

"O serviço era desde os cinco, seis anos, era dá água prum terneiro, trato pruma galinha fechada... Dizia o véio: 'o serviço de criança é pouco e quem non aproveita é louco'. Enton ele levava a gente pra roça, com umas sête, oito enxadada que dava, que arrancava aqueles inço, ele non precisava carpi. Enton a gente foi... Começa lavrá também, às veiz a gente ia com os braço erguido prá alcança o arado, que a gente era pequeno..."

Esse agricultor, também com 37 anos, reafirma a importância da contribuição de cada um para o conjunto da família. A família exerce, em nome de sua existência, de sua coesão, uma coerção que disciplina as crianças para o trabalho:

"A disciplina não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma 'física' ou uma 'anatomia' do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo, seja de instituições 'especializadas' (...) seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (...) seja de instâncias pré-existentes que nela encontrem maneira de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder (...), seja de aparelhos que fizeram da disciplina seu princípio de funcionamento interior (...) seja enfim de aparelhos estatais que têm por função não exclusiva, mas principalmente fazer reinar a disciplina na escala da sociedade...(FOUCAULT, 1977, p. 189).

A internalização das normas disciplinares e da ética do trabalho é uma preocupação constante entre pais cujos filhos estão passando por um processo de socialização, entendido aqui como processo de aprendizagem do trabalho, do ofício de agricultor para qualquer uma das gerações que até agora tratamos. E o será também, como veremos mais adiante, para a geração que hoje está aprendendo o trabalho.

Como afirmamos anteriormente, o marco das mudanças na aprendizagem e na realização do trabalho foi a introdução da tecnologia moderna - da mecanização das atividades agrícolas. A introdução de tratores, colheitadeiras e implementos mecânicos alterou radicalmente o processo de trabalho nas unidades familiares de produção, não somente do ponto de vista se sua realização, como também de seu aprendizado.

Pelas histórias de tecnologia que levantamos, o início desse processo se deu nos dois últimos anos da década de 60 e se completou nos dois últimos anos da década de 70. Foi portanto num período de dez anos que ocorreram mudanças significativas na organização do trabalho e nas formas de sua aprendizagem. Foi neste período também que se intensificou a lavoura de soja e trigo. Muitos dos recursos tecnológicos incorporados à unidade familiar de produção, tendo em vista a cultura da soja principalmente, beneficiaram as culturas de auto-consumo. Dentre estes podemos destacar os cuidados com o solo, através das práticas conservacionistas - uso de terraços e de calcário - que o tornaram mais fértil, uso intensivo de adubos químicos e a eliminação de ervas daninhas pelo uso constante de herbicidas, por um lado. Por outro lado, a mecanização de certas atividades do processo de trabalho reduz a necessidade do emprego maciço da mão-de-obra infantil e feminina no trabalho da lavoura, dado que a mecanização reduz o tempo necessário para a realização de tarefas determinadas.

Como persistiram, porém, as culturas para o auto-consumo, conserva-se o ofício de agricultor para a geração que está trabalhando - a geração adulta - no momento da adoção dessa tecnologia nova. Foram conservados o "saber tradicional" do agricultor e suas habilidades no manejo de instrumentos manuais e de tração animal, simultaneamente ao acréscimo de um "novo saber", de novas habilidades requeridas para o uso e o manejo das máquinas agora introduzidas no processo de trabalho. "Todos continuam sabendo tudo". O ofício a

partir deste momento é uma nova síntese do "tradicional" e do "moderno". O que estamos afirmando é que os produtores familiares em presença da nova tecnologia recriaram, não sem muito esforço, sem muita tensão, seu ofício. O saber que dominaram até o "aparecimento da máquina" teve agora que confrontar-se com o "novo saber" representado pelas inovações técnicas por um lado; por outro lado, a unidade familiar de produção teve que redefinir suas estratégias de reprodução, tendo em vista os novos laços que a subordinam ao capital, a novas formas de capital - industrial e financeiro - e não mais ao capital comercial. Muitos foram os problemas resultantes desse confronto.

Os depoimentos e relatos dos produtores familiares nos mostram a natureza dos problemas encontrados, bem como as atitudes tomadas para seu enfrentamento e as situações de tensão para a incorporação e o domínio do "novo saber" sob a forma de manejo e controle do instrumental mecânico do trabalho sem pôr em risco o seu ofício. A qualificação contida no ofício precisou ser redimensionada e ampliada no sentido contrário do que aconteceu com a qualificação entre os trabalhadores industriais com o advento da grande indústria. A qualificação para o trabalho agrícola que implicava em conhecer a relação homem-natureza, mediatizada por um determinado tipo de instrumental, em geral manual, é agora redefinida em função da incorporação dos instrumentos mecânicos - tratores, máquinas de colher, implementos - como mediadores desta relação.

O depoimento de um produtor familiar mecanizado, com 49 anos em 1985, serve para introduzir nossa discussão sobre o instrumental mecânico como mediador da relação homem-natureza:

"Naquela época o serviço era muito, hoje ele libera mais porque inclusive as lavouras... eu falo isso, sô o mais novo em casa, mas ajudei plantá alfafa em terra, em roças novas, ajudei fazê a lavoura. Não podia ficá um toquinho. Eu já devia tê uns 14, 15

ano, era um serviço violento, hoje ninguém mais faz isso aí.

Se plantava menos naquela época, mas era mais forçado porque era com arado de boi, plantado a braço, tudo a mão, não tinha nada. Agora vão sentado no trator. Um homem faz prá quantos?"

"um homem faz prá quantos" significa que houve uma potenciação da força de trabalho familiar por um lado com o emprego de instrumentos mecânicos e por outro uma liberação de parte desta força de trabalho de certas atividades, é óbvio. E este é um dado presente em quase todas as entrevistas, bem como a previsão do pai de dona Alexandrina, aquela da melhoria das condições de trabalho, do tão esperado dia em que se poderia lavrar sentado.

O que isto implicou porém em reeducação do trabalhador adulto é algo que precisamos considerar, no sentido de que o manejo das máquinas, do instrumental mecânico, requereu um novo conjunto de habilidades e de conhecimentos que só foi adquirido com muitos riscos e em meio a muitas tensões. Estas tensões decorrem basicamente da representação que se faz da máquina - algo perigoso, de difícil domínio - e do desconhecimento de seu funcionamento:

"O pai disse 'vamo comprá um trator' . Foi o único, o primeiro trator que entrou aqui - em 1960 - aí compremo o trator novo. E o trator ficou aí. Depois no fim vendemo, perdemo umas parte grande daquele trator, perdemo... Tá o trator novo foi bom. Aí deu pra nós começá virá os campo, que isso aqui era tudo campo. A gente começou ma non tivemo sorte nem com aquele (esta família já havia adquirido dois tratores usados que não puderam ser utilizados). Ti-vemo com ele três ano... três diferencial, ia pra revision e tava sempre quebrado. Aí depois nós vendemo, daí troquemo, compremo outro e aí deu certo". (Parênteses meus J.M.R.)

Admitindo-se que a qualidade do trator adquirido não fosse das melhores, pode-se mesmo assim levantar a hipótese de que muitos dos problemas mecânicos apresentados devem-se ao uso inadequado da máquina. Em certa medida esta hipótese é confirmada pelos técnicos das oficinas mecânicas especializa-

das em máquinas e implementos agrícolas. Outro dado que pode nos auxiliar na confirmação dessa hipótese é o fato de que a medida em que o tempo foi passando a prática na condução e uso das máquinas foi aumentando e os problemas foram diminuindo.

Se a relação com o trator - sua condução e uso - foi uma relação problemática, com as colheitadeiras não foi diferente:

"...tinha aumentado a lavoura e naquele tempo tava meio pouca máquina de colhê - 1972 - daí fomo na compra da máquina. Naquele ano nós tinha aumentado a lavoura e já tinha entrado com a proposta de compra da máquina no banco. A lavoura tava boa... a proposta era boa... a assistência técnica tava ali. Enton a gente diz vomo tentá essa ali. Ma fomo mal com ela desde o primeiro dia. Os cara trouxeram a máquina prá nós, ma nós non tinha o que i colhê, trouxeram antes da soja um pouco. Ma tinha o sorgo logo ali, bem aqui na frente...Ah! Trouxe a máquina vomo experimentá ali. Enton com a máquina lá...Ma essa máquina tá prá soja, precisa mudá as pulia, que o sorgo precisa mesmo que o trigo, tem que tê mais movimento. Tentaram e non conseguon pulia. Aí ficou aí. Na soja começou desde o primeiro ano dá problema. Eu tinha dois ermon, enton eles foron trabaiá com a máquina e foron colhê também inclusive prá fora. Ma ali uma vez ele bateu numa árvore com a máquina. Eu non sei o que que foi ali. Eu sei que eles non tinham muito, non tinham quage prática...Que eu custei aprendê. Ma fomo mal desde o primeiro ano. Tivemo que dá a máquina e vendemo o motor. Cinco ano fiquemo com ela porque era financiada por cinco ano. Enton sempre tentando ou era um problema ou era outro".

Ao que a mulher acrescenta:

"Mas era a maior tristeza, ir na roça, passá o dia naquela máquina e non colhê um grão...".

O uso do instrumental mecânico requeria um novo aprendizado do trabalho, um saber que os produtores familiares naquele momento não possuíam. Foi preciso um longo período de tempo até que estes dominassem esse saber. O saber uma vez a-

proprioado, passa a fazer parte do ofício. Antes porém de sua apropriação e incorporação os produtores enfrentaram um período de grande tensão e ansiedade, correram riscos: acidentes de trabalho e perdas econômicas. Como se pode observar pelo depoimento citado, que reproduz em certa medida uma situação geral da geração que teve que reaprender - no sentido de incorporar novo saber e novas habilidades - o trabalho em plena transição, acostumados que estavam com instrumentos manuais e de tração animal:

"Olha eu vô dizê uma coisa, com automotriz (colheitadeira) por exemplo eu tomei um susto. Quis me meter numa ladeira com a máquina, a máquina começou a derrapá, quando eu vi que a máquina ia virá eu larguei e desci. A máquina ficou. Depois tirei, banqueei o teimoso e tirei.

Depois outra vez lá em cima no colégio quis passá perto dum banhado e quando vi, a máquina se foi, se foi... e tava lá a máquina cheia de trigo e ficou assim (inclinada). E o meu irmon mais veio me gritou, diz: 'pula, larga a máquina que vai virá!' Mas eu vi, eu senti que tava berando o buraco, ficou assim ó..."

Estes depoimentos podem revelar apenas uma imperícia de um condutor específico, mas se tornam relevantes à medida em que esta imperícia é generalizada e aparece, portanto na maioria dos relatos feitos pelas famílias aqui estudadas. A maioria das famílias que tem o trabalho mecanizado já passou por situações de acidentes desta natureza. Os acidentes foram diminuindo porém, a medida que o operador foi aprendendo a manusear o instrumental mecânico de trabalho. A situação é tão séria nos primeiros anos de mecanização que a COTRIJUÍ, segundo informações de seu Departamento Técnico, começou a oferecer cursos de treinamento de tratoristas e operadores de colheitadeiras, bem como de manutenção de máquinas para seus cooperados.

Esta situação hoje se repete no Centro Oeste. Segundo informações contidas na revista Globo Rural de março de 1986, é grande o número de operadores de colheitadeiras que vão do Rio Grande do Sul e do Paraná colher para os produto-

res de Goiás , Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A "EMBRAPA de Arroz e Feijão de Goiânia constatou gravíssimas perdas de até 40% em lavouras nas quais a operação das máquinas é feita por pessoal não habilitado...

(...) de muita coisa depende o desempenho da máquina. O tempo influi bastante. Colher depois da chuva, por exemplo, é quebra na certa de lucro - os grãos estarão pesados e vão rachar facilmente dentro do mecanismo da colhedora. A topografia do terreno cultivado também tem de ajudar: não se pode esperar muito sucesso em subir e descer morros, ou contornar acidentes causados pela erosão... A densidade da plantação (que pode ser controlada na hora do plantio) é outro fator: se a cultura estiver muito carregada, a máquina (...) acabará embuchando, pifando. E há o aspecto da manutenção: bem conservada, qualquer boa máquina funciona bem; sem cuidados só dá encrenca. Mas todo mundo que entende de mecanização da agricultura sabe que o mais importante para uma boa colheita, mesmo nos cultivos plantados com a melhor técnica, é a capacidade do operador. (...) O operador tem de ter sensibilidade para lidar com todos os fatores que possam influir no desempenho da máquina - como por exemplo, a fina regulagem da debulha -, além de conduzi-la direito..."(AMARAL e outro, 1986,p.29.30)

A incorporação do instrumental mecânico de trabalho no processo produtivo além de exigir um reaprendizado do ofício, o domínio de um saber específico em relação ao uso desse instrumental por um lado, redefine por outro o ritmo do trabalho através da maior velocidade que imprime às operações, principalmente de preparação do terreno, plantio e colheita, ao mesmo que redefine a duração da jornada de trabalho. O sol agora pode ser dispensado, pois conta-se com a luz artificial das próprias máquinas, o trabalho pode avançar noite adentro. À medida de tempo para a realização de algumas tarefas não é mais o número de dias e sim o número de horas de uso do trator. O tempo, portanto ganha nova dimensão:

"A pessoa se sacrifica muito mais hoje do que a época que era com animal. Porque naquela época a gente trabalhava, saía de manhã cedo se ia lavrá com boi. Eles paravam por causa dos boi e descansavam

um pouco também. E agora que é com trator, com máquina, eu saio, a gente pára prá comê um pouco e vai tocando sempre, porque o trator não precisa descansá. Então se sacrifica muito mais. E o problema de noite? Eu tenho época que trabalho muito de noite (...) se judia, se judia mais o corpo porque muito mais horas por dia, descança menos."

Apesar da tecnologia - o instrumental mecânico - alterar o ritmo do trabalho rural, ela não conseguiu vencer ainda uma barreira fundamental para o processo de produção na agricultura, que é o ciclo natural de cada cultura, o tempo que vai do nascimento à maturação. Voltamos a lembrar GRAZIANO DA SILVA, quando ele afirma que o progresso técnico na agricultura só se completa quando se consegue desenvolver espécies animais e vegetais que tenham seu ciclo - seu tempo de produção controlado pelo homem, alterado. (GRAZIANO DA SILVA, op. cit., 1981)

Neste sentido mesmo tendo o trabalho seu ritmo acelerado permanece a questão do confronto entre o ritmo do trabalho e o ritmo da natureza. Essa diferença pode levar à existência de tempos livres no interior das unidades de produção. Isto não acontece porém, no caso de Colônia Santo Antonio, porque como vimos no capítulo anterior existe uma grande diversificação de atividades, principalmente pela presença forte da produção para o auto-consumo, o que faz com que os produtores realizem diversos processos de trabalho, muitos deles simultâneos, num ano agrícola. Já nas unidades produtivas especializadas em trigo e soja e que não se baseiam na força de trabalho familiar, esses tempos livres no processo de produção ocorrem, dado que as operações nem sempre se sucedem imediatamente*, interpondo-se muitas vezes um intervalo de tempo entre a realização de uma e outra atividade.

* Ver a este respeito RASIA e ZAGO, op cit. p.174

b) A Aprendizagem do Trabalho para a Terceira Geração de Produtores Familiares

Para esta geração que começou a trabalhar a partir da metade da década de 70 ou mesmo depois, com o processo de mecanização já consolidado, a noção de ofício de agricultor é outra. É uma noção que engloba o saber sobre as culturas para o auto-consumo e que exigem um maior volume de trabalho manual e também o saber sobre as culturas que são feitas com o uso de instrumental mecânico - máquinas e implementos. Não operam portanto, os componentes desta geração com uma dualidade de saberes: um "saber antigo ou tradicional" e um "saber moderno". Operam simplesmente com o "saber" como uma noção única, dado que não precisam passar por um processo de reaprendizagem do trabalho como aconteceu com seus pais. Para esta geração o trabalho rural e seu aprendizado supõe habilidades e conhecimentos diferenciados, que não se confrontam, mas que conformam uma única síntese: ser agricultor agora é dominar o saber social de que dispõem as unidades familiares para a realização da produção.

Alguns elementos aproximam esta geração das demais no que diz respeito ao aprendizado do trabalho: o início desde cedo nas atividades da unidade familiar. Por volta dos seis ou sete anos a criança já está no trabalho. Este início se dá pelo trabalho doméstico:

"Desde seis, sete ano quando começam a entendê alguma coisa, começam aprendê o serviço: carregando lenha, tratando os pinto e aí se vai indo..."

Quando porém as unidades familiares não são mecanizadas as crianças com seis, sete anos já participam do trabalho da lavoura; para tanto se providenciam instrumentos de trabalho cujo tamanho e cujo peso são adequados para a criança:

"O piá de 6 ano bate máquina aí, acompanha eu e ele (o pai) na máquina tranqüilo. Máquina manual vai tranqüilo, mesmo vai embora, não tem problema. Ele tem uma maquininha pequenininha, baixinha. A cavalo ele me ajuda invergá que nem um homem, igual...

Ele tem a maquininha pequena assim, ma só pra vê como ele pranta!

Ele tem a enxadinha dele, é menorzinha um pouco. E como carpe".

Casos de crianças com seis anos que trabalham direto na lavoura com os pais só foram encontrados nas situações em que, como já dissemos, a extensão da propriedade é tão pequena que se torna inviável a mecanização.

Nas unidades mecanizadas este trabalho se inicia por volta dos 9, 10 e às vezes até 12 anos:

"Esse aqui tem 9 anos mas já faiz de tudo, tudo. Carpe. Ele plantou. A gente tá ensinando ele a trabalhá como a gente sabe. Ele ajuda nós tirá leite".

O que predomina porém, nessa idade, é o aprendizado do trabalho doméstico. Sua importância reside no fato de que ele cumpre duas funções fundamentais: uma de fazer com que desde cedo a criança perceba a importância e a necessidade de que todos trabalhem na unidade familiar. Outra que é a da disciplinação do corpo do trabalhador, da internalização das regras que regulam o convívio familiar e a apropriação de um conhecimento determinado:

"Ele esparramava cana - diz a mãe - nas verga e nós ia cobrindo.

Enton eu dizia prá ele: ' porque tu pisa em cima da cana, tu vai machucá o brotinho'. Dizia ele: 'non mas eu tenho que pisá prá firmá, daí tu vai cobrindo e fica melhor'.

Isso com cinco anos. Dias frios, mas ele pegava um feixe grande de cana, de longe ia por cima daquelas verga, meio caíndo, mas com vontade. Isso que eu acho ótimo nas nossas crianças é o seguinte, que elas non reclamam, sabe. Elas fazem e fazem com amor, sabe.

Isso é uma coisa que eu sempre ponho neles (...)
Não faça coisa com revolta. Porque tem que i! Porque tem que fazê! Não! vamo fazê porque é preciso, é pro nosso bem... enton digo:vamo plantá essa cana que nós vamo tê o melado, daí a mãe vai fa-

zê rapadurinha, pé-de-moleque, que eles gostam muito dessas coisinhas. Digo, isso tudo é bom, melado é uma coisa que contém muita vitamina. Enton tudo a gente vai pondo um pouco de... A necessidade para a alimentação e um pouquinho prá que eles tenham amor nas planta.

Acho isso muito importante."

O depoimento dessa mãe sobre o trabalho dos filhos ilustra em certa medida o que afirmávamos acima e pode ser complementado pelo depoimento seguinte de um pai sobre o filho de 9 anos:

"Olha algum servicinho prá ajudá a gente ele já faz. Já tá começando ajudá, a tirá leite também, tira leite de duas vacas... Ele tem que aprendê, devagarzinho mas ele já tira."

Outro dado importante é que nesta idade não existem diferenças entre o trabalho do menino e o trabalho da menina. Assim, ao mesmo tempo que a menina tira leite com a mãe, o menino também:

"Ajuda um pouquinho, tira leite, trata os pinto, lustra a casa, carpe e faz comida".

Manter a criança ocupada é uma estratégia de educação utilizada pelos pais, tendo em vista a transformação da criança em um trabalhador adulto responsável e dedicado, conhecedor de seu ofício:

"O nosso - filho de 7 anos - tu precisa vê o cuidado com o milho plantado, onde era a horta. Enton ele vai aprendendo. Ele tava brincando quando fez os buracos, trouxe o adubo. Já trouxe um baldinho, foi lá no chiqueiro trouxe um esterco, esparamou, plantou, molhou e agora ele diz: 'O! mas como é que este tá maior e aquele tá menor? Eu plantei no mesmo dia?' É, ele faz a comparação. Enton o pai explicou: 'aqui a terra era mais adubada, mais forte, lá tava mais velha, enton se desenvolveu menos. Pode ser às vez a semente, porque tem uma semente que germina melhor, outra menos..."

O que se pode notar é que o conhecimento vai sendo passado de uma forma espontânea para a criança. Isto não significa porém que não existam interdições. Existem e principalmente no que diz respeito ao uso do instrumental mecânico:

"na roça também, a partir dos 10, 12 anos que elas começaram a ajudá. Não de fora a fora, mas com 10 anos por ali. Esse aqui (o menino) que tá com 12 anos tá trabalhando igual ao pai". (Parênteses meus J.M.R.).

O fato da criança com menos de 14 anos dificilmente trabalhar com máquinas, principalmente tratores, não significa que ela ainda não tenha aprendido a conduzi-lo:

"Esse aí com oito ano já dirigia o trator, mas só na estrada assim..."

A interdição das máquinas e implementos para trabalho às crianças com menos de 14 anos deve-se a dois motivos básicos, que ficam explícitos nos dois depoimentos seguintes:

a) "... já problema de lidá com máquina é que a gente às veiz dispensa a criança. Se vô lidá com máquina, se vô colhê, não quero que a criança teje junto, que é perigoso. Óia os meu tem 9 ano arecém, ainda não dá. É perigoso. E isso aí de plantadeira hidráulica essa então não dá. Agora também é um serviço sofrido. Eu não vô insisti o guri de querê que ele fique em cima cuidando disso aí, porque é perigoso e sofrido".

b) "Ah! de trator os dois piá desde 8, 9 ano já tava em cima do trator só dirigindo, na estrada como se diz. Pro serviço (...) com 14 ano ele fez alguma gradiadinha. Com 14 ano ele já tava em condições de pegá o trator. Não digo de largá com a semeadeira por exemplo, controlá, programá e largá. Prá tocá um trator patiá uma lavoura ou gradiá, se ele deixa alguma brecha num tem problema. Agora semeá é um negócio que tem que tê mais prática, e já é mais perigoso prá se metê. Mas esse ano - com 16 anos - ele já tá bem, até carpideira no meio da soja com o trator ele passou".

Nos dois depoimentos o elemento perigo decorrente da representação que se tem do instrumental mecânico está presente e tem mais força no primeiro quando o menino só tem 9 anos. No segundo depoimento aparece também a questão do conhecimento exigido para a realização de determinadas atividades - no caso semear. Se o responsável pela semeadura não tiver um conhecimento profundo de como proceder, a lavoura pode ser prejudicada por um plantio irregular, "falhado" como dizem os agricultores, o que implica em perdas econômicas.

Agora, a partir de 16 anos os filhos já assumem qualquer atividade no processo de trabalho, sendo considerados pela maioria dos pais como trabalhadores adultos, mesmo ao nível da tomada de decisões no processo de trabalho, tanto no que diz respeito ao trabalho doméstico, quanto no que diz respeito ao trabalho da lavoura.

Poderíamos concluir este capítulo afirmando que a introdução da mecanização no processo de trabalho rural se por um lado redefiniu o ritmo e a duração do trabalho, por outro não destruiu a qualificação dos trabalhadores, o conhecimento do ofício. O uso do instrumental mecânico não dispensou o conhecimento sobre as condições do terreno, sobre as épocas de plantio e os ciclos de cada cultura, bem como o conhecimento sobre o clima. Os trabalhadores familiares que se mecanizaram incorporam ao acervo de seu conhecimento o conhecimento também sobre o uso e o manejo das máquinas e implementos, embora para a geração que viveu intensamente a transição, isto possa ter se constituído num processo tenso e até mesmo doloroso.

A apropriação do saber sobre o funcionamento do instrumental mecânico, pelos homens, desdobra-se em prestígio e influência sobre os demais membros da família e da "comunidade local", principalmente sobre as mulheres, crianças e produtores não mecanizados. Isto no limite resulta numa redefinição da relação saber/poder no interior do universo relacional do produtor familiar. O acesso à tecnologia moderna só se viabiliza mediatizado por uma integração cada vez maior do produtor com o mundo do mercado - o banco, a cooperativa, a revendedora de máquinas, implementos e insumos, etc... - o que necessariamente implica no alargamento da sociabilidade deste e na apropriação de um conjunto de conhecimentos cada vez mais complexo, que engloba desde as regras de funcionamento da mecânica, passando pelo conhecimento sobre o sistema de crédito e financiamento da produção até o emprego de ferti-

lizantes, defensivos e outros insumos na realização do trabalho.

Contraditoriamente porém, se a mecanização interpõe-se agora como elemento mediador da relação homem / natureza e facilita certas operações do processo de trabalho, ela encarna a subordinação do trabalho rural ao capital, à medida em que sua aquisição implica numa transferência de sobre-trabalho ao capital financeiro e industrial.

CAPÍTULO III

A FAMÍLIA: CATEGORIA ECONÔMICA E NOÇÃO IDEOLÓGICA

O estudo da família enquanto instituição social tem sido uma preocupação constante entre historiadores, sociólogos, antropólogos, psicólogos etc... Muitos são os estudos nas ciências sociais que tratam de discutir e mesmo de constituir a família em objeto de estudo*. Não discutiremos aqui estes estudos, seus limites e sua abrangência. O que pretendemos é discutir a significação econômica e ideológica da família para o caso concreto que estamos estudando, ou seja, Colônia Santo Antonio. Assim, a família será considerada enquanto categoria econômica e enquanto noção ideológica. Em nosso entender estas duas dimensões são complementares para o caso em questão: produtores pequenos proprietários que se servem exclusivamente da força de trabalho familiar.

a) A Família como Categoria Econômica

O estudo da organização do trabalho entre os produtores familiares nos mostrou que existem duas formas de rea-

* Sobre a família, sem ser exaustivo, ver: CANEVACCI, M. (Org). Dialética da Família. São Paulo, Brasiliense, 1985; ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio, Civ. Bras., 1974; MORGAN, L.H. La Societá Antica. Milano, Feltrinelli, 1970; MEAD, M. Macho e Fêmea. Petrópolis, Vozes, 1971; FUKUI, Lia G.F. Sertão e Bairro Rural. São Paulo, Ática, 1979; PRADO, D. O Que é Família. São Paulo, Brasiliense, 1985; ALMEIDA, M.S.K e Outros. Colcha de Retalhos. Estudos Sobre a Família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981; ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. Rio, Zahar, 1981; DONZELOT, J. A Polícia das Famílias. Rio, Graal, 1980; POSTER, M. Teoria Crítica da Família. Rio, Zahar, 1979; FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. Rio, J. Olympio, 1946; SAMARA, E. de M. A Família Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1983.

lização do trabalho em Colônia Santo Antônio. Uma que se utiliza de instrumental mecânico e uma não-mecanizada. Das 29 famílias estudadas, 22 têm o trabalho, principalmente da lavoura, realizado com o auxílio de instrumentos mecânicos e 7 não dispõem de mecanização. Nestas sete o que predomina são ainda as forças humana e animal na realização do trabalho.

O fato de 22 unidades familiares disporem de instrumental mecânico para o trabalho não significa que não existam em seu interior atividades manuais. Como vimos mesmo nestas unidades muitas atividades são realizadas manualmente.

O que ficou claro para nós foi o fato de existirem, no interior das unidades familiares mecanizadas operações e atividades mecanizadas e não-mecanizadas, num mesmo processo de trabalho. Não existe - e isto se percebe nas reconstituições que fizemos de diferentes processos de trabalho - em Colônia Santo Antonio, culturas que dispensam completamente o trabalho manual ou não mecanizado. Este fato talvez à medida que expressa uma divisão das operações em duas ordens - mecanizadas e não-mecanizadas - será tomado por nós como ponto de partida para a abordagem da família como categoria econômica e do papel que ela desempenha no processo de produção.

Do ponto de vista do papel da família no processo de produção, observamos também no capítulo sobre a organização do trabalho, que as tarefas mecanizadas são sempre realizadas pelos homens. Ou seja, pelo marido ou pelos filhos com mais de 14 anos. A mulher e as filhas participam somente na condição de força de trabalho auxiliar ou acessória. Não existe um conjunto de atividades mecanizadas que tenham a condução da mulher ou das filhas adultas. As atividades mecanizadas são atividades essencialmente masculinas e as razões disto se devem basicamente ao fato de que a tecnologia moder

na, os veículos, tratores, colheitadeiras - segundo os homens e mulheres entrevistados - representam um perigo e exigem um conjunto de habilidades para as quais as mulheres não estão preparadas.

Esta explicação, dada pelos entrevistados, não se sustenta a não ser de um ponto de vista ideológico, assumido não só pelos homens mas pelas próprias mulheres que aceitam a interdição e se sentem incapazes de operar tratores e colheitadeiras e de conduzir veículos. Do ponto de vista econômico tem-se uma explicação para este fato a partir da qualidade que possuem os tratores e as colheitadeiras de reduzir o tempo de trabalho necessário para a realização de determinadas tarefas e com isto liberar parte da força de trabalho.

Historicamente podemos ver no mesmo capítulo sobre o trabalho, que as primeiras gerações de trabalhadores de Colônia Santo Antonio, tanto homens quanto mulheres manejam os mesmos instrumentos: serrote, machado, arado de boi etc... Não havendo portanto atividades masculinas e atividades femininas. Esta diferenciação é recente e data da década de 70 quando se dá a mecanização das atividades agrícolas.

A reserva para os homens das atividades mecanizadas, ou pelo menos da condução dos tratores, colheitadeiras e dos veículos, lhes garante em certa medida uma maior autoridade sobre a mulher e as filhas no interior da família, dado que eles detêm um saber que não é universal para a unidade familiar. São os homens também que realizam os negócios com os bancos e com a cooperativa, embora a família toda participe das decisões.

A posse pelos homens do saber sobre o uso e o funcionamento do instrumental mecânico de trabalho faz com que as mulheres sejam deslocadas em determinados momentos do processo de produção da lavoura (principalmente de trigo e soja) para a realização do trabalho doméstico.

A apropriação do saber sobre a condução, o uso e o funcionamento do instrumental mecânico de trabalho pelo homem

e o saber sobre as regras de funcionamento do mercado - financiamento e preço da produção - são a principal diferença no que diz respeito a aprendizagem do ofício de agricultor para o homem e para a mulher.

Esta situação não contradiz porém, a afirmação feita anteriormente sobre a não existência de uma divisão capitalista do trabalho no interior das unidades familiares de produção. A reserva de atividades de domínio* masculino no mundo do trabalho e aqui representado pelo manejo do instrumental mecânico e pela relação com o mercado por um lado e a interdição à mulher e às filhas para a realização destas atividades, cria por outro lado um campo de trabalho de domínio feminino composto principalmente pelo trabalho doméstico. Neste campo de domínio feminino, o marido e os filhos adultos são força de trabalho auxiliar ou acessória.

A existência desses dois domínios ou campos diferentes e aparentemente antagônicos, são na verdade complementares e ao contrário do que se possa esperar não levam à desagregação e a conflitos no trabalho familiar, mas ao intercâmbio, à cooperação, principalmente no caso em estudo em que o conceito de trabalho doméstico engloba não só os serviços da casa e o cuidado das crianças, mas a realização de grande parte das atividades voltadas para a produção de autoconsumo. Os depoimentos citados no capítulo sobre a organização do trabalho e a realização de suas atividades demonstram fartamente a cooperação entre marido e mulher, entre o masculino e o feminino no processo de produção.

Se o campo de trabalho masculino compreende o manejo dos instrumentos mecânicos no processo de produção - principalmente da soja e do trigo - do qual provém parte da renda

* Sobre as atividades de domínio masculino e de domínio feminino no trabalho rural ver SEGALEN, M. Mari et Femme dans la Société Paysanne. Paris, Flammarion, 1980, cap.III.

familiar, o campo de trabalho de domínio feminino compreende todas as atividades voltadas para a manutenção e conservação da casa bem como para parte da renda familiar, dado que nem toda a produção para auto-consumo é de fato consumida pela família. Boa parte dela se reveste do caráter de mercadoria e é vendida no mercado. É através da venda do leite, do queijo, do ovo e das aves que se adquirem no mercado os elementos necessários para a manutenção da família e que não são, ou não podem ser produzidos na unidade familiar: o café, o açúcar, o sal, materiais de higiene pessoal e de limpeza. É através da venda do leite também que se consegue pagar as despesas com vestuário, material escolar e energia elétrica da família.

Pelo menos três são os pontos de intersecção destes dois domínios, dado que eles são complementares. Um deles é o fato de que a mulher e as filhas - e também os meninos pequenos que ainda não entraram intensamente no processo de trabalho da lavoura - participam de atividades não-mecanizadas dos processos de trabalho onde se produzem fundamentalmente mercadorias. Pois como vimos no capítulo sobre a organização do trabalho, item b, a mulher, as filhas adultas - com mais de 14 anos - e as crianças - meninos e meninas participam ativamente da capina da soja, das atividades da colheita de trigo e da soja e da produção da uva e do vinho.

Outro ponto de intersecção é o lugar ocupado pela mulher, as filhas adultas e as crianças nas atividades mecanizadas do processo de produção. Elas constituem uma força de trabalho indispensável nas épocas de plantio do trigo e da soja, bem como nas épocas de colheita.

A medida que os homens (marido e filhos com mais de 14 anos) participam do trabalho reservado ao domínio feminino, mesmo na condição de força de trabalho acessória ou auxiliar, estão estabelecendo um outro ponto de intersecção entre as atividades de domínio masculino e as atividades de domínio fe-

minino no processo de produção.

Naquelas unidades familiares em que o processo de produção não está mecanizado não se coloca esta questão, ou seja, não existem campos de trabalho ou conjuntos de atividades cujo domínio pertença a um ou outro sexo; como acontecia entre as primeiras gerações de produtores familiares em Colônia Santo Antônio tanto o homem quanto a mulher realizam todas as atividades do processo de produção.

Entendemos a família como categoria econômica no sentido de que é ela a responsável pela organização do trabalho, por sua realização e pelo destino da produção daí resultante. Neste sentido ainda, a família possui um certo grau de autonomia em relação ao capital que a subordina. O marido, a mulher e os filhos são responsáveis pelo trabalho, não somente enquanto organizadores, mas também enquanto executores do mesmo. As formas como realizam a gestão e a execução do trabalho já examinamos no capítulo sobre a organização do trabalho, nos itens a e b.

a1) O Patrimônio e as Formas de Transmissão

A família se constitui em categoria econômica também a medida em que é responsável por sua reprodução social ao transformar parte do valor produzido em seu interior em patrimônio.

A história da formação do patrimônio familiar não passa somente pelos mecanismos de ordem econômica, mas passa também pelos elementos culturais e políticos que definem a condição de produtor familiar. Neste sentido são importantes as estratégias de reprodução do patrimônio, a medida em que revelam os mecanismos de reprodução da unidade familiar como totalidade.

Assim, é importante que consideremos o patrimônio familiar a partir da representação que dele fazem os próprios

produtores. O patrimônio não tem necessariamente um caráter econômico, nem sempre é entendido como o capital da família. Parece-nos, e os dados apontam para isto, que na constituição da noção de patrimônio são incorporadas determinações de natureza ideológica e mesmo afetiva e não só econômica. Em certa medida patrimônio e capital, ao mesmo tempo que podem ser equivalentes, são também noções diferenciadas. E, muitas vezes as determinações de ordem extra-econômica predominam:

"Sempre trabalhei na terra. Agora herdei um pedacinho e me parece que se fosse para vendê aquele pedacinho onde eu me criei, meu Deus! Volto agora lá depois de vinte anos plantá a mesma terra eu acho bom. Ontem tava trabalhando lá, non sei me sinto bem naquela terra, mesmo tendo perdido o pai. Trabalhava naquela terra quando era criança e hoje tô de cabelo branco (45 anos) e voltei. Parece prá mim que lá tem uma história. Eu tô passando e sei o que eu fazia lá quando eu era criança: lá eu comecei lavrá. Quando eu tô trabalhando lá parece que a infância volta. Eu acho que dinheiro nenhum vai me desfazê daquela terra". (Parênteses Meus - J. M. R.)

Essa relação com a terra, percebendo-a como parte da própria história pessoal é um dado muito forte, não só na representação do patrimônio mas também na sua conservação. Este não é visto como um volume determinado de capital, que pode ser reduzido a uma expressão monetária, mas é entendido como um meio de vida, através do qual a vida se faz, se ganha a cada dia, a cada momento:

"Imagine o senhor que eu vô deixá isto aqui como muitos fazem prá ir prá Mato Grosso ou Goiás. Esta terra que foi do meu pai! Foi dela que a gente se criou, criou os filho. Como é que a gente vai se desfazê! A vida fica sem sentido prá mim se eu tiver que começá de novo noutro lugar. A gente não acha jeito de sair daqui. Aqui tá a nossa vida."

Não são somente as referências pessoais, a marca pessoal que estão na terra, a trajetória de cada um. A história da terra - da propriedade - não é somente a história da

família, mas é a história da constituição da própria categoria social de produtor familiar:

"A gente conhece vários casos de agricultor que foram obrigados a abandonar a terra, que perderam a terra. Isto é a coisa mais triste. Se perde a terra não tem mais sentido a vida para um colono, porque tudo o que ele sabe, tudo o que ele aprendeu a vida inteira tá relacionado com a terra. Eu acho que o cara que perde a terra fica muito infeliz, eu acho que fica louco".

Pelo depoimento acima, perder a terra significa deixar de existir socialmente, perdendo o passado e inviabilizando o futuro.

A noção de patrimônio, para o produtor em questão, compreende em primeiro lugar a terra e as benfeitorias nela incorporadas. Os instrumentos de trabalho - mesmo as máquinas e similares - são percebidos como parte deste patrimônio, porém com uma marca muito própria: são elementos que se desgastam ou se tornam obsoletos com certa rapidez no processo de trabalho. Já a terra não, a terra pode ser conservada, nesta representação, é quase eterna. O horizonte de sua durabilidade é infinito. Seu poder de reproduzir a família é reiterado permanentemente pelas melhorias no processo de conservação do solo. Assim, a terra parece ser atemporal, pois não se consome num curto período de tempo como os instrumentos de trabalho e os animais:

"A formação de um patrimônio prá deixá pros filho tá difícil. É tanta coisa prá pagá que não dá nem prá pensá: a eletricidade, as máquinas prá lavoura... Quase non sobra prá gente comprá terra prá deixá pros filhos. É máquina e mais máquina (instrumentos mecânicos). Quando você se dá conta você tá com um monte de ferro velho em casa que não serve prá mais nada. Como já disse, tá difícil de dá terra pros filho, deixá eles colocado". (Parênteses meus J.M.R.)

Se os instrumentos de trabalho são uma parte especial do patrimônio, com vida útil determinada, o dinheiro que sobra, como tal, não é considerado patrimônio. É isto sim apenas condição para o acesso a bens que correspondam à noção de

patrimônio =

"O dinheiro que temo sobrado vê que é sempre pouco, mas juntemo prá vê se conseguimo comprá uma terrinha, aumentá a área aqui. Ma vê também que non tá fácil, porque terra non tem mais por aqui prá vendê e depois quando tem alguma o preço é muito alto".*

As terras postas à venda em geral são parte de herança, dado que a fronteira agrícola aí já se esgotara nos anos 50. Nestes casos sempre a compra é feita por alguém da família. Um estranho dificilmente tem acesso.

Mesmo operando com uma noção de patrimônio que não de ordem estritamente econômica, os produtores familiares passam por um processo de diferenciação social que se faz tendo a extensão da terra como um dos elementos. No caso em estudo, as propriedades variam entre 12 e 125 hectares. Portanto somente no que diz respeito à terra cultivada já temos uma variedade de situações. Se acrescentarmos a isto a propriedade de instrumentos mecânicos de trabalho - máquinas, tratores, caminhões e implementos - a diferenciação se acentua. A propriedade desse instrumental não só melhora as condições de realização da produção, como melhora também as condições gerais de vida nas famílias. Esta propriedade torna visível uma diferenciação entre produtores mecanizados e não mecanizados. Ela é importante porque permite perceber que a própria condição de produtor familiar possui diferenciações internas. Isto é, nessa situação não se pode falar em homogeneidade da condição de produtor familiar. No limite até mesmo o tamanho da família - o número de pessoas que têm sua reprodução diretamente associada à reprodução da condição familiar - é um fator de diferenciação. O que se pode buscar nesta condição são os traços que identificam os produtores familiares, sem porém torná-los iguais: trabalho familiar, domínio do ofício, produção para o mercado e para o auto-consumo, por um lado.

* Em janeiro de 1985 (época da maioria das entrevistas) um hectare de terra na região custava aproximadamente 45 milhões de cruzeiros.

Por outro, um conjunto de valores e normas comuns a todos e transmitidos a cada nova geração.

Tomando-se um exemplo que considere a família com a menor extensão de terras, porém mecanizada e a família proprietária da maior extensão, porém não mecanizada, temos como resultado: na safra de soja de 1984 a primeira (com 12 ha) produziu 250 sacos; a última (com 29 ha) produziu 150.

O processo de diferenciação social se completa pelas formas através das quais se processa a herança ou transmissão do patrimônio familiar. Para entendermos as estratégias de transmissão, devemos levar em conta a representação que a família faz de si enquanto grupo social sujeito às normas e ao controle "vigentes" na sociedade local e que tem sua origem na própria cultura da "comunidade". No caso em questão descendentes de italianos que ocupam a última fronteira agrícola do estado do Rio Grande do Sul para reproduzir aí sua condição de produtor familiar. Assim, não é somente o direito civil que regula a sucessão, mas principalmente o conjunto das relações sociais e econômicas em que estão imersos.

WOLF afirma que "cada substituição de um membro da velha geração por outro coloca em questão a existência da unidade familiar camponesa como estava constituída previamente. Como consequência, a sucessão é regulada por normas especiais. De grande importância são aqueles que governam a herança, regulamentando a passagem de recursos sob seu controle, do velho ao jovem." (WOLF, 1970, p 103).

Quais as normas e quais as formas que regulam a herança em Colônia Santo Antônio?

Segundo podemos apurar, o que predomina é a herança por partilha. Todos herdam, independentemente do sexo ou da ordem de nascimento. O que às vezes acontece é os filhos homens receberem uma porção maior de terra.

"O pai repartiu a terra em vida. Ele deu meia colônia (12,5ha) para cada guria. Prá cada homem ele deu 18 hectares".

colar, faz com que os pais em certos momentos liberem a criança do trabalho para estudar na outra metade do dia. Assim, o tempo da criança é dividido entre escola, trabalho e brincado, sendo que na ordem das prioridades do adulto, o brinquedo aparece sempre em terceiro lugar - trabalho e escola são obrigações. O brinquedo é importante, mas pelas observações que fizemos, nessa tríade, é o elemento que sofre mais restrições e que tem seu tempo mais reduzido:

"Se a gente der uma folguinha eles brincam. Agora se tivé que fazê algum serviço, eles têm que fazê!"

A observação do tempo dedicado ao brinquedo, ao jogo, nos remete a pensar sobre a duração da infância no meio rural. E podemos afirmar, com certa segurança, que esta termina muito cedo entre os produtores familiares:

"Eu acho que a criança tem que brincá no máximo até 10 ano, eu acho. Depois só nas hora de folga, né".

Ao mesmo tempo que se determina pelo tempo dedicado ao brinquedo a duração da infância, julga-se o brinquedo como um fato importante na vida da criança:

"Eu acho que o brinquedo é importante, claro que é, porque depois aquele tempo non volta mais não. É importante sim..."

Considerando-se portanto o brinquedo como um "fato importante" para a criança, essa importância porém é muito relativa, dado que a partir de 10, 12 anos a criança já não tem mais o direito de brincar e precisa voltar-se mais para o trabalho.

À medida que a criança deixa de brincar e assume um número cada vez maior de responsabilidades no mundo do trabalho, ela se aproxima cada vez mais do adulto. Esta aproximação do mundo adulto se faz sem a mediação da adolescência. Assim que a criança vai se inserindo no trabalho, ela deixa de ser criança. E neste momento ela começa a viver uma ambigüidade muito grande, dado que ela é considerada adulta para o trabalho e para assumir responsabilidades perante a família, mas não é considerada adulta nas outras esferas da vida: con-

tinua-se a controlar seu comportamento, a incutir-lhe valores, normas, disciplina, tendo em vista a criação de hábitos por um lado. por outro lado, não lhe é permitido participar plenamente das festas e brincadeiras que seriam características de sua idade. Assim, se por um lado houve alguma mudança em relação ao tempo que a criança pode dedicar ao brinquedo, essas mudanças não atingiram a consciência dos pais em reconhecer nos filhos uma nova idade da vida que é a adolescência. Os limites entre a infância e a idade adulta não têm como mediadora a adolescência, mas sim o ritual religioso da crisma:

"À medida em que ficam estabelecidos os limites de idade para o brinquedo, tem-se como resultado o limite daquilo que os agricultores chamam 'o tempo infantil', ou seja, tem-se constituída a noção de infância e sua abrangência em termos de idade cronológica. A partir daí, a criança passa a viver um novo tempo, que não necessariamente corresponde à adolescência, mas sim no dizer dos pais à 'juventude'. É claro que esta noção de juventude não se aplica, a não ser na classificação das idades que são estabelecidas pelos próprios pais e pelo ritual religioso da confirmação ou crisma. O crisma hoje é feito aos 14 anos e tem um significado muito especial para a criança que vive uma situação de ambigüidade, principalmente no período dos 11 aos 14 anos. Neste período, a criança se vê privada das atividades infantis propriamente ditas e é neste período também que se completa o processo de sua inserção na força de trabalho rural. Esta etapa da vida da criança é marcada fundamentalmente pela escola e pelo aprendizado final do trabalho. O ritual do crisma, ao expressar uma reentrada na comunidade religiosa, expressa também a entrada da criança na comunidade dos jovens e este é um dado extremamente importante para os pais, que passarão a tratá-la agora mais como um adulto ou como um adulto jovem, do que como uma criança ou adolescente". (RASIA e ZAGO, op. cit.p. 140)

Os brinquedos e jogos das gerações anteriores que permanecem entre as crianças de hoje são, para os meninos o jogo de bola, as caçadas com bодоques e o jogo de peteca: este último compartilhado com as meninas. As meninas continuam a brincar com bonecas, de casinha e de comadre:

"Alguma coisa a gente ainda conseguiu ensiná, umas coisas quando eles eram pequenos, brinquedos mais caseiro, fazê uma peteca de palha. Elas tiveram a base de tê uma boneca, ou carrinho. Brinquedo mais comprado".

Se para as gerações anteriores o ato de brincar se iniciava com a construção do próprio objeto material, aqui o brinquedo industrializado substitui o brinquedo feito pela própria criança. Assim, a relação de troca passa a permeiar agora também os objetos lúdicos no interior das unidades familiares de produção. A boneca industrializada, a bola de plástico ou couro e os carrinhos de plásticos são os brinquedos mais constantes entre as crianças. A casinha ainda continua sendo o brinquedo no qual a criança utiliza mais os materiais de seu meio. Com excessão da boneca, os demais componentes são escolhidos entre materiais do próprio ambiente da criança:

"Eu gosto de brincá de casinha. Nós fizemo numa sombra assim, daí varremo, ajuntemo vidrinho, tabuinha, pedrinha com forma de alguma coisa; a gente pede prá mãe alguma coisa de dentro de casa, um pratinho, uma colher, um garfinho, qualquer coisa assim a gente brinca".

O depoimento acima de uma menina de 10 anos demonstra o que acabamos de afirmar: no brinquedo de casinha permanecem elementos que a própria criança seleciona em seu ambiente. Assim também no brinquedo de comadre, que em certa medida é uma variante do brinquedo de casinha, como nos contou Nara, uma menina de 10 anos:

"Gosto de fazê comadre. Vou brincá de casinha, fazê comida. Bolo com um pouco de cinza, enfeito tudo com essa foiage, bigonha de flor. Tudo enfeitado, aquela baita bandeja de cinza, senon é de barro, puro barro..."

Segundo os pais, dois são os motivos de restrição aos brinquedos comprados: o primeiro deles diz respeito ao custo do brinquedo e o outro à pouca durabilidade do mesmo. Estas restrições podem em certa medida dar uma indicação do funcionamento da própria economia familiar em que se procura

gastar o mínimo com coisas ou objetos que não sejam estritamente necessários à reprodução da unidade familiar:

"Nóis aqui não semo muito de dá brinquedo comprado. Umas coisinha, madeirinha prá brincá na areia assim eles têm. Tem gente que dá presentes caros. Nós não, coisas simples..."

Para os pais o brinquedo que é dado aos filhos deve cumprir uma função socializadora, permitindo à criança imitar o mundo adulto. Assim, dentre os pais são valorizados brinquedos que possibilitem à criança recriar o mundo em que vive: basicamente o trabalho da lavoura para os meninos e o trabalho de casa para as meninas. Assim, os carrinhos, tratores e bonecas estão entre os brinquedos que os pais mais adquirem para seus filhos. As armas em geral são os brinquedos mais interditados às crianças:

"Eu non gosto que brinquem com negócio de armas. Nunca gostei. Non compro, me dá um arrepio, parece que eles ton se ensaiando pruma guerra, non sei o que lá. Non gosto. Eles às vezes brincon. Vêem na televison e já começam a corrê atrás de espingarda (feita pelas próprias crianças com qualquer pedaço de madeira que encontram) mas eu non gosto. Eu quando vô comprá, compro sempre brinquedo de colônia. Eles gostam de trator e máquina, essas droguinhas assim, Caminhon. Enton eu compro essas coisas prá eles brincá; quebra-cabeças, jogo de vareta. A gente compra o trator e eles fazem o pé-de-pato (arado), a grade, a máquina, a semeadeira. Fazem com madeira e preguiinho. Eles fazem também caminhonzinho de madeira se non tem deste comprado. Representa que tejem na lavoura trabalhando". (Parênteses meus J.M.R.)

O depoimento desta mãe nos revela três elementos importantes: a) a interdição dos brinquedos relacionados à violência - as armas; b) a preferência pelos brinquedos que tenham uma relação estreita com a condição familiar - tratores, máquinas, arados, etc.; c) a representação da função do brinquedo - a imitação do mundo do trabalho pela criança.

Vale observar aqui com relação às armas, que o bodeque é um brinquedo muito comum entre os meninos. Sua aprovação pelos pais se deve ao fato de que caçar passarinho é uma forma de controle do homem sobre a natureza, pelo menos se pode

entender por aí o uso generalizado do bodoque, ao passo que outras armas - espingardas, revólveres, metralhadoras - significam uma relação de destruição do próprio homem, à medida que se pode com eles brincar de guerra. Para os pais, o brinquedo tem uma função explícita de contribuir para moldar o comportamento e a personalidade infantil, por isto este tipo de brinquedo é interditado.

O trator, as máquinas, os 'caminhõeszinhos' correspondem a uma função oposta, isto é, moldam a personalidade da criança no sentido de uma expectativa positiva do adulto: moldam a criança para o trabalho - "Parece que tejem trabalhando".

Assim, tanto no caso do brinquedo interditado, quanto no caso do brinquedo aprovado, o que está em jogo é a compreensão que os adultos (os pais) possuem do brinquedo. Como elemento socializador, eles entendem que o brinquedo leva sempre a criança à imitação de um comportamento, o que como vimos na primeira parte deste capítulo, não necessariamente é verdadeiro. Ou ainda, como diz OLIVEIRA:

"... as crianças não procuram no brinquedo uma forma de evasão. Desejam, sim, explorar e conhecer melhor o real, criando-o ou recriando-o à sua maneira. Assim o uso e o sentido que atribuem ao brinquedo nem sempre é aquilo que as aparências sugerem; nem sempre é o óbvio, como geralmente ocorre quando adultos estão brincando. No brinquedo, o modo de pensar e de agir da criança frequentemente se opõe ao modo de agir e pensar do adulto..." (OLIVEIRA, 1984, p. 78).

Dentre os elementos que sofrem restrições está também a televisão. A criança assiste muito pouco. As razões alegadas são, em primeiro lugar, que os programas nem sempre são adequados à idade das crianças e segundo, o caráter repetitivo da programação, principalmente da programação infantil. A televisão é tida como um elemento que pode desenvolver tipos de comportamentos indesejáveis na criança, à medida em que prende sua atenção, desviando-a de suas obrigações:

"Tem a horinha de televisão também. Mas eles sabem que nós non deixemo muito. Não deixo muito vê televisão. Envolve muito a criança e eles vão ficando muito acomodado com essa televisão. Eu... ah! é só briga essa televisão, não dá! E eles se ton vendo um programa non tem quem tire eles daí. Enton eu prefiro desligá. E essas questão de novela non acho que tem razão..."

Embora a criança resista, a autoridade paterna prevalece e quando os pais julgam conveniente desligam a televisão:

"Se desligo a televisão viram bicho, né. Non tem, na hora que tem trabalho, tem que trabalhá e acabô, non tem nada que ficá olhando televison. Se é um programa que interessa, uma coisa, mas esses bichinhos (desenho animado) passa toda hora, non tem necessidade de se prendê... Enton sempre ali acho que prejudica também". (Parênteses meus J.M.R.)

A resistência dos pais ao consumo das mensagens transmitidas pela televisão, como se pode ver pelos depoimentos acima, se deve a dois pontos fundamentais: a acomodação da criança, o que em outros termos significa não querer mais cumprir com suas obrigações cotidianas e a imitação de comportamentos veiculados, principalmente nas novelas e nas séries do tipo policial que podem gerar na criança comportamentos moralmente reprováveis, quer pela liberação de costumes, quer pela violência apresentada.

Há nesse sentido entre os pais uma compreensão de que a criança ao ver um mundo determinado, apresentado pela televisão, é levada automaticamente a imitá-lo. Como vimos, a mente infantil não responde mecanicamente aos estímulos externos. Ao contrário, ela procura recriar no mundo do jogo e do brinquedo elementos de dominação, de violência, de tristeza, de dor ou de prazer, também como forma de melhor compreendê-los. Assim, a fantasia é um dado fundamental no brinquedo, que se coloca para a criança também como uma situação de conhecimento do mundo e não da imitação pura e simples.

CAPÍTULO V

A EDUCAÇÃO ESCOLAR ENTRE OS PRODUTORES FAMILIARES

Como tivemos oportunidade de perceber, o processo de socialização da criança entre produtores familiares: se faz basicamente pela aprendizagem do trabalho e do conjunto de valores que este comporta, pelas relações vivenciadas no universo da família e da "comunidade local", pelo jogo e pelo brinquedo. O elemento que em nosso entender vem completar este processo de formação do trabalhador é a educação escolar. É dela que trataremos agora. Num primeiro momento faremos uma breve caracterização da escolarização para o conjunto das famílias, num segundo trataremos da questão dos conteúdos ensinados pela escola e num terceiro a relação entre a educação escolar e o futuro dos filhos.

a) Nível de Escolaridade e as Trajetórias Escolares

Tendo como base os dados coletados nas entrevistas realizadas, foi possível construir a tabela de número 3, que nos dá a dimensão do nível de escolaridade das famílias. Na construção da tabela não nos limitamos somente à inclusão dos filhos em idade de escolarização obrigatória - 7 a 14 anos -, mas consideramos o conjunto da família como um todo. Isto nos permite estabelecer um quadro mais geral do fenômeno. Incluímos também os dados de duas famílias que não têm mais filhos na escola local, mas que proporcionaram educação superior a seus filhos. Estas famílias são as de número 21 e 22. Sua inclusão na tabela se justifica pelo fato de representarem duas situações diferentes, duas trajetórias sociais distintas: uma delas manteve o filho mais velho e a filha (juntamente com o marido) trabalhando na propriedade enquanto os demais filhos frequentaram a Universidade. Na outra família - composta de 11 filhos, todos homens - os filhos que realizaram o curso

superior o fizeram à medida em que, ao concluir a escola local, migraram para a cidade trabalhando durante o dia e à noite estudando.

TABELA 3: ESCOLARIDADE ENTRE AS FAMÍLIAS DE COLÔNIA SANTO ANTÔNIO

FAMÍLIA Nº	E S C O L A R I D A D E			
	PAI	MÃE	MASCULINO	FEMININO
01	4ª série	4ª série	7ª série § (18) 2º ano 2º grau (17) 7ª série (15) 5ª série (12) 4ª série (10)	
02	4ª série	4ª série	2º grau completo (22) 6ª série (13) 2ª série (8)	2º grau completo (19)
03	4ª série	5ª série	4ª série (9)	8ª série μ (14)
04	5ª série	5ª série	3ª série (9)	
05	5ª série	3ª série		3ª série (9)
06	4ª série	4ª série	6ª série (12)	2º ano 2º grau μ (16)
07	5ª série	5ª série	3ª série (9)	4ª série (10)
08	4ª série	4ª série		7ª série (15) 3ª série (9)

Notas: o nº entre parênteses indica a idade do filho.

§ indica interrupção da escolaridade.

μ indica que continuará a estudar

TABELA 3 - parte 2

FAMÍLIA Nº	E S C O L A R I D A D E			
	PAI	MÃE	MASCULINO	FEMININO
09	4ª série	4ª série	3ª série (10)	2º grau completo (17)
10	5ª série	4ª série	3ª série (9)	
11	4ª série	6ª série	5ª série (26)	4ª série (27) 5ª série (23) 5ª série (18) 5ª série (12)
12	4ª série	5ª série	8ª série µ(14) 2ª série (9) 1ª série (7)	
13	4ª série	5ª série	1ª série (7)	4ª série (10)
14	4ª série	3ª série		5ª série (13) 5ª série (12)
15	4ª série	5ª série	6ª série (12)	4ª série (10)
16	2ª série	5ª série	5ª série (27) 4ª série (24) 7ª série (22) 2º grau completo (18) 6ª série (17) 7ª série (15) 5ª série (13) 4ª série (11) 3ª série (9)	5ª série (25) 6ª série (21)
17	4ª série	4ª série	4ª série (32) Superior (31) Superior (29)	5ª série (28)

TABELA 3 - parte 3

FAMÍLIA Nº	E S C O L A R I D A D E			
	PAI	MÃE	MASCULINO	FEMININO
17			2º grau completo (24) Superior - cursando (20)	
18	4ª série	5ª série	8ª série µ (16)	2ª série (8)
19	4ª série	4ª série	4ª série § (16) 3ª série (12) 1ª série (10)	5ª série (24) 5ª série (22) 7ª série (23) 6ª série (18)
20	2º ginasial	1º ginasial	8ª série (22) 8ª série (20) 7ª série (14)	5ª série (19) 6ª série (13)
21	3ª série	2ª série	2º ano 2º grau (28) 2º grau completo (25) Superior- cursando (23) 2º ano 2º grau (21)	5ª série (22) 6ª série (24) 6ª série § (19)
22	2ª série	4ª série	5ª série (41) 2º grau completo (39) 3ª série (38) 2º grau completo (36) 3ª série (35) Superior (31) 8ª série (31) 5ª série (30) 5ª série (28)	

TABELA 3 - parte 4

FAMÍLIA Nº	E S C O L A R I D A D E			
	PAI	MÃE	MASCULINO	FEMININO
22			2º grau completo (26) Superior (22) Superior -cur- sando (20)	
23	2ª série	2ª série	6ª série (15)	
24	5ª série	5ª série		3ª série (10)
25	5ª série	4ª série		2ª série (8)
26	5ª série	4ª série		5ª série (11) 1ª série (7)
27	3ª série	3ª série	4ª série (10) 1ª série (7)	
28	4ª série	5ª série	5ª série (11)	
29	5ª série	5ª série	1ª série (7)	

FONTE: Pesquisa de Campo

Se observarmos a tabela vemos que o grau de escolaridade que predomina entre as famílias de Colônia Santo Antônio é aquele proporcionado pela escola local. Assim, as gerações mais velhas tiveram como predominância a 4ª série do antigo primário. Foram alunos em sua maioria de uma escola multi-seriada. Das 29 famílias entrevistadas, 14 pais e 10 mães cursaram até a 4ª série do antigo primário, tendo em sua companhia as outras séries do curso primário numa mesma sala e com uma mesma professora. No início a escola era mantida pelos próprios pais dos alunos, sem que o Estado estivesse dire-

tamente presente:

"As professora aqui era coisa escarsíssima. A dona Marieta era a pessoa mais antiga aqui, ela era a que sabia mais, daí ensinava. Era bem na esquina ali a primeira aula, ali que tinha o bolicho. Era uma casa, mas era escola. Ali ela lecionava. Foi lá por 30 e poucos. Quem mantinha a escola era os próprios pais dos alunos, os alunos pagavam coisinha assim. Não é como agora. Nem me lembro bem, mas eu sei que coisinha assim, quinhentos réis, quatrocento réis... prá pagá a professora prá ela ensiná. Da prefeitura não me lembro se vinha alguma coisa. Agora de exame eu me lembro sempre que vinha gente de Ijuí prá fazê os exame, só uma vez no fim do ano, fazê exame. Eu sempre me lembro porque a gente... ainda a professora dizia: vocês von bem arrumadinho, calçadinho, chinelinho ... naquela época era de pé no chon, sabe? Venham bem arrumadinho. Ela disse que vem tal, fulano de tal de Ijuí que vem fazê o exame, né?

...Depois se vocês se comporton bem, vocês ganhon um lápis, uma pena, sabe?..."

A ausência do Estado proporcionando escola para as crianças das primeiras gerações das famílias de Colônia Santo Antônio fez com que, às custas do sacrifício familiar, as crianças tivessem um mínimo de escolaridade, apenas aprendiam a ler e a escrever.

Este baixo grau de escolaridade deveu-se portanto às limitações no que diz respeito às oportunidades educacionais no meio rural por um lado, e por outro à necessidade de que os filhos permanecessem em casa para ajudar a família no trabalho.

Entre a geração mais velha, é curioso observar como a questão da escolaridade é considerada:

"A gente ia na escola das 9 até meio dia, quando os outro dois ermon mais véio ia de manhã, enton trabalhava até as 9. Perdia um pedaço da aula. Ela começava às 8. 9 e meia prá 10 hora era recreio... Também non era assim ton obrigatório; enton na hora do recreio os outros vinha embora e eu ia. Os outro vinha embora prá trabalhá que tudo era a boi, a enxada. Non, non tinha terra mansa. Tudo era terra nova, puro mato".

Pelo depoimento acima, pode -se notar como a escola era considerada um elemento não só na vida da criança, mas na vida da criança, mas na vida da "comunidade local". O saber institucionalizado não era tão necessário para o trabalho como o será para a geração atual. O mais importante era o trabalho, pois dele dependia a reprodução da família enquanto unidade social. A aprendizagem do ofício de agricultor é prioritária no sistema de necessidades e valores das famílias naquele momento.

Este depoimento citado mostra, é claro, uma situação extrema em que a criança tem repartido não seu dia entre trabalho e escola, mas o próprio período de escolarização. A concomitância escola-trabalho se dá aqui de forma diferente da que se dá hoje, quando a criança trabalha meio dia e vai para a escola outro meio dia.

O mais comum para a primeira geração porém é a concomitância entre trabalho e escola levar na maioria dos casos a criança a faltar à aula para ajudar no serviço tanto da casa quanto da roça:

"Quantas veiz faltei a aula,né. Quantas veiz! Porque vê que a mãe tinha bastante filharada,né. Enton tinha que ajudá. Um dia porque tinha que prensá alfafa; tinha que fazê comida um dia, porque às veiz ela non tava boa, tinha que ajudá ela. Quantas veiz eu faiei bastante aula".

Ou então:

"Mas três meis nóis perdia de aula tempo de tirá erva-mate prá podê comprá o que se mantê".

Referindo-se à situação atual, esta mãe comenta:

"Agora, essa aqui (a filha de 10 anos) falta um dia non pode mais.

Esses ano até três meis nóis faltava de aula. Época de safra de erva-mate..." (Parênteses meus J.M.R.)

Os depoimentos aqui citados nos dão a dimensão da valorização da educação escolar e do lugar que esta ocupou na infância dos entrevistados mais velhos, principalmente da 1ª geração. Para estes, como já afirmamos, a escola cedia seu lugar ao trabalho.

Isto pode ser explicado em parte pela necessidade da força de trabalho infantil na lavoura ou no trabalho doméstico desde muito cedo e com muita intensidade*. Por outro lado, as relações com o mercado e com o mundo urbano neste momento não estão ainda desenvolvidos ao ponto de exigir o saber institucionalizado que a escola proporciona: ler, escrever e contar.

Apesar dessas constatações, dos sacrifícios que as primeiras gerações enfrentaram para um mínimo de escolarização, encontramos somente uma senhora com 58 anos que não frequentou escola, mas que aprendeu a ler e escrever sozinha. O tempo mínimo gasto com escolarização entre esta geração foi de dois anos.

Já entre os pais que pertencem à segunda geração, o processo de escolarização, a educação escolar assume uma nova dimensão. Se seus pais permaneceram muito pouco tempo na escola, a segunda geração completa, na maioria dos casos, a escolaridade oferecida na "comunidade local", ou seja, permanecem até a 4ª série ou 5ª série do 1º grau.

Neste momento tem-se um dado novo: a escola é incorporada, a partir da década de 40, pelo Poder Público e o Estado passa portanto a se responsabilizar pela educação primária. Assim, pela tabela anterior, pode-se observar que a escolaridade predominante entre estes pais são a 4ª e a 5ª série.

Apesar dessa predominância da 4ª e da 5ª série, existem três exceções: a de uma mãe que frequentou até a 6ª série e a de um pai e de uma mãe que frequentaram a 2ª série e a 1ª série do antigo ginásio. O pai frequentou o Seminário e a mãe morou algum tempo com os avós na cidade.

A regra, porém, é da permanência na escola até se completar a escolaridade oferecida pela escola local. Esta permanência porém não dispensa a concomitância com o trabalho,

* Sobre esta questão, ver RASIA e ZAGO, op. cit., 2ª parte

dado que, como vimos em capítulos anteriores, a criança inicia desde cedo seu aprendizado do trabalho e participa efetivamente da produção. O que deixa de ocorrer porém é o abandono da escola e as faltas por motivo de trabalho. Uma nova valorização portanto da escola e da educação escolar perpassa agora a consciência dos produtores familiares:

"A gente non faltou escola prá trabalhá, non. Respeitava o horário de escola; hora de escola era hora de escola. Até das veiz a gente non queria i prá trabalhá mas o véio dizia: 'non, o dever de vocês é lá na escola'."

Essa insistência com a criança para que frequentasse a escola tem uma possível explicação no fato de que o tempo de escolaridade para esta geração é entendido como parte do tempo dedicado à formação do agricultor, no sentido de que a dominação do capital comercial sobre a agricultura faz com que as relações de troca se generalizem e o saber escolar tenha uma função social cada vez maior.

Esta função social do saber escolar se acentua para a geração seguinte de trabalhadores devido à nova organização do trabalho baseada no uso da tecnologia moderna e na subordinação ao capital industrial e financeiro, que redefinem o caráter da produção familiar e o ofício de agricultor.

Tomando-se a geração que em 1985 estava com 14 anos ou mais, temos a seguinte distribuição em relação à escolaridade: das 57 pessoas incluídas nesta faixa, 8 haviam concluído o Curso Superior ou estavam cursando-o; 10 concluíram o segundo grau ou estavam cursando-o (um abandonou o 2º grau no 2º ano); 6 concluíram a 8ª série; 6 concluíram a 7ª série ou estavam cursando-a; 12 concluíram a 5ª série e 1 a 3ª série.

Das crianças com menos de 14 anos que frequentam a escola atualmente, temos 26 meninos e 15 meninas. A relação idade/série é a seguinte: dos 6 alunos matriculados na 1ª série em 1985, somente um estava com idade inadequada (10 anos); na segunda série havia um aluno com 9 anos, os demais estavam com 8; na terceira série, dos 9 alunos matriculados, havia 2

com 10 anos e um com 12 anos, os demais estavam em 1985 com 9 anos; na quarta série, dos 6 alunos matriculados, somente um tinha 11 anos, os demais estavam com 10 anos; na quinta série, dos 8 alunos matriculados, somente 3 tinham a idade adequada (11 anos); dos outros 5, 3 estavam com 12 anos e 2 estavam com 13 anos; na sexta série havia 3 alunos com 12 anos e 2 com 13 anos; na sétima, havia somente um aluno com 14 anos e na oitava série 2, também com 14 anos.

Estavam matriculados ainda na 6ª série um aluno com 15 anos; na 7ª série 3 alunos e na oitava série um aluno. Na oitava havia também um aluno com 16 anos.

Se tomarmos como idade padrão para a entrada na escola de 1º grau a idade de 7 anos e para conclusão a idade de 14 anos, vemos pelos dados que as crianças entram aos 7 anos e que a inadequação idade/série vai aumentando a partir da 5ª série; isto pode ser explicado pelo fato de que é a partir de 10/11 anos que a criança começa a participar mais ativamente do processo de produção. Esta inadequação se acentua mais claramente na sétima e oitava séries. Nesse momento a criança já é considerada adulta do ponto de vista do trabalho que ela pode realizar.

Feita esta rápida caracterização da educação escolar entre os produtores familiares de Colônia Santo Antônio, podemos nos deter agora em dois elementos que estão presentes em todas as entrevistas: a análise que fazem os entrevistados do ensino atual e a relação entre educação e o futuro dos filhos.

b) Educação Escolar: Observações sobre os conteúdos

Para os entrevistados em geral, o ensino proporcionado pela escola hoje sofreu alterações significativas em relação ao tempo em que estes eram crianças e passaram pela escola. Estas alterações estão relacionadas basicamente com os conteúdos ensinados:

"A gente non pode nem ajudá os filho em casa aqui na Colônia, porque non se entende nada disso ali".

Este depoimento refere-se às mudanças e à impossibilidade de os pais ajudarem seus filhos na realização de tarefas escolares, pela própria natureza das tarefas e do conteúdo que veiculam. O conteúdo tem caráter extremamente diverso daquele que os pais aprenderam por um lado; por outro lado, para os pais este novo conteúdo apresenta como traço fundamental uma desarticulação entre o vivido pelos agricultores e o ensino proporcionado pela escola.

"Tem coisa que no meu entender non, non merecia que tivesse no colégio. Tem muitas parte de ensino que non don valor nenhum ao nosso sistema da colônia. Alguma coisa que eu sinto, por exemplo, que non adianta perdê tempo é com essa matemática de hoje. Isso prá nós é zero, zero sobre zero. Tenho um guri que tá no ginásio e tu pergunta quantos quilo tem um saco de soja, dá o preço do saco de soja e non sabe dizê o que dá por quilo. E diz que é lei, lei de ensino. É isso aí. Agora achem na matemática moderna o valor de Xis. Ma que valor tem o Xis? Se eles von, eu sempre digo, se eles von sê médico também, o que eles von querê com Xis lá prá fazê uma operaçon?"

Do ponto de vista do produtor familiar, que organiza sua relação com a natureza e com o mercado a partir de um conhecimento pragmático, o saber institucionalizado oferecido pela escola não corresponde às suas necessidades, e deste modo torna-se inútil, porque descontextualizado. Quando falamos em descontextualização do ensino, estamos afirmando com RABELO e GOMES, 1984, que o ensino não corresponde às necessidades do produtor familiar em relação ao saber. Isto não significa que o inverso - a contextualização - seja a transformação da escola rural em escola que simplesmente reproduza o senso comum do produtor familiar, mas sim que através da contextualização a escola dê conta de fornecer um saber que leve os produtores familiares ao desenvolvimento de seu projeto político de cidadania por um lado, e por outro de criador de uma cultura que corresponde a sua forma de vida.

Da forma como se apresenta hoje, a escola e seus conteúdos são um elemento até certo ponto secundário no processo de socialização das crianças filhas de pequenos produtores rurais, dado que é o mundo do trabalho que mais aproxima as crianças dos valores e do saber útil para a "comunidade local" e suas relações com o mercado.

Por saber útil entenda-se aqui aquele saber totalizante, capaz de permitir ao produtor familiar operar com certa clareza e eficiência em seu universo relacional:

"Acho que tá faltando muita coisa no ensino hoje. A gente vê os filhos assim, aprendem muita coisa que não vão tê necessidade prá eles, mas falta, falta muita coisa... desde assim o cara que fica na colônia, ele teria que saber outras coisas mais original da colônia. Por exemplo, desde como se mede uma terra, como é que se cuba uma madeira, essas coisa. Aquele que fica na colônia devia sabê, mas nada disso eles aprendem. Aprendem aquela matemática moderna que só de olhá a gente vê que nenhum vai... non sei, mas lá adiante se continua estudando é necessário. Agora aqui non seria..."

Se como vimos anteriormente os pais hoje valorizam a escola e não permitem que as crianças falem ou abandonem a mesma antes do 14 anos, esta valorização é contraditória. E a "primeira dimensão" dessa avaliação contraditória diz respeito à crítica da inadequação dos conteúdos e do currículo escolar num sentido mais amplo. Pois apesar das críticas e da percepção da inadequação entre o que julgam necessário e o que a escola ensina, a educação escolar é valorizada também como instrumento para entender e compreender o mundo e nele atuar.

Neste sentido, a compreensão dos conteúdos escolares e mais especificamente da educação no meio rural deve passar pela compreensão das formas de subordinação do trabalho rural ao capital. Neste sentido ainda, as atividades escolares no meio rural só serão "adequadas" se organizadas a partir de uma compreensão ampla da questão agrária em si e da questão educacional enquanto parte desta.

Esta via de apreensão e de colocação do problema nos faz pensar a questão dos conteúdos escolares para além da compreensão que predominou durante muito tempo na sua discussão em geral e da educação no meio rural em particular; compreensão esta que se pautou sempre por posições em que se privilegiaram determinados métodos, determinadas áreas do saber e determinadas atividades, chegando-se muitas vezes no limite a pensar a educação como agente de desenvolvimento social, e no caso da educação no meio rural, como instrumento capaz de reter o homem no campo. Tanto num caso como noutro, torna-se óbvia uma supervalorização da educação escolar. No caso específico da educação no meio rural, este tipo de entendimento da questão é decorrente de uma compreensão equivocada do que são as relações de propriedade e de trabalho no campo.

Outra afirmação que se pode fazer aqui é de que as propostas de conteúdo são em sua maioria feitas tendo como ponto de partida um homem pensado abstratamente, genericamente, sem as mediações da existência. Propostas com tal natureza não incorporam o processo histórico real, nem as relações entre o indivíduo e sua classe e entre as classes no interior de uma formação social:

"Óia, eu por exemplo sou contra tantas coisas que a escola tá ensinando aí. Eu vejo que aquilo non tem sentido, mas eu tenho que andá, quer queira quer non queira, diz que é lei, que vem lá de cima".

Precisamos resgatar no estudo da educação escolar, de seus conteúdos, o processo histórico real - quer do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas materiais, quer do ponto de vista das representações sociais, para então se chegar aos valores que compõem o humano genérico.

Sobre o humano genérico, MARX* dá as determinações ao desvendar as relações entre o desenvolvimento das forças produtivas e as formas de organização social daí resultantes;

*Ver MARX, K. Manuscritos de Economia y Filosofia. Madrid, Alianza, 1974 e MARX e ENGELS A Ideologia Alemã. Lisboa. Presença. 2 vol.

entre as relações da produção material e a produção de representações . Assim a proposição de um currículo e seus conteúdos deve levar em conta o conjunto de valores que se desenvolvem a partir destas esferas da vida humana (da produção material e da produção simbólica) e que ao se constituírem em circunstância desta, determinam-na. Entendemos por valores e circunstâncias "tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui direta ou mediatamente para a explicação desse ser genérico... Segundo essa análise os componentes da essência humana são o trabalho (objetivação), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade." (HELLER,A. 1972, p.4).

Aqui podemos retomar a questão da essência humana, eixo central de muitas das propostas curriculares e de conteúdos, e contrapô-la à idéia de essência em MARX, que a considera, não como aquilo que "esteve sempre presente na humanidade (para não falar mesmo de cada indivíduo), mas a realização das possibilidades imanentes à humanidade, ao gênero humano." (HELLER, idem, p. 4).

Neste sentido, a essência humana é uma realização de possibilidades que está porém diretamente relacionada às circunstâncias determinadas - no caso a condição de produtor familiar subordinado ao capital. Neste momento devemos reintroduzir a idéia de valor "considerando-se como valor tudo aquilo que em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daqueles componentes essenciais". (HELLER, idem, p.45), do ser humano, ou seja, o trabalho - a objetivação -, a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. Deste modo, o valor é uma categoria ontológico-social e sua objetividade uma objetividade que independe das avaliações individuais, mas como diz Heller, depende da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais.

Pensar a educação escolar no meio rural nos exige levar em conta a concretude dos agentes sociais a quem se des-

tina a proposta educacional. Esta concretude não é uma situação determinada individualmente, mas sim socialmente à medida em que é expressão de uma circunstância e de uma socialidade. No nosso caso estamos nos referindo a produtores familiares como uma forma concreta de existir historicamente.

a socialidade não existe obviamente sem a objetivação, sem o trabalho e no caso em estudo, sem o trabalho familiar e sem a produção de valores e de representações ao nível da vida cotidiana que sejam capazes de transformar a vida cotidiana de cada homem particular, de cada produtor familiar, dando-lhe um significado universal. Este significado porém, se por um lado se produz na relação entre consciência e mundo, consciência e outro, por outro lado é mediatizada pelas determinações a que o trabalhador familiar está submetido: o mundo da troca, das relações com o capital que o subordina, a divisão social do trabalho e as estratégias de reprodução da condição de produtor familiar e por outro lado, com seu universo simbólico, ou seja, com as diferentes formas de apreensão e de representação de sua condição.

O conteúdo escolar deve, em nosso entender, tomar a circunstância e os valores como objeto e matéria do trabalho pedagógico, possibilitando a que cada produtor familiar realize em si o humano genérico. Neste sentido o cotidiano é fonte de um conhecimento que deve ser entendido, trabalhado e superado pelo conhecimento social historicamente produzido. Reduzir o conteúdo escolar à reprodução do senso comum nada mais é que ingenuidade e conservadorismo.

Em outras palavras, o conteúdo escolar deve permitir a compreensão da circunstância e dos valores humanos em dois níveis: ao nível epistemológico, o que implica necessariamente em ruptura com o senso comum e enquanto tal com a lógica do conhecimento que preside a vida cotidiana; ao nível ontológico, fundamentando-se na possibilidade do ser e na possibilidade de superação da alienação pela circunstância a-

través da unidade, da aliança entre o particular e o genérico, tendo em vista a produção de uma individualidade unitária consciente de sua unicidade.

c) A Educação Escolar e o Futuro dos Filhos

O futuro dos filhos é uma questão não resolvida entre os produtores familiares. Ela se coloca para estes de uma forma contraditória: de um lado aparece o desejo de manter os filhos na condição de produtores familiares e de outro as limitações de ordem econômica ameaçando a reprodução dessa condição:

"Hoje a dificuldade é maior. Prá tu colocá um filho hoje por exemplo numa colônia, porque desde as heranças a gente nota o seguinte, desde as herança eu vejo o pai do... o finado pai do Osório.

O homem possuía aqui mais ou menos 200 ha de terra, aqui nessa área.

Ben, uns pedaço ele vendeu. Ele tinha uma porçãozinha de filho, quando foi agora no fim na herança retalhou tudo, ficou um retalho cada um. Então vai diminuindo, e a possibilidade de comprá é tão mínima que você nem acredita. Porque eu penso que há, há terra, não tem é por aqui. É, não tem. E a gente se assusta vendo, vendo aqueles que vendem aqui e vão lá no confim, lá... lá tem poucos recursos lá. Uns perdem quase que total, uns tomam pedaço, deixam menor e aquela coisa toda, né. Lá prá Goiás, Mato Grosso, enfim lá praquelas banda. Então falta segurança. Tem certos lugares lá que tá bem mais adiantado, né, mas lá a terra já tá valendo um dinheiro medonho."

Assim, a cada nova geração coloca-se para o trabalhador familiar a questão do futuro dos filhos como uma questão que perpassa a reprodução de sua condição de classe, de sua existência histórica. O desejo familiar aqui se defronta com as limitações econômicas, a coesão familiar se vê ameaçada pela escassez de terra e a fronteira nem sempre resolve, principalmente neste momento em que a distância não só física, mas também cultural entre o Norte e o Sul do país é uma ameaça à desagregação da família enquanto unidade de coesão e de

solidariedade sociais.

Assim a escolarização pode ser uma alternativa, mas que tem também seus limites representados principalmente pela falta de oportunidades educacionais no meio rural por um lado. Por outro lado como dizem os entrevistados não é qualquer "estudozinho que resolve. O estudo precisa ser grande prá podê vivê."

"Aqui na nossa região comprá uma área de terra prá um filho trabalhá, não consegue mais. Além da terra ser pouca, se tem por exemplo um pedacinha de terra prá vendê tem dez comprador, que ninguém qué saí fora e a máquina qué bastante terra prá trabalhá. Então num pedacinho de terra pequeno não se veve mais em cima. Então prum pai dá meia colônia de terra prum filho hoje não tem mais condição. Então dá o estudo que é uma coisa que tá mais, mais ao par, que ele consiga ir prá frente com isso aí, que ele consiga..."

Agora o que os pais entendem realmente quando estão falando em "dar estudo", em geral é dar o estudo até a oitava série, ou seja aquele estudo que é proporcionado pela escola local e depois então, aqueles que admitem a saída do filho, idealizam uma situação de trabalho na cidade onde o filho possa completar os estudos. Estes casos porém não são a regra, são a excessão, pois como vimos no capítulo sobre a família a saída é sempre dolorosa e recoloca o problema da desagregação familiar, da perda da identidade.

Assim, a maioria dos pais vê o futuro dos filhos com muito pessimismo, dado que sobre estes recai a continuidade da unidade familiar :

"O futuro deles non é muito brilhante prá frente porque a gente queria dá mais estudo e non se pode. Eles tem vontade de estudá, mas é caro e non arrumem trabalho. Non é muito fácil. E terra prá

comprá non é fácil".

Ou então:

"Estudo seria fácil se arrumassem um serviço. A gente dava o estudo, seria mais fácil do que comprá um pedaço de terra prá cada um. Se pelo menos dois ou três tivessem uma vocação de segui o estudo e arrumá um bom emprego, prá gente era mais fácil".

De fato o que estes pequenos produtores familiares estão encontrando pela frente é a falta quase que total de segurança em relação ao que será do futuro da nova geração, dado que a terra é escassa e cara. A fronteira agrícola do Norte do país que poderia ser uma alternativa não os atrai. Ninguém dentre eles convive pacificamente com a idéia do distanciamento entre os membros da família. A escola no meio rural, em termos de oportunidades de profissionalização inexistente, o que existe é uma escola que possibilita no máximo a realização do 1º grau e daí para a frente a criança tem que enfrentar a cidade, o que a distancia da família e onera ainda mais uma economia já fraca, com baixa acumulação. A escolarização se torna também na maioria dos casos uma alternativa inviável:

"O estudo tem que sê grande e grande non é qualquer um que alcança, non é coisa fácil. Eu disse pra Dinara, se ela qué estudá ela tem que continuá depois do Científico (os agricultores ainda usam a terminologia anterior à lei 5692/71). Ir prá Faculdade senon non adianta. Só fazê o segundo grau non resolve". (Parênteses meus J.M.R.)

Diante das limitações e da impossibilidade de dar um "estudo grande" para os filhos, a maioria dos pais afirma que preferem que os filhos continuem na agricultura:

"Olha, eu não imagino muito o futuro deles. Eu prá mim se fosse, se fosse um bom colono de trabalhá, tê um pedacinho de terra, eu acho que é uma vida muito mais granfina e mais sadia."

Esta preferência, na verdade é mais um desejo dos pais do que uma possibilidade real, dadas as limitações econômicas e sociais impostas à produção familiar. Diante da consciência destes limites, os pais conformam-se se puderem manter

os filhos na propriedade, evitando com isso a proletarização destes ou num sentido mais amplo, evitando que estes neguem a condição de produtor familiar.

"Eu non sei, eu penso, a gente vê que tem caso aí de gente que foi estudá, teve pouco estudo, foi prá cidade e ton passando pior do que a gente aqui. Enton no futuro eu acho que o negócio é que aqui pouco ou nada sempre tem. Na colônia sempre tem prá comê".

Ou ainda:

" Mas o Maurício estudá ele non qué muita coisa. Vai porque tem que ir. Ele disse que vai fazê o Ginásio (8ª série). Já que ele non qué ir enton ele fica aí, ajuda a gente e quem sabe com o tempo ele vai substituí a gente onde dá".

Assim, os produtores familiares têm no horizonte do futuro dos filhos a consciência da possibilidade de negação voluntária ou não da condição de produtor familiar, quer pelo assalariamento na cidade, quer pela condição de trabalhador autônomo, incluindo-se nesta denominação os proprietários de pequenas empresas e os profissionais liberais.

Dos filhos que deixaram a unidade familiar de produção entre os entrevistados, em número de 17, 8 pertencem a uma mesma família, sendo que cinco deles são donos de oficinas mecânicas, um é motorista de caminhão (assalariado) e outro motorista de ônibus (também assalariado) e um é assalariado em uma fábrica de implementos agrícolas. Dos demais que migraram, 3 são técnicos agrícolas da COTRIJUÍ (assalariados); 2 são bancários; um bioquímico (proprietário de laboratório) e um trabalha como odontólogo; 2 são assalariados rurais.

Das mulheres que deixaram a unidade familiar, 7 o fizeram por motivos matrimoniais e uma foi trabalhar como empregada doméstica na cidade.

O dilema portanto está posto e a reprodução social da condição de produtor familiar vê-se cada vez mais ameaçada pelos laços de subordinação do trabalho rural ao capital.

O estudo, a educação escolar, embora vislumbrada como uma possível alternativa para o futuro dos filhos, acaba tendo limites tão intensos que se torna inviável. Assim, a educação assume mais um caráter de instrumentalização e defesa no mundo das relações de troca com o mercado do que de um instrumento efetivo de profissionalização, de busca de uma profissão que possibilite aos filhos uma vida tranqüila, mesmo noutra condição que não a de produtor familiar:

"O guri eu vô dá folga prá ele. Non vô fazê igual com a gente; vomo dá o estudo porque com o estudo parece que se determina mais. Vomo lá que o cara que non tem estudo nenhum, que non sabe fazê o nome dele hoje é um problema, não é? Porque o cara sai ali, não sabe lê, não sabe escrevê, não sabe se desapertá em nada..."

O saber escolarizado passa a ter para esta geração uma função importante, embora não resolva a questão fundamental, que é a da reprodução dos meios de vida, por um lado e por outro se tornando ele próprio um meio de vida, no sentido de uma via para a profissionalização. Ele é importante pelos fatores que apontamos acima, ou seja, sua posse é a posse de um código que permite decifrar as relações sociais e econômicas nas quais o produtor familiar está inserido:

"Prá mim, prá mim o ginásio me faz falta. Eu gostaria de tê tirado o ginásio. Muitos dizem que non, ma na minha opinião a gente conseguia conversá melhor e compreenderia melhor as coisa. A gente é meio caipira, non sabe direito..."

Quando se pensa a educação como meio de vida em geral, se pensa nos homens. As mulheres têm na grande maioria dos entrevistados seu projeto educacional limitado à escolaridade oferecida pela escola local. Das famílias aqui consideradas, somente duas afirmam que gostariam que suas filhas continuassem estudando até concluir o Curso Superior. Pela tabela apresentada no item a deste capítulo, vemos que nenhuma mulher possui Curso Superior e que das 19 mulheres com mais de 14 anos, somente uma concluiu o 2º grau e uma continua cursando-o. O depoimento a seguir é bastante significativo do proje-

to educativo que os pais possuem para as filhas:

"A Mônica também tem que estudá um pouco, depois vai ajudá a mãe em casa. Tirando o ginásio (8ª série) prá ela tá bom." (Parênteses meus J.M.R.)

As principais razões pelas quais se tem em relação às meninas um projeto educativo menos longo é o fato de que para continuar a estudar depois da 8ª série, elas têm que sair de casa e enfrentar a cidade com seus riscos. Em geral teme-se muito as companhias que a menina terá longe dos pais, as amigas. Os obstáculos na maioria das vezes são de ordem moral. Esta questão fica clara quando se associa a ela o controle sobre a sexualidade feminina. O depoimento seguinte resume muito bem esta preocupação:

"Isso a gente tem que vê ainda. É bastante cedo. Prá menina nós temos quatro anos aqui, né, junto com a gente, depois a gente vai vê, porque o mundo tá dum jeito que a gente às veiz pensa em por fora daqui, mas a gente tem muito medo... porque hoje é muito difícil desde amizade. Nós, por exemplo, se vomo por ela em Ijuí, a gente non tem conhecimento de ninguém. Com quem que ela vai conviver no dia-a-dia, já digo? Isso a gente nunca sabe, né... Se ela for prá Ijuí, a gente vai ficá aéreo assim das amigas, do contato que ela vai tê com as pessoas, porque não vai tê muito conhecimento".

Em geral o que se busca proporcionar para a menina, além da escolarização obrigatória é o trabalho doméstico, como vimos no capítulo sobre o ofício, aliado ao aprendizado de costura, bordado, crochê, etc... atividades que, na concepção de nossos entrevistados, fazem da moça uma boa dona de casa.

No capítulo sobre a família, vimos também que o campo de trabalho feminino não compreende as atividades diretamente relacionadas ao mercado, aos bancos, à cooperativa. E neste sentido o saber escolar, como não é usado, perde parte de sua importância para as mulheres, tanto que muitas vezes elas não chegam a completar a 8ª série, abandonando a escola quando completam 14 anos.

Pelo exposto podemos concluir este capítulo afirmando que a educação escolar é um fator de socialização da cri-

ança entre os produtores familiares e que assume maior importância para as últimas duas gerações, mas que mesmo assim, os elementos fundamentais no processo de socialização continuam sendo o aprendizado do trabalho e dos valores familiares. A escola é uma instância secundária de socialização e só se reveste de importância à medida em que permite, embora de forma precária, que a criança tenha acesso, pelo menos em parte, ao conhecimento dominante na sociedade capitalista. Como a escola do meio rural é uma "escola pobre" - quer do ponto de vista de seu aparelhamento, quer do ponto de vista das oportunidades educacionais que oferece, o conhecimento que ela veicula é um conhecimento empobrecido em relação ao conhecimento que se transmite nas escolas urbanas mais bem equipadas.

O caráter de classe da escola, cuja origem é explicada pela sua vinculação com as formas capitalistas de pensar e de difundir o saber, faz com que a educação no meio rural seja em grande medida inadequada aos agentes que a consomem, aqui no caso produtores familiares. Voltemos a lembrar a importância da contextualização do ensino para evitarmos confusões que nos levem a pensar na necessidade de difundir uma escola rural própria para o homem do meio rural.

CONCLUSÕES

O estudo da incorporação da força de trabalho infantil no conjunto da força de trabalho rural contempla em certa medida um ponto específico da questão agrária: a existência de produtores familiares no interior da produção agrícola e por conseguinte de relações familiares de trabalho no meio rural. Os produtores familiares definem-se basicamente por serem pequenos proprietários e por usarem exclusivamente força de trabalho familiar para realização das atividades da produção.

No caso em estudo, a aplicação de tecnologia moderna - mecanização do processo de trabalho - trouxe alterações radicais para a incorporação da força de trabalho familiar no processo de trabalho, acentuando a divisão familiar do trabalho. O fato de acentuar a divisão familiar do trabalho não significou porém que a tecnologia moderna tenha introduzido no processo de trabalho rural a organização despótica do trabalho no sentido de separar as funções de execução das funções de direção e controle. As mais significativas alterações se dão ao nível do ofício de agricultor, redefinindo o conteúdo e ao mesmo tempo o processo de aprendizagem deste.

Se observarmos historicamente - considerando-se aqui um período de três gerações - veremos que os agricultores por nós estudados entram no círculo do mercado e das relações de troca da forma que estas hoje se apresentam, a partir do final da década de 60, momento em que se inicia a modernização da agricultura em Colônia Santo Antônio. A partir de 1975, este processo já está completado; 1978 é o ano em que entram as últimas máquinas (tratores, colheitadeiras e implementos) em Colônia Santo Antônio.

Isto nos permite considerar a questão do trabalho, e com ele a questão da socialização, em três momentos distintos: a) A primeira geração, que era adulta antes da mecaniza-

ção, que já trabalhava, portanto, por um longo período nos moldes tradicionais e que não irá incorporar ao seu saber, ao seu ofício, o conhecimento sobre o uso e o funcionamento dos instrumentos mecânicos de trabalho, sobre o funcionamento do crédito e dos financiamentos e do próprio mercado, e sobre o uso dos defensivos e fertilizantes; b) A segunda geração, que é adulta quando se dá a transição, mas que reaprende o trabalho para incorporar o novo saber, contido principalmente na nova tecnologia e nas relações com o mercado. Essa geração é a que experimenta os momentos de maior tensão que o domínio do instrumental mecânico introduz no processo de trabalho. O ofício para eles será constituído pelo "saber tradicional" e o "saber novo". Organizar estes saberes em uma nova síntese e torná-lo operacional e útil no processo de trabalho é o grande desafio que esta geração enfrenta; c) A terceira geração, que aprende o trabalho após a modernização e opera com a noção de ofício constituída pelo saber social existente na agricultura, sem dualidades. O ofício é uma síntese do novo e do velho saber. Assim, as três gerações aqui consideradas participam de processos de aprendizagem do trabalho rural a partir de uma noção de ofício que vai sendo reinterpretada e redefinida à medida em que a transição vai ocorrendo.

Se por um lado a tecnologia moderna redefine a noção de ofício entre os agricultores, por outro ela revela os novos laços de subordinação da agricultura ao capital industrial e financeiro, que se constituem a partir dos anos 50 no Rio Grande do Sul e em Colônia Santo Antônio a partir da década de 60. No caso em questão, a subordinação é mediada pelo uso de financiamento bancário e pelo que existe de mais moderno em termos de tecnologia para a produção de trigo e soja. Ao nível do mercado devemos ressaltar o fornecimento de uma quantidade cada vez maior de mercadorias pelos produtores, especialmente da soja, que é produzida por todas as unidades de produção, inclusive por aquelas não mecanizadas. O fato de existirem unidades de produção que não se mecanizaram não sig

nifica que elas não estejam subordinadas ao capital. Elas se subordinam à medida que produzem mercadorias e à medida em que esta produção é feita através do uso de financiamento bancário.

O processo de subordinação a que estão submetidos os produtores - mecanizados ou não - faz com que grande parte do sobre-trabalho produzido no interior de suas unidades seja transferido para os setores industrial e financeiro do capital.

Do ponto de vista da organização familiar do trabalho, o domínio do capital financeiro e industrial não destrói a produção para o auto-consumo, mas ao contrário, em certa medida esta produção é reiterada e tem suas condições de realização melhoradas, dado que se utiliza das melhorias técnicas introduzidas com o avanço do capital. O que se pode perceber ainda é a ocorrência de uma redivisão das tarefas no interior do processo de trabalho, criando campos de trabalho de domínio masculino e campos de trabalho feminino, sem que ocorra porém a divisão capitalista do trabalho. Não há portanto uma separação rígida entre as atividades de execução e as atividades de direção e condução do processo; embora o pai esteja incumbido de coordenar a gestão do processo de trabalho, esta é exercida em conjunto com os demais membros da família.

As crianças são desde cedo incorporadas ao processo de trabalho, inicialmente no conjunto do trabalho doméstico (a partir dos 6 ou 7 anos) e por volta dos 12 anos os meninos voltam-se para o aprendizado das atividades da lavoura propriamente ditas e as meninas se dedicam, ao lado da mãe, à realização do trabalho doméstico - produção para o auto-consumo e cuidados com a casa.

Considerando-se a organização do trabalho e a importância da família para sua realização, constituímos a família em categoria econômica e enquanto tal nos preocupamos em esclarecer a importância de cada um de seus membros para a realização do trabalho, ao mesmo tempo em que discutimos os di-

ferentes campos de trabalho, suas intersecções e complementariedade.

A subordinação ao capital ameaça constantemente a reprodução social, que está diretamente vinculada à formação e conservação do patrimônio familiar. Assim, a todo momento o patrimônio familiar é ameaçado, à medida em que a terra, seu principal componente, é utilizada como garantia para a obtenção de financiamento para a produção. Existe um momento porém em que essa ameaça se torna mais específica e próxima. É quando, a cada nova geração, o produtor familiar precisa encontrar estratégias para reproduzir-se e reproduzir também os filhos enquanto produtores. Essa reprodução neste momento é ameaçada por um processo de diferenciação social com "desintegração para baixo". O estudo das formas de transmissão do patrimônio, ou herança, nos permitiu perceber como os produtores familiares de Colônia Santo Antônio têm enfrentado esta situação. As estratégias de que se utilizam vão da partilha pura e simples da terra até a formação de sociedades familiares. O casamento situa-se entre as estratégias de formação e principalmente de expansão do patrimônio, dado que praticamente inexistente partilha com exclusão. Os casos de exclusão da herança, como vimos, foram compensados pela profissionalização via escolarização (formação superior), o que não implicou em diferenciação com "desintegração para baixo". Os filhos que deixaram a unidade familiar de produção para trabalhar como assalariados urbanos e os que saíram para trabalhar como assalariados rurais não estão excluídos do processo de herança.

Como vimos, a família se constitui também em noção ideológica. Isto se dá principalmente pelo papel por ela desempenhado na transmissão de valores e normas e pela criação/conservação da identidade étnica e cultural entre seus membros.

Tomando-se os valores e as normas transmitidas, podemos perceber como estes se mantiveram constantes para as

três gerações que estudamos. Embora tenham mudado os mecanismos e as formas de transmissão, a obediência ao adulto, aos pais em especial, o respeito pelos mais velhos, a religiosidade e o trabalho permanecem como valores que as gerações mais velhas sempre se preocupam em transmitir às gerações mais novas. Assim também a disciplina. A disciplina parece revestir-se de um caráter especial, dado que é através dela que se forma o trabalhador com um corpo adaptado ao trabalho.

Considerando-se o trabalho e sua realização - incluindo-se aí a família e como esta se organiza para trabalhar - poderíamos concluir portanto que o eixo primeiro - e fundamental - do processo de socialização é o processo de trabalho. O aprendizado do trabalho é um dos pontos fundadores da socialização. O domínio do ofício de agricultor é uma preocupação constante dos mais velhos com relação aos mais novos. Ensinar os filhos a serem agricultores, no sentido aqui de produtores familiares, é antes de mais nada uma obrigação que os pais se impõem. Talvez esta seja a obrigação mais importante na avaliação que fazem de suas responsabilidades em relação aos filhos. Isto em certa medida se explica pelo fato de que é da reprodução do ofício de agricultor e do patrimônio familiar, pelo menos da forma como estes são percebidos pelos pais, que depende a reprodução da própria categoria social. É uma preocupação que não se limita portanto à transmissão do ofício a um indivíduo particular, mas a todos os componentes da categoria.

Outro eixo do processo de socialização é o brincar, o jogo. Ao analisarmos o papel do brinquedo e do jogo, ao reconstituirmos historicamente como as diferentes gerações exercitam a ludicidade, estamos em parte apontando para as formas como evolui a noção de infância, ou mesmo como esta noção vai sendo construída entre os produtores familiares. Aí podemos constatar que a primeira e a segunda geração tiveram um tempo muito pequeno para o brinquedo e o jogo. Isto deveu-se principalmente às exigências feitas à força de trabalho fa

miliar pelo processo de trabalho naqueles momentos anteriores à mecanização. A criança teve que participar muito mais do trabalho quando este era realizado basicamente por instrumentos manuais e de tração animal. Esta situação ainda ocorre naquelas unidades produtivas que não se mecanizaram ou que não se modernizaram tecnologicamente.

Hoje, em regra, pelas novas condições técnicas do processo de trabalho, a criança é mais liberada de determinadas atividades da produção, tendo portanto um tempo livre hipoteticamente maior do que tiveram seus pais e avós. Esse tempo livre - no que diz respeito à não participação em determinadas operações do processo de trabalho das lavouras de trigo e soja - não tem necessariamente sido utilizado para brincar e jogo, pois as crianças e a mãe devem dar conta do trabalho doméstico, por um lado. Por outro lado, o aumento das oportunidades educacionais em Colônia Santo Antônio, que hoje conta com uma escola de 1º grau completo, e as exigências sociais em termos de domínio do saber escolar fazem com que parte do tempo livre da criança seja gasto em escolarização. Assim, efetivamente a criança hoje não brinca muito mais do que seus pais brincaram. O tempo real que ela dedica ao jogo e ao brincar é o tempo que lhe resta entre as atividades consideradas sérias pelo adulto: o trabalho e a escola. Brincar e jogo são o último elemento em ordem de prioridade. Em primeiro lugar o trabalho e em segundo a escola. O dia da criança é portanto repartido em dois segmentos: trabalho e escola.

O processo de socialização da criança tem ainda um terceiro eixo: a educação escolar. Observando-se a relação dos produtores familiares com a escolarização, vimos que na maioria dos casos a trajetória escolar limita-se às oportunidades oferecidas pela escola local e se faz em concomitância com o trabalho. A concomitância pode ser um dos fatores que explicam a relação idade/série. À medida que a criança vai avançando em idade, vai se tornando cada vez mais útil e necessá-

ria no processo de trabalho. Isto faz com que nas séries finais de escolarização, ela esteja com idade inadequada. A partir da 6ª série nem sempre há correspondência positiva entre a idade da criança e a série cursada.

Para a primeira geração, a escolarização não possui o mesmo valor que possui para os membros da segunda e principalmente da terceira. A generalização da troca e a ampliação do universo relacional do produtor familiar fez com que a escolarização passasse a ser mais valorizada. A educação escolar e o saber por ela transmitido assumem o caráter de necessidade para operar no mundo da produção e da troca, apesar das críticas que os produtores fazem à descontextualização do ensino no meio rural.

A descontextualização deve ser entendida a partir das necessidades manifestadas pelos produtores familiares em relação ao ensino. Porém essas necessidades não devem ser tomadas de forma absoluta, acriticamente, tendo em vista que a consciência dos produtores pode ser uma consciência alienada. Daí que contextualizar o ensino significa torná-lo adequado não às consciências individuais e às necessidades manifestas no discurso do produtor familiar, mas a um projeto de luta política da categoria social que abrange entre outros aspectos a luta pela apropriação do saber social. Assim, os conteúdos escolares devem ser pensados tendo em vista o "humano genérico" e os objetivos da luta política dessa categoria social e não a desejos e aspirações individuais.

A educação tem uma relação direta com o futuro dos filhos à medida em que ela possa permitir a reprodução do filho na condição de produtor familiar, porém portador de um conjunto de conhecimentos que lhe permitam melhor se situar no universo de sua sociabilidade, e neste sentido ela é entendida pelos produtores como um instrumento de defesa destes em suas relações com o mundo urbano, do capital.

As insatisfações manifestadas com relação ao que vem sendo ensinado e principalmente com as oportunidades edu-

cacionais existentes no meio rural revelam que o processo de escolarização não consegue ser, para a maioria dos casos, um meio de profissionalização dos filhos. Os produtores familiares têm clareza quanto a isto, e mais, seu desejo é a reprodução dos filhos na condição de produtores familiares. A escolarização, mesmo sendo valorizada positivamente, apresenta limites praticamente intransponíveis para se tornar um instrumento de profissionalização dos filhos. Como vimos, poucos são os casos em que a profissionalização se deu pela escolarização.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Eunice M.L.S. de. A Criança na Família e na Sociedade. Petrópolis, Vozes, 1982.
- ALMEIDA, M. S.K. e Outros. Colcha de Retalhos. Estudos Sobre a Família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- AMARAL, M. e Outro. Nessa Corrida, Vencedor é Quem Perde Menos. Globo Rural. 1 (6):29/30, Rio Gráfica, mar.86.
- ABERASTURY, A. A Criança e Seus Jogos. Petrópolis, Vozes, 1972.
- ANTUNIASI, M.H. R. Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural. Rio, Zahar, 1983.
- ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. Rio, Zahar, 1981.
- BENJAMIN, W. Reflexões: A Criança, O Brinquedo, a Educação. São Paulo, Summus, 1984.
- BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista. Rio, Zahar, 1977.
- BRUM, A.J. Modernização da Agricultura (Trigo e Soja). Ijuí, FIDENE/UNIJUÍ, 1985.
- CALDEIRA, Clóvis. Menores no Meio Rural. Rio, CBPE/MEC/INEP, 1960.
- CANEVACCI, M. (org.). Dialética da Família. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CHAYANOV, A.V. "Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas". In: GRAZZIANO DA SILVA, J. e STOLKE, V. A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.133/63.
- CORADINI, O.L. e Outro. Agricultura e Multinacionais. Rio, Zahar, 1982.
- CORIAT, B. Ciência, Técnica y Capital. Madrid, H.Blume, 1976.
- CORTAZAR, J. Los Relatos (1 Ritos). Madrid, Alianza Editorial, 1976
- DONZELOT, J. A Polícia das Famílias. Rio, Graal, 1980
- ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio, Civ. Bras., 1974
- FABRI, Z.D.e Outros. Educando Para o Trabalho: Família e Escola Como Agências Socializadoras. São Paulo, INEP/CERU, 1982.

- FERNANDES, F. Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo. Petrópolis, Vozes, 1979.
- FERREIRA, R.M.F. Meninos da Rua. São Paulo, IBREX, 1979.
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio, Graal, 1979.
- _____. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FREITAG, B. Sociedade e Consciência. São Paulo, Cortez, 1984.
- FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. Rio, J. Olympio, 1946.
- FUNDAÇÃO IBGE. Censo Agropecuário (RS) 1970, 1975 e 1980.
- _____. Censo Demográfico (RS).1980.
- FUKUI, L.G.F. Sertão e Bairro Rural. São Paulo, Ática, 1979.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização Dolorosa. Rio, Zahar, 1982.
- _____. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, HUCITEC, 1981.
- _____. e outro. A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. e outros. Diferenciación Campesina y Cambio Tecnológico. El Caso de los Productores de Frijol en São Paulo. Campinas, UNICAMP/OEA, 1982 (mimeo.).
- HELLER, A. A Filosofia Radical. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. O Cotidiano e a História. Rio, Paz e Terra, 1972.
- HUIZINGA, J. Homo Ludens. São Paulo, Perspectiva, 1980.
- LAZZAROTTO, D. Os Capuchinhos na História e no Desenvolvimento de Ijuí. Porto Alegre, EST, 1981.
- LÊNIN, V.I. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. São Paulo, Brasil Debates, 1980.
- _____. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- LOPES, R.M. "Socialização e Organização Familiar Rural". cadernos do CEDES. (11):42/9, São Paulo, Cortez, 1984
- MACKAY, R.W. "Conceptions of Children and Models of Socialization". In: TURNER, R. Ethnometodology. N.Y., Penguin, 1974.
- MARTINS, J. de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo, HUCITEC, 1979.

- _____. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.
- MARX, K. As Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- _____. El Capital Libro I. Capítulo VI - Inédito. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974, 3ª ed.
- _____. O Capital. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 2ª ed.
- _____. Manuscritos de Economía y Filosofía. Madrid, Alianza Editorial, 1974.
- _____. e ENGELS, F. A Ideologia alemã. Lisboa, Presença, 1974, 2 vol.
- MEAD, M. Macho e Fêmea. Petrópolis, Vozes, 1971.
- _____. Sexo e Temperamento. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- MENDRAS, H. La Fin des Paysans. Paris, Armand Colin, 1970.
- MEYER, P. L'Enfant et la Raison d'Etat. Paris, Du Seuil, 1977.
- MORGAN, L. H. La Societá Antica. Milano, Feltrinelli, 1970.
- MOURA, M. M. Os Herdeiros da Terra: Parentesco e Herança numa Área Rural. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- MUHL, Eldon H. Transformação dos Valores Morais dos Colonos com a Modernização da Agricultura: Um Estudo de Caso do Rio Grande do Sul. Campinas, UNICAMP/Faculdade de Educação, 1986 (Dissertação de Mestrado, mimeo)
- OLIVEIRA, M.C.F.A. de. O Trabalho Feminino e Trabalho Familiar: Um Estudo sobre Trabalhadores Agrícolas em São Paulo, Brasil. 1982 (mimeo)
- OLIVEIRA, P. de S. O que é o Brinquedo. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- PIAGET, J. La Formation du Symbole Chez l'Enfant Imitation, Jeu et Rêve. Image et Représentation. Nuechâtel, D. N., 1964.
- _____. La Représentation du Monde Chez l'Enfant. Paris, P.U.F., 1926.
- PINSKY, M. "Pensando o Brinquedo". Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas (31): 46.9, São Paulo, Dez., 1979.
- PRADO, D. O que é Família. São Paulo, Brasiliense/Abril Cultural, 1985.

- PRADO Jr., C. A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- POSTER, M. Teoria Crítica da Família. Rio, Zahar, 1979.
- R.G.SUL. I.H.G. Relatório dos Negócios e Obras Públicas. 1911/12
- RABELO, M.A. de M. e outro. "Trabalho, Conhecimento e Estado em Regiões de Pequena Produção Rural em Minas Gerais". Cadernos do CEDES. (11):57/80, São Paulo, Cortez, 1984.
- RASIA, J.M. Educação e Profissionalização: As Falácias do Reino. Friburgo, 1982 (mimeo).
- _____ e ZAGO, N. A Representação da Educação Escolar, da Criança e do Trabalho no Meio Rural. Ijuí, INEP/MEC/FIDENE, 1984.
- REDIN, E. A Representação da Criança Pré-Escolar no Brasil. São Paulo, USP, 1985 (tese de doutoramento)
- ROCHE, J. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969.
- SAMARA, E. de M. A Família Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SANTOS, J.V.T. dos. Os Colonos do Vinho. São Paulo, HUCITEC, 1984.
- SEGALEN, M. Mari et Femme dans la Société Paysanne. Paris, Flammarion, 1980.
- SERVOLIN, C. "L'Absorption de l'Agriculture dans le Mode de Production Capitaliste". In: TAVERNIER, Y e outros. L'univers Politique de Paysans dans la France Contemporaine. Paris, F.N.S.P. 1972, p.41/77
- SORJ, B. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio, Zahar, 1980.
- _____ e Outros. Camponeses e Agroindústria. Rio, Zahar, 1982.
- THIOLENT, M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo, Pólis, 1980.
- WANDERLEY, Maria N.B. "O Camponês Um Trabalhador Para o Capital." Cadernos do IFCH. Campinas, Unicamp, 1981.
- _____ e Outros. Trajetória Social e Projeto de Autonomia. Os Produtores de Algodão da Região de Campinas (SP). Campinas, Unicamp/FAPESP (Rel. Preliminar mar.86).

- WEBER, S. Aspirações à Educação. Petrópolis, Vozes, 1976.
- WERTHEIN, J. e Outro (orgs). Educação Rural no Terceiro Mundo. Rio, Paz e Terra, 1981.
- WHITING, B. B. e Outro. Children of Six Cultures. A Psycho-Cultural Analysis. Massachusetts, H.U.P., 1975.
- ZAGO, N. O Professor Unidocente na Área Rural. Rio, FGV/IESAE, 1980, (Diss.Ms.).
- ZYLBERSTAJN, H. e Outros. A Mulher e o Menor na Força de Trabalho. São Paulo, Nobel/Min. Trabalho, 1985.